



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – CULTURA,**  
**DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE.**

**KÉSSIA DA SANTA CRUZ CONCEIÇÃO**

**EXPERIÊNCIA URBANA NA “TERRA DE LUCAS DA FEIRA”:**  
**INDICADORES DA LÓGICA DA DESORDEM NO BAIRRO NEGRO RUA NOVA**

CACHOEIRA – BA

2020

**EXPERIÊNCIA URBANA NA “TERRA DE LUCAS DA FEIRA”:  
INDICADORES DA LÓGICA DA DESORDEM NO BAIRRO NEGRO  
RUA NOVA**

**KÉSSIA DA SANTA CRUZ CONCEIÇÃO**

Bacharel em Ciências Econômicas

Universidade Estadual de Feira de Santana, 2016.

Texto apresentado como requisito para defesa no Mestrado em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Cultura, Desenvolvimento e Desigualdade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), campus de Cachoeira – BA.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Desigualdade.

**Orientadora:** Dra. Ângela Figueiredo

CACHOEIRA – BA  
2020

---

C744 Conceição, Késsia da Santa Cruz.

Experiência urbana na Terra de Lucas da Feira: indicadores da lógica da desordem no bairro negro Rua Nova. / Késsia da Santa Cruz Conceição. Cachoeira, BA, 2020.

170f., il.

Prof. Dr Angela Lucia Figueiredo

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Bahia, 2020.

1.Genocídio. 2. Negros - Feira de Santana, Ba. 3. Negros - Condições Sociais. 4. Feira de Santana, BA. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 364.151

---

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.

Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)  
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

NOME

Késsia da Santa Cruz Conceição

TÍTULO DO TRABALHO

Experiência Urbana na "Terra de Lucas da Feira": indicadores da lógica da desordem no bairro negro Rua Nova.

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Cachoeira, 07 de dezembro de 2020.

EXAMINADORES:

Prof. Dr<sup>a</sup>. Angela Figueiredo (UFRB – Orientador)

  
\_\_\_\_\_

Prof. Dr<sup>o</sup>. Osmundo Pinho (UFRB – Examinador)

  
\_\_\_\_\_

Prof. Dr<sup>a</sup>. Ana Flauzina (UFBA – Examinadora Externa)

  
\_\_\_\_\_

CACHOEIRA/BA  
2020

## DEDICATÓRIA

Aos meus ancestrais maternos, João Oliveira e Amélia Cruz pelo legado do cultivo da terra. Aos paternos, Maximiano Oliveira e Josina Oliveira por vencerem a loucura. A Rufina Gomes e Gemínia Gomes pelo vigoroso exercício empreendedor e sabedoria empregada na trajetória de suas vidas na diáspora negra do interior baiano.

## AGRADECIMENTOS

*"Quando às teias das aranhas se juntam, elas são capazes de amarrar um Leão".*

Aquilombar-se, considero esta a atitude indispensável contida na essência desse provérbio africano que viabiliza qualquer processo ser vitorioso. Com essa inspiração, registro neste breve espaço a força do meu Quilombo presente na travessia dessa jornada. Reverencio, inicialmente, os meus ancestrais por permitirem compor a geração viva da nossa linhagem: só sou por conta deles! Adupé aos meus Orixás pelo bom uso de lucidez e coragem durante os processos desafiadores sentidos durante o percurso.

Agradeço a minha família, especialmente a Vó Porfíria (*In memoriam*), por ter dito ainda na infância a tímida menina preta que fui como ela “era muito sabida”. A matripotência existente na minha mãe, Antônia Brígida, a quem honro a fonte de amor e apoio incondicionais. Ao meu pai Wilson (*In memoriam*), pela coragem e inspiração.

Aos moradores do bairro negro Rua Nova por possibilitarem a realização da pesquisa, sobretudo à oportunidade de pensar crítica e politicamente a vida negra na diáspora baiana. Dentre estes destaco Joanderson Santana, padrinho deste percurso iniciado em 2013.

Imprescindível agradecer aos presentes das águas doces da Cidade de Cachoeira: o querido Udinaldo Júnior aquele que, desde 2017, segura minha mão com bastante firmeza. O acolhimento de Daniela Gondim. A Aganju Fred, sobretudo em compartilhar referências cruciais para compor esta pesquisa. A parceria e carinho indispensáveis de Valdir Alves. Bem como as incipientes partilhas com Matheus Barros. Estes últimos, singularmente por ampliarem meu olhar para o exercício das Ciências Sociais como uma prática diária efetiva.

À Prof Dr.<sup>a</sup> Ângela Figueiredo pelos conhecimentos repassados e oportunidade de amadurecimento da pesquisa. Em conjunto, agradeço aos prof Dr.<sup>o</sup> Osmundo Pinho e Dr.<sup>a</sup> Ana Flauzina, componentes da banca de avaliação da qualificação e defesa, pelas estimadas contribuições, sobretudo da temática racial.

As amizades de longas datas nas quais encontrei fortalecimento constante, especialmente a Maria Côrtes, Ana Clarice, Isnnar Rainnon e Alex (Onilodé). Por fim, a toda minha rede de apoio que de muitos modos contribuíram para o fechamento deste ciclo.

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo compreender os fatores econômicos e sociais da experiência urbana da Rua Nova, bairro negro localizado na cidade de Feira de Santana, também conhecida como “Terra de Lucas da Feira”. A pesquisa se utilizou de uma perspectiva teórica-metodológica que enfatiza os processos de violência, particularmente cometidos pelo Estado, e que aqui são definidos através dos conceitos de genocídio e necropolítica. Tal escolha justifica-se por considerarmos que tais dispositivos de dominações raciais são inseparáveis das vulnerabilidades a que está cotidianamente exposto o povo negro nos redutos urbanos. Para tal abordagem, utilizamos, como instrumento de coleta de dados empíricos, a realização de entrevistas semiestruturadas com os moradores do bairro, além de dados estatísticos de instituições de pesquisa, a exemplo do Censo/IBGE que subsidia o uso de indicadores socioeconômicos com parâmetros mais abrangentes das diversas assimetrias raciais presentes na reprodução da vida urbana negra. Os resultados do trabalho posicionam a resistência de um bairro datado na década de 30 como exemplo de reivindicação e disputa da presença negra no espaço urbano feirense. A partir do padrão mórbido de governança da cidade, observamos um modelo de gestão espacial regulamentada pela adoção de uma política territorial da precariedade racialmente localizada no bairro de maioria negra Rua Nova.

**Palavras-chave:** Bairro Negro, Rua Nova, Experiência Urbana Negra, Racismo, Genocídio.

## ABSTRACT

This dissertation aims to understand the economic and social factors of the urban experience of Rua Nova, a black neighborhood located in the city of Feira de Santana, also known as “Terra de Lucas da Feira”. The research used a theoretical-methodological perspective that emphasizes the processes of violence particularly committed by the State that are defined here through the concepts of genocide and necropolitics, such a choice is justified by considering that such devices of racial domination are inseparable from the vulnerabilities to which they are black people are exposed daily in urban strongholds. For such an approach, we used semi-structured interviews with residents of the neighborhood as instruments of empirical data collection, in addition to statistical data from research institutions such as the Censo/IBGE, which subsidizes the use of socioeconomic indicators with wide-ranging parameters, and that indicate the racial asymmetries present in the reproduction of black urban life. The results of the work position the resistance of a neighborhood dated in the 1930s, as an example of claiming and disputing the black presence in the urban space of the state. From the morbid pattern of governance in the city, we observed a spatial management model regulated by the adoption of a territorial policy of precariousness racially located in the black majority neighborhood Rua Nova.

**Keywords:** Black Neighborhood, Rua Nova, Black Urban Experience, Racism, Genocide.

## **LISTA DE SIGLAS**

**ACS** – Agente Comunitário de Saúde.

**BSC** – Base Comunitária de Segurança

**CAHL** – Centro de Artes, Humanidades e Letras.

**CIS** – Centro Industrial Subaé.

**DATASUS** – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde.

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego.

**PDLI** – Plano Diretor Local Integrado.

**PNAB** – Política Nacional de Atenção Básica.

**PNAD** – Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar.

**PNADC** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

**PNSIPN** – Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

**PSF** – Programa Saúde da Família

**PDLI** – Plano Diretor Local Integrado.

**RAIS** – Relatório Anual de Informações Sociais.

**SEI** – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais.

**SEDUR** – Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

**SEFAZ** – Secretária da Fazenda

**SETTDEC** – Secretaria de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico.

**SM** – Salário Mínimo.

**SUS** – Sistema Único de Saúde.

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

## ÍNDICE IMAGENS E GRÁFICOS

Figura 1. Lucas da Feira.....	23
Figura 2. Mapa de Localização do bairro Rua Nova .....	29
Figura 3. Rua Nova: Participação da População Raça/Cor, 2010.....	35
Figura 4. Rua Nova: População por Faixa Etária .....	36
Figura 5. Rua Nova: Taxa de Envelhecimento por Raça/Cor.....	37
Figura 6. Área Lateral da Avenida Canal.....	44
Figura 7. Ramificação da Avenida Canal.....	45
Figura 8. Feira de Santana: Rua Olímpio Vital .....	46
Figura 9. Feira de Santana: Canal do bairro Feira X.....	47
Figura 10. Feira de Santana: Avenida Senhor dos Passos.....	75
Figura 11. Feira de Santana: Calçadão da Sales Barbosa.....	77
Figura 12. Feira de Santana: Remoção das Barracas do Calçadão da Sales Barbosa .....	77
Figura 13. Mapa de Homicídios de Feira de Santana, 2007.....	82
Figura 14. Homicídios Segundo a Densidade Demográfica em Feira de Santana -- 2012 -2014.....	83
Figura 15. Rua nova: Fila da Unidade Básica de Saúde .....	95
Figura 16. Rua Nova: Escolaridade por Faixa Etária/Gênero, 2010.....	105
Figura 17. Rua Nova: Perfil Laboral dos Moradores .....	117
Figura 18. Rua Nova: Rendimento Nominal por Faixa Salarial, 2010. ....	125

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Rua Nova: População por Raça/Cor Preta e Parda .....	34
Tabela 2. Perfil do Público Alvo da Pesquisa.....	61

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I – O GENOCÍDIO URBANO NA TERRA DE LUCAS DA FEIRA: ENTRE O PASSADO E PRESENTE DO BAIRRO NEGRO RUA NOVA.</b> .....	22
1.1 Feira de Santana: O Território de Lucas da Feira.....	22
1.2 Da “Senzala da Cidade” ao Bairro Negro Rua Nova.....	28
1.3 Levantamento Sociodemográfico do Bairro Negro Rua Nova.....	33
1.4 Modernização e Memória Urbana do Bairro Negro Rua Nova.....	39
1.5 Bairros Negros e Sub-Representação: A Saga da “Rua Nova dos Diabos” .....	49
1.6 Percepções de um Mapeamento Urbano-Afetivo da Rua Nova.....	52
<b>CAPÍTULO II- APORTES TEÓRICOS E CONCEITUAIS DA EXPERIÊNCIA URBANA NEGRA NA DISPUTA PELA CIDADE</b> .....	57
2.1 Recursos Teórico-Metodológicos.....	57
2.1.2 Multiplicidade de Processos Genocidas: A Lógica de Desordem. ....	64
2.2. Racialização das Experiências Urbanas Como Método de Ordenamento Espacial.....	65
2.3 Bairros Negros: Representação do Mito da Democracia Urbana.....	71
<b>CAPÍTULO III- INDICADORES DA LÓGICA DA DESORDEM NO BAIRRO NEGRO RUA NOVA</b> .....	74
3.1 Gestão Urbana da Vida Cotidiana: Indicadores das Condições de Existência Precária..	74
3.2 Violência Urbana na Rua Nova: O Fator Comum dos Bairros Negros.....	79
3.3 Sistema de Saúde no bairro Negro Rua Nova.....	87
3.3.1 Elos entre Vida e a Morte no bairro Negro Rua Nova.....	96
3.3.2 Rua Nova: Saúde e Gênero .....	99
3.4 Racismo e Sistema Educacional no bairro Negro Rua Nova.....	104
3.5 Ocupações e Ciclo da Vida Reprodutiva no Bairro Negro Rua Nova.....	116
3.6 A Vida Financeira de Um Bairro Negro: “O Que Manda é a Necessidade”!.....	124
3.7 Mobilidade Urbana no bairro Negro Rua Nova.....	137
3.8 Panorama das Dinâmicas de Lazer no Bairro Negro Rua Nova.....	145
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	152
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	160

## INTRODUÇÃO

A cidade é um campo fértil onde é possível descrever e captar as experiências concretas dos indivíduos relacionados com e no espaço urbano, este organismo definido por Santos (1997) como conjunto mutável e fator condicionante da sociedade que se expressa, sobretudo através de obras estruturais. Para este autor é a existência de estabelecimentos industriais e comerciais que constituem os fatores de desenvolvimento da economia de uma sociedade, portanto o espaço urbano é sempre relacional às estruturas sociais, aos indivíduos e aos grupos sociais.

A diáspora negra no espaço urbano das cidades brasileiras expressas pelo sequestro de povos africanos produziu no solo nacional territórios marcados pelo racismo regulado por práticas urbanas de extermínios e violências raciais para esses grupos específicos. Fruto desse contexto histórico, os espaços urbanos marginalizados e configurados em grande parte pelas favelas se revelam enquanto ambientes das mais diversas disputas políticas no campo dos conflitos de raça das cidades brasileiras.

Nos trabalhos do professor Henrique Cunha Júnior<sup>1</sup>, as peculiaridades raciais de estruturação do espaço urbano são trazidas na noção de *forma urbana negra*. O autor, através de investigações empíricas, difunde o conceito de *bairro negro* como aquele que demarca as dinâmicas próprias das realidades dos territórios negros nas cidades brasileiras. Tais espaços tratados como inacabados têm orientado nas cidades a localização dos lugares centrais de vigência das violações no que tange a controversa noção de cidadania, dignidade e humanidade nas políticas de reprodução, legislação e regulação do aparelhamento urbano.

O meu interesse em entender tais dinâmicas na Rua Nova surgiu de experiências anteriores ao processo de realização da pesquisa<sup>2</sup> de monografia. A partir de experiências inicialmente pessoais, a análise da Rua Nova se apresentou como campo fértil para contrapor as generalizações e ausências de debates raciais no interior do espaço de produção de conhecimento da área de economia, sobretudo porque havia poucos trabalhos que se debruçavam sobre as questões das desigualdades raciais, embora estivéssemos diante de um campo extremamente importante para construção de políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Algumas interpretações verificadas nos estudos de, CUNHA Jr; RAMOS, M.: RAMOS, Maria Estela Rocha. *Bairro da Liberdade: Autoconstrução em Território de Maioria Afrodescendente*. In: IV COPENE (Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros). CUNHA Jr., Henrique. *Liberdade: Território de Maioria Afrodescendente - Cultura, Autoconstrução e Espaço Urbano*. In: Anais XII Encontro Nacional ANPUR.

<sup>2</sup> CONCEIÇÃO, Kessia S. Cruz. **O perfil socioeconômico da Rua Nova: um bairro negro Feirense**. Pesquisa de Monografia para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas. UEFS - Feira de Santana, 2016.

Naquele momento, a pesquisadora natural de Santo Estevão, uma cidade do interior do estado da Bahia, já havia se mudado para Feira de Santana, queria fazer iniciação científica e aproveitar todas as possíveis oportunidades de experiências da Universidade. É nesse período, entre 2012 e 2016, que os bairros periféricos de Feira de Santana passam a ser observados pela autora nas suas “formas urbanas segregadas”, vale ressaltar, modeladas pelos saldos de inserção numa militância negra.

Dentre os muitos bairros de Feira de Santana<sup>3</sup>, de modo prevalente a Rua Nova, considerado um dos maiores redutos da cultura negra da cidade, se apresenta distinta e íntima em 2013 através do intermédio de um morador do bairro, colega e companheiro de curso, que chamaremos nesta pesquisa de Wilson Gomes<sup>4</sup>. Este homem negro de 36 anos, com personalidade questionadora, passou a inserir o ambiente do bairro nas dinâmicas e interações que compartilhávamos no cotidiano onde, a partir dali, foi possível conhecimento de relevantes traços do bairro.

Era a Rua Nova o bairro com maior representação de terreiros de candomblé<sup>5</sup>, os maiores nomes de artistas da cultura negra feirense eram membros dessa comunidade, a exemplo de Jorge de Angélica, Nilton Rasta, Dionorina, Paula Sanfer, atual vocalista da banda histórica soteropolitana Timbalada, entre outros grandes artistas. Emerge também desse bairro parte considerável dos blocos afros que ocupam a Micareta, tradicional festa de rua da cidade de Feira de Santana. Descobri que a Rua Nova fundou uma das maiores entidades de afoxé e percussão da cidade, o Afoxé Pomba de Malê, que hoje se aproxima dos seus 40 anos de existência e atuação no bairro.

Da Rua Nova saiu a música clássica conhecida pelos feirenses onde em qualquer show de reggae que possa haver na cidade será improvável não ouvir o coro “O negro do Pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral. É uma cobra coral! É uma cobra coral...”. Contam pela cidade que lá havia um negro que saía com uma cobra na cintura. Como podemos observar, mesmo sendo um espaço marginalizado, no interior desse bairro negro emergiam as melhores representações artísticas emergiam resultantes, sobretudo, de

---

<sup>3</sup> Atualmente a cidade de Feira de Santana conta com 44 bairros e 62 sub-bairros. Além disso, 13 (treze) regiões administrativas, sendo cinco no distrito sede, e 8 (oito) correspondendo a cada um dos distritos. Acesso em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=2&link=segov/regioesadm.asp>.

<sup>4</sup> Os interlocutores dessa pesquisa serão retratados através de nomes fictícios, como forma de preservarmos suas identidades, especialmente preocupados pelos agravamentos de publicação do trabalho no que tange depoimentos referentes à violência e tantos outros que denunciam o poder público local.

<sup>5</sup> Miranda aponta em seu trabalho a importância da participação negra da Rua Nova na construção dos espaços de representações afros da cidade de Feira de Santana, sobretudo na preservação da ritualização dos legados africanos. Sua pesquisa enfatiza a notável presença desses espaços no bairro no escopo da cidade: “[...] existiam vários terreiros lá no Calumbim e na Rua Nova. Na Rua Nova era o bojo. Tinham de cinco a seis” (2014, p.79).

uma auto-organização comunitária. Aliás, a comunidade da Rua Nova foi um dos bairros capaz de driblar os padrões de modernidade da cidade de Feira de Santana, como elucidaremos no decorrer desta pesquisa.

Sem dúvidas, estes eram aspectos culturais ricos e positivos que se revelavam extremamente importantes para consolidação de um território negro. Contudo, as conversas trazidas por Wilson apresentavam também os conflitos que se materializam na ordem dos efeitos da hierarquia racial da população negra, especialmente aquelas que as inserem em cadeias precárias de sobrevivência, delimitando as “fronteiras geográficas de inclusão e exclusão” construídas socialmente para sedimentar os territórios de exercício de poder e de “cidadania parcial” (VARGAS 2013, p. 23). Inegavelmente, este entusiasmado morador me apresentou tantas histórias que certamente não caberão nesta pesquisa.

Seus discursos geralmente oscilavam entre a trágica genealogia da vulnerabilidade: doença, desemprego e violência, quando dizia “(...) mataram um lá na minha quebrada hoje”, “as tia lá das áreas vivem com medo”, “Rua Nova é correria”, “eu cresci sendo seduzido pelo tráfico”, “quando fui procurar trampo não podia dizer que morava na Rua Nova, se não ninguém me dava emprego”, “uma vizinha lá da minha quebrada tá doente e a galera tá fazendo uma rifa pra comprar remédios”, de modo que este lugar emblemático chamado Rua Nova passou a ocupar um inevitável pertencimento interno que me conectava ao lugar, principalmente em função das similaridades das dinâmicas dos laços raciais que nos unem.

O conjunto de elementos que se desenharam antes e durante o processo criativo de investigação forneceram chaves de comunicação da experiência urbana negra compartilhada. A partir dela pude compreender muitas das realidades da Rua Nova antes mesmo de ir colher os dados propriamente para esta pesquisa. Ao longo do tempo foi possível me aproximar das realidades relatadas nos vários momentos de convivência junto a esse morador correlatas aos inúmeros dramas que trazia cada vez que uma demanda nova surgia. Compreendi as rotas de resistências e o desassossego do que é ter uma vida marcada pelo lugar onde se mora.

A partir da vivência nas terras feirenses fui levada também a acompanhar as inúmeras trágicas matérias de violência que o bairro protagonizava nos meios midiáticos locais, que em sua maior parte, estampavam as corriqueiras tragédias dos lugares de maior participação negra. A pesquisa de monografia comprova que a Rua Nova é um bairro de maioria negra, onde 87,9% são autodeclaradas pretas/pardas. No último levantamento censitário de Feira de Santana a cidade apresentou cerca 78,9% da população declarada preta ou parda em 2010<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Oliveira (2010, pg. 40) apresenta acesso a uma seção intitulada “Grupos raciais em Feira de Santana”, nos estudos de Popinno (1968), sobre dados da população de Feira de Santana. Nela pode-se observar um aumento

Em 2016, quando foi realizada a monografia, realizamos um debate para produzir o arcabouço teórico necessário para subsidiar a pesquisa, entre os quais podemos citar Moore (2010), um dos cientistas sociais mais importantes a respeito do pensamento sobre raça e racismo. Garcia (2006) que fornece um relevante debate sobre desigualdades raciais e segregação urbana em grandes capitais brasileiras. Leite (1991) sobre territórios negros em áreas urbanas e Santos (2012) nos fornecendo debates mais recentes a respeito das espacializações das relações raciais no urbano.

Naquele período, encontramos três trabalhos de pesquisa que tinham como tema o referido bairro: a monografia de Pinho (2010) que buscou compreender as representações de Pobreza do bairro Rua Nova; a dissertação de mestrado de Jesus (2013) sobre educação de Jovens e Adultos (EJA) e as relações raciais; por fim a pesquisa de Miranda (2014), mencionada pouco mais acima. A proposta trabalhada na monografia foi, portanto, a primeira pesquisa voltada a investigar os dados socioeconômicos sobre o bairro.

Um resumo geral do que foi elaborado nos informa que se escolhermos aleatoriamente um morador desse bairro, o mesmo estaria com uma probabilidade de 89,9% de sua população ter rendimento máximo de um salário mínimo, 78,8% de ter no máximo 44 anos e 53,1% de ser mulher. Em outros termos, um morador típico da Rua Nova é mulher de meia-idade, negra, alfabetizada, porém, com rendimento no nível de subsistência. Mais que números, essas porcentagens tratavam-se de marcadores que evidenciavam parcela relevante de sua população em situação de extrema precariedade.

Outro elemento extremamente paradigmático sobre a Rua Nova na década 30 é o fato de que a localidade onde hoje se encontra o bairro fora representada como a “Senzala da Cidade”. Desse modo, investigar a Rua Nova e a experiência de territórios negros partiu do interesse em aliar os esforços da minha produção acadêmica, sendo esta o comprometimento com uma produção de conhecimento que trouxesse a memória, luta e resistência de pessoas negras em diáspora. Especialmente por compreender as reflexões de Mattos (2008) quando ressalta que “somos herdeiros contemporâneos da luta pela liberdade e dignidade daqueles que não se deixaram derrotar pelo terror indizível da escravidão<sup>7</sup>”.

---

da população negra nessa região caracterizando a predominância dos descendentes de africanos. Conforme os dados em 1872, a população “branca” soma 14.653 (28%), ao tempo que em 1940 atinge apenas 10.122 (12%); a população de “negros”, em 1872, soma 12.761 (25%); em 1940, atinge o número de 23.553 (28%); quanto à população de “mulatos”, em 1872, soma 21.718(42%). Em 1940 alcança a alta cifra de 49.593, portanto 60% da população de Feira de Santana.

<sup>7</sup> Para Mattos, o que se constitui como um período de dominação hierarquizada de povos forjou-se historicamente no âmbito das relações com evidentes conotações racistas, e teve como garantia sua longevidade e efetividade um conjunto mais ou menos articulado de dispositivos institucionais legais, normativos e culturais sem os quais uma dominação desse tipo não teria sido possível (2008, p.55).

Vale destacar as dificuldades encontradas em trabalhar com dados quantitativos, sobretudo a nível local pelo fato de as secretarias da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, entre elas estão a de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SEDUR), a de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETTDEC) e por fim a Secretária da Fazenda (SEFAZ) não possuírem dados específicos relativos ao bairro. Por conta desse aspecto não obtivemos sucesso nas solicitações encaminhadas para estes órgãos a respeito de informações mais específicas do bairro Rua Nova. As razões disso se davam em função das propriedades da maior parte dos moradores não terem documentação formal ou pagarem IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Em todos os órgãos procurados, em geral, não havia informações ou estavam incompletas.

Sendo assim, parte da pesquisa que poderia trazer um perfil socioeconômico mais aprofundado, como por exemplo, dados em relação aos estabelecimentos e segmentos das atividades comerciais ofertados no bairro não puderam ser computados junto aos citados órgãos da Prefeitura, pois a maioria das atividades do bairro partia dos ramos informais. O que demonstra também o desinteresse por parte do poder público de mapear estas populações. Por que não há levantamentos a respeito da organização do espaço urbano e raça dentro dos aparatos institucionais no que tange a legislação urbanística de Feira de Santana?

Acreditamos que a governança local é consoante a um padrão brasileiro no modo de governar as cidades que visam aniquilar, quando não exterminar, a população negra, como defendem Vargas (2013); Oliveira (2013); Alves (2011). Quando os órgãos públicos de uma cidade do porte de Feira de Santana, que ocupa o posto de 2ª maior cidade do estado da Bahia, não são eficazes em explicar ou elaborar o quadro particular das condições de sua população e mais ainda da população que compõe a maior parte de seu território, temos aí grandes problemas escancarados.

De fato, o impulso da segregação racial do Brasil não é oficial, mas é informalmente instituída com a naturalização das desigualdades raciais e por políticas de extermínio, através de um racismo mascarado. Essa configuração onde o povo negro é majoritariamente exposto a vulnerabilidades e alvo prioritário de descaso do Estado, conforme pensamento de Abdias é denominado genocídio, termo encontrado especialmente na sua obra *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de Racismo Mascarado* (1978). O conceito de Genocídio, enquanto expressão política é traduzida como o processo de institucionalização estrutural do racismo não declarado que atua na produção sistemática de aniquilações físicas, materiais e simbólicas dentro de padrões de hierarquização que promove formas extermínio a um grupo. Além disso, é dispositivo atuante (e em curso) de organização social.

Diante das brechas e das possibilidades de aprimorar o tema a partir dos resultados iniciais, resolvemos ampliar o debate através desta dissertação incrementada a novas bases epistemológicas. Desse modo, além de tratarmos do genocídio, buscamos dialogar com o conceito de necropolítica. Denominado por Mbembe (2018), este conceito contrapõe a passagem da biopolítica<sup>8</sup> para uma necropolítica, onde nesta há uma tendência para o “trabalho morto”, isto é, onde a produção de valor encontra no “trabalho de morte” uma política global que busca em última instância onerar indivíduos e torná-los não rentáveis diante das atuais formas sociais neoliberais.

O autor a partir desse termo vem mostrar, portanto, que a operacionalização da raça dentro da história da humanidade não é fixa e tampouco existe desvinculada das dimensões políticas e econômicas que na contemporaneidade assume contingências nas formas como o Estado intervém e regula os corpos não rentáveis, especialmente na conjuntura do capitalismo neoliberal. Agora, o poder soberano atua não somente pela autoridade, mas por um conjunto de políticas de inimizade a esses grupos cujo projeto central é, conforme o autor, “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE 2017, p. 11).

A partir das formulações em torno da necropolítica, Alves (2012) elabora discursões em torno das relações entre raça e espaço urbano, defendendo que há na experiência urbana negra padrões mórbidos de governança espacial: gestão urbana através da necropolítica de modo a impossibilitar a reprodução social desse grupo. Diante disso, o controle da morte pela vida na esfera do poder ocorre principalmente em territórios racializados, unidades de maioria negra exposta à ação direta desses aparatos.

Nesta etapa, o *objetivo geral* é identificar as condições de existência da vida urbana do bairro negro Rua Nova para esclarecer se o bairro está inserido em dinâmicas próprias de padrões mórbidos de governança caracterizada por necropolíticas de gestão espacial anti-negra. A pergunta/problema que orienta esse trabalho é: *De qual forma o padrão mórbido de governança espacial urbana implica nas condições de sobrevivência do bairro negro Rua Nova?*

Para Vargas (2012), o genocídio nos dias atuais foi convertido como dispositivo que se alastra de modo amplificado nos muitos setores fundamentais para garantia da reprodução

---

<sup>8</sup> O conceito de governamentalidade [governmentality], tal qual originalmente elaborado por Michel Foucault (1991), diz respeito a uma "nova arte de governar"- baseada na tríade: soberania, disciplina e governo. Foucault identifica, a partir do século XVIII, uma mudança paradigmática no exercício do poder soberano. A habilidade dos aparatos de poder de promover a vida, ainda que por meio da imposição calculada da morte a certos grupos, é o que o autor chama de biopoder. Desde então, o foco do exercício do poder moderno se deslocou da morte para a administração calculada e otimizada da vida (ALVES, 2011 *apud* FOUCAULT 1990, p. 136).

da vida urbana. Segundo o autor, existe não apenas uma maneira de genocídio instalada sob o alvo da população negra, mas uma diversidade de processos diretos e indiretos que podem bloquear suas possibilidades sociais, políticas e econômicas, tendo a segregação não declarada como modo de relação que garante a manutenção das distâncias raciais nas esferas urbanas das cidades e, sobretudo, nas esferas de poder.

Com isso, além do que os números ali atrás revelaram, interessa-nos agora saber quem são esses sujeitos. Qual é a experiência urbana da Rua Nova? Qual arquitetura mais ampla levava quase metade dos moradores em idade ativa do bairro a sobreviverem com menos de um salário mínimo na cidade? Levantamos a *hipótese de que a experiência urbana do bairro Negro Rua Nova confirma a existência de um padrão mórbido de governança espacial na cidade de Feira de Santana, através de uma “multiplicidade de processos genocidas” sócio racialmente localizado.*

Os *objetivos específicos* visam: 1. Compreender como se constitui a experiência urbana da Rua Nova desde a sua fundação; 2. Entender como os Padrões de Governança se articulam com o racismo e espaço urbano; 3. Analisar as condições sociais, econômicas e acesso aos serviços públicos urbanos, tais como acesso saúde, trabalho, renda, educação, cultura e lazer, mobilidade e infraestrutura urbana do bairro; 4. Analisar como os modos de gestão urbana locais promovem políticas de precariedade, vulnerabilidade e genocídio no bairro negro Rua Nova.

No que diz respeito ao espaço urbano, o genocídio aparece nas realizações espaciais mobilizadas por critérios raciais, a exemplo de projetos reiterados de qualificação urbana que intensificam os privilégios de áreas nobres ocupados majoritariamente por pessoas brancas. Pelos sistemas de precariedade dos serviços e equipamentos insuficientes nos territórios suburbanos. Ademais, nas formas de controle e confinamento de mobilidade espacial, sem nos esquecermos, além disso, das instalações de unidade pacificadoras alocadas e disseminadas como estruturas exclusivas de áreas periféricas. Deste modo, pretendemos realizar uma análise crítica da experiência urbana negra do bairro Rua Nova, evidenciando a "multiplicidade de processos genocidas" inerentes a um modelo governança necropolítico.

A síntese das problemáticas levantadas por estes autores serão analisadas como dispositivos que explicam os muitos confrontos de reprodução da vida material urbana compartilhada nas experiências dos moradores desse bairro que configura, sem dúvidas, um grande espaço de resistência feirense, ou ainda um grande *Quilombo Urbano*, como defendeu recentemente a moradora e pesquisadora do bairro Flávia Santana no necessário e primoroso

livro paradigmático produto de sua dissertação em 2016<sup>9</sup>, com foco nas histórias populares da população mais velha e da tradição oral local.

Ratificamos a defesa do Quilombo Urbano e a força política e simbólica abrigadas em seu interior, embora optemos por dar continuidade à demarcação da nomeação da Rua Nova como um bairro negro, pois acreditamos nas potencialidades que o conceito, junto a outros termos como “territórios de exclusão”; “geografias racializadas negras” (VARGAS, 2013) tencionam nos debates referentes à cidade na proposta dessa pesquisa. Sobretudo a fragilidade do mito da democracia racial urbana na medida em que contrapõem os lugares privilegiados da cidade conhecidos como “bairros nobres”.

Estas são, além disso, categorias importantes para promover mais amplamente a territorialização racial de pessoas brancas e as assimetrias que se configuram na organização urbana racial para os diferentes grupos das populações brasileiras. Conforme Alves (2011), o perfil das relações raciais no Brasil faz recair sobre determinadas geografias urbanas experiências cotidianas de vulnerabilidades, ou seja, a partir de políticas institucionais do espaço urbano que agem por displicência e cumplicidade de gestões mórbidas e deficitárias dos serviços públicos. A realidade econômica-social dos moradores urbanos da Rua Nova especulada como ambiente que deposita um exemplo de síntese das problemáticas levantadas por estes autores serão analisadas a partir das experiências concretas dos indivíduos nos seus confrontos com a reprodução da vida material.

A respeito de um breve apanhando sobre a metodologia e coleta de dados dessa investigação, o exercício de realização dessa pesquisa contextualmente urbana se vale dos recursos da etnografia a partir de entrevistas semiestruturadas que registraram amplos setores da vida dos moradores do bairro. Para Geertz, praticar etnografia não é somente estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos ou somente mapear campos, segundo o autor “o que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’” (GEERTZ, 1989, p. 15). Nos recursos da etnografia, um elemento importante para essa pesquisa é a “experiência de alteridade”. Todavia, entendemos que a alteridade muitas vezes não somente constrói aquilo que parte do outro, como define o outro a partir de um não-lugar e da dessemelhança.

---

<sup>9</sup> Santana (2016, p. 28), afirma que se no quilombo histórico sua composição se dava a partir da autonomia dos negros que em contrapelo aos sistemas escravistas se aquilombavam e construíam seu próprio sistema social, nos quilombos urbanos o movimento de reclusão e aquilombamento são realizados pela segregação espacial imposta pelo jogo político de higienização territorial, a qual, por conseguinte criam os bolsões de mão de obra pronta para acumulação do capital. Para autora a Rua Nova encontra-se inserida na similaridade destes elementos.

O material de campo foi recolhido através de entrevistas semiestruturadas em encontros no âmbito do próprio bairro. Algumas nas casas dos moradores, outras em locais públicos, a exemplo da Praça de Dona Pomba no bairro Rua Nova, construção que leva o nome daquela que promove de maneira crucial através de doações de lotes para os afortunados da cidade e especialmente para os recém-chegados do Recôncavo Baiano na década de 30, a possibilidade de consolidação do bairro. Ao adentrarmos na história do surgimento do bairro isto ficará mais claro.

Foram entrevistados 10 moradores, entre estes, 6 homens e 4 mulheres com idades entre 21 e 63 anos. O roteiro de entrevistas foi dividido em eixos, o primeiro sobre: 1) características pessoais dos moradores; 2) estrutura das famílias; 3) relação com o bairro; 4) infraestrutura e equipamentos urbanos. O segundo trouxe: 1) serviços de saúde; 2) emprego e renda; 3) acesso à educação; 4) mobilidade.

Entre os moradores urbanos do bairro negro Rua Nova encarnados nessa etnografia, teremos homens e mulheres negros como critério básico para pesquisa. Centralmente buscamos escolher histórias de pessoas negras que pudessem combinar geração e gênero. Todavia, assumimos de antemão, que certamente deixaremos de incluir a diversidade de identidades que atravessam a noção de gênero nas interfaces de raça. O nosso entendimento partiu, sobretudo, da defesa de que o genocídio é contra o povo negro em suas diversas formas de existir na experiência urbana do bairro.

É importante ressaltar que o texto se vale também de outros sujeitos e sentidos, em especial os que indiretamente também acrescentaram palavras a essa escrita através das cartografias de suas itinerâncias no bairro. Referimo-nos a todos os moradores que pude visualizar pelas ruas, na porta de casa, nas rodas de conversas pelas esquinas e praças, mas também ao silêncio ou agitação de cada rua, as crianças em suas brincadeiras improvisadas nos passeios, entre tantos outros trânsitos e dinâmicas subjetivas apreendidas nas visitas locais.

Além desta introdução, a pesquisa conta com mais quatro seções que abarcarão os questionamentos levantados e discussões acerca do tema. A primeira seção abrange apontamentos da experiência urbana de Feira de Santana, na qual acionamos a trajetória de Lucas da feira como corpo simbólico da resistência negra feirense. Logo após levantaremos os processos referentes à formação do bairro, aspectos demográficos e a composição da sua população. Abordamos as reflexões e a relação afetiva dos moradores com o bairro, bem como a forte marca de estigma territorial da denominação “Rua Nova dos Diabos”.

A segunda seção situa os recursos metodológicos utilizados para a pesquisa. Uma revisão de literatura sobre raça, racismo e ideologia do mito da democracia racial. Serão sistematizados alguns dos processos basilares da experiência e trajetória urbana negra no Brasil, evidenciando os conflitos e interações com as políticas de controle social, de exclusão e violências do Estado no âmbito das relações raciais. São aprofundados os conceitos chaves da pesquisa: Necropolítica, Mbembe (2018), Padrões Mórbidos de Governança Espacial de Alves (2010; 2013), Racismo Anti-negro de Vargas, (2012). Soma-se a estes Kowarick (1978; 2000) que auxilia no debate a respeito das características de gestões urbanas que culminam em condições urbanas de existência precária pela não garantia dos recursos relativos à sobrevivência. O somatório desses fatores é chamado pelo autor de espoliação urbana.

Na terceira seção, composta pela maior parte dos dados empíricos, abrangeremos a análise dos padrões de governança espacial expressos na Rua Nova, especialmente observando se a organicidade do genocídio é componente presente dentro das territorialidades do bairro. Além disso, traz a sistematização da organização social da comunidade frente à ineficácia da administração pública local, referente à prestação dos serviços urbanos e como os moradores interagem no cotidiano com as demandas não supridas de distribuição de recursos.

Nas considerações finais, visamos explorar as insurgências que aparecem mobilizadas diante das condições adversas das cidades e especialmente refletir os modelos possíveis de edificar uma reconfiguração desses lugares. Refletir sobre o atual estágio das formas de vida e sobrevivência da comunidade negra do bairro, demarcando especialmente o projeto de genocídio enquanto processo contínuo. Estaremos em concordância com Abdias Nascimento, adicionalmente preparados para o fato de que “com todo esse cortejo genocida aos olhos de quem quiser ver, ainda há quem se intitule de cientista social e passe à sociedade brasileira atestados de ‘tolerância’, ‘benevolência’, ‘democracia racial’ e outras qualificações virtuosas dignas de elogio” (NASCIMENTO, 2018, p. 131).

## **CAPÍTULO I – O GENOCÍDIO URBANO NA TERRA DE LUCAS DA FEIRA: ENTRE O PASSADO E PRESENTE DO BAIRRO NEGRO RUA NOVA.**

### **1.1 - Feira de Santana: O Território de Lucas da Feira.**

Antes de adentrarmos na Rua Nova é necessário localizar o espaço político-geográfico que abriga o bairro negro em análise: a cidade de Feira de Santana situada no Estado da Bahia. Sua inauguração é datada por volta do ano de 1873, quando emerge a partir de fluxos migratórios nas proximidades da Vila S'antana, local onde é difundida uma feira livre consolidando por meio desse elemento peculiar o nome da cidade. Ao longo dos anos, o crescimento acentuado da feira, especialmente de comercialização de gado e gêneros alimentícios, estabeleceu uma grande rede de abastecimento local, sendo este o principal fator responsável por dinamizar relações comerciais que edifica a cidade como importante polo de trocas intrarregionais<sup>10</sup>.

Somada a uma posição privilegiada e estratégica de entroncamento interligada com outras vias do país, a cidade teve desenvolvimento favorecido e conseqüentemente a ampliação do seu potencial econômico no circuito regional. Mediado por estes processos, o que antes configurava um povoado onde pequenos grupos de feirantes se organizavam, hoje representa a segunda maior cidade do Estado, abrigando no seu interior uma população estimada em 614.872 habitantes dos quais 78,9% dessa parcela são autodeclaradas pretas ou pardas, segundo dados do IBGE (2019).

Considerando tais aspectos, no registro desta pesquisa não abrimos mão de resgatar a trajetória transgressora de Lucas da Feira, mais precisamente Lucas Evangelista dos Santos<sup>11</sup>, nascido no início do século XIX numa região hoje pertencente à cidade de Cachoeira como lastro que conduz uma percepção simbólica-social desse território. Optamos desse modo em apresentar Feira de Santana de uma maneira insurgente, quer dizer, apresentá-la a partir das experiências de pessoas negras por compreendermos a inscrição dessa corporeidade como central nos conflitos históricos da população negra em diáspora com o espaço urbano e com o próprio poder público desse território.

---

<sup>10</sup> Para maiores dados sobre surgimento da cidade de Feira de Santana ver POPPINO, Rollie E. Feira de Santana. Salvador: Itapoá, 1968.

<sup>11</sup> As informações sobre a vida de Lucas da feira podem ser encontradas na transcrição do processo de Lucas da Feira, publicado no livro Município da Bahia (1909), disponível também no site: [http://www.feiradesantanna.com.br/livro\\_municipios.htm](http://www.feiradesantanna.com.br/livro_municipios.htm).

Essa compreensão torna Feira de Santana para muitos e, especialmente para o sentido desta pesquisa, a “Terra de Lucas da Feira”. Antes de dizermos o porquê, precisamos esclarecer o que este sujeito realizou em Feira de Santana capaz de transformá-lo numa narrativa sócio-racial de cidade. Como grande mobilizador social, Lucas da Feira desafiou a ordem dos regimes vigentes da sociedade escravagista e colonial de Feira de Santana e região do recôncavo baiano. Abaixo uma imagem que ilustra o emblemático Lucas da Feira.

**Figura 1.** Lucas da Feira



Fonte: Viola de Bolso (2011).

Em função disso, Lucas da Feira se tornou uma das figuras mais perseguidas do agrupamento de capatazes senhoriais feirenses empenhados veementemente na retaliação dos saldos de suas ações organizativas, de antemão, legitimadas pelo próprio estado de barbárie. Lima (1990) menciona entre estas, saltar as formas da unidade reprodutiva feirense através da resistência escrava; perturbar a ordem econômica; estimular a rebeldia de outros cativos inseridos no regime de violência braçal; ferir a propriedade privada por meio de furtos e roubos; homicídio e tentativas de homicídios. De acordo a autora existiam ainda outras acusações e alegações agravantes presentes na história oral e oficial a respeito de Lucas que, no entanto, jamais estiveram comprovadas.

Ao que parece, o Estado que geralmente antecipa o julgamento numa “guerra civil que faz do corpo negro paisagem de agressão” (VARGAS, 2013) incontestável à predisposição a criminalidade e violência, para não criar provas contra si mesmo tratou de eliminar<sup>12</sup> por meio das suas instâncias burocráticas e administrativas o conjunto de documentos que atestam a absolvição de Lucas dos arquivos dos registros criminais. Estes documentos teriam sido supostamente eliminados como saída do próprio Estado diante das atrocidades que foram, arbitrariamente, direcionadas a Lucas.

Compreendemos que Feira de Santana demarca a racialização de sua geografia desde os primórdios de sua inauguração. Nesta perspectiva, a trajetória de Lucas oferece o teor dos projetos de ordenamento do território a partir dos diversos eventos articulados na busca de erradicar sujeitos como Lucas que são empurrados à espreita da subalternidade e criminalização. A revelia de se manter enclausurado na condição de escravizado, Lucas da Feira assumiu a insubordinação como princípio de vida. Entre as muitas contribuições de Lucas da Feira, um de seus grandes feitos de Lucas foi sem dúvidas organizar um grupo de “bandoleiros”, conhecido como “Bando de Lucas da Feira”<sup>13</sup>, onde junto a outros negros puderam formalizar publicamente nas relações senhoriais do território feirense a força de organização da revolta negra contra os regimes de vida urbana impostos.

Das encruzilhadas da Cidade Comercial, espalhavam-se muitos daqueles que estiveram grafados no corpo os dramas da passagem do trânsito violento do período colonial. De acordo Lima (1990), Lucas e os Bandos de Lucas desencadeavam um enorme desafio para acomodação do regime escravista, sobretudo porque eles revelavam de modo fervoroso possibilidade de formas alternativas de sobrevivência num momento em que já se desenhava o fracasso da instituição escravagista. O bando instaurou diversos conflitos no comércio urbano local, desafiando o poder vigente a extirpar quaisquer práticas que desfigurassem a falaciosa “ordem urbana”.

Ainda segundo a mencionada autora acima, existe uma multiplicidade de discursos oficiais e não-oficiais que protagonizam o enredo do percurso de Lucas da Feira. Contudo, de

---

<sup>12</sup> Conforme Lima, a história do desaparecimento dos processos criminais de Lucas é longa. Depois de ocultado durante algum tempo em Feira de Santana, o documento foi encaminhado ao Arquivo Público da Bahia. Segundo a autora algumas pessoas tiveram acesso ao documento, porém depois, misteriosamente, os documentos desapareceram daquela instituição. A seu ver, “certamente eles forneceriam informações precisas sobre os motivos que o levaram as ações criminosas e detalhes a respeito do julgamento do cativo. Assim, a história da Bahia Imperial sofreu a perda de uma das fontes mais importantes para o estudo da rebeldia escrava no campo” (1990, p. 185).

<sup>13</sup> Lima aponta que naquele período, os bandos floresceram em diferentes localidades onde a cana-de-açúcar teve o seu apogeu. Em geral, os escravos fugitivos dirigiam-se para a Vila da Feira, atraídos pela encruzilhada comercial, que ligava a Vila ao Recôncavo e ao Sertão (1990, p. 187).

informações formais e desencontradas, sua existência sem dúvidas compõe um dos repertórios mais marcantes no seio da sociedade colonial feirense. Como punição de sua insurreição radical, Lucas foi levado a enforcamento protagonizando uma das cenas mais virulentas dessa terra que historicamente abate corpos negros.

Isso correu em 25 de setembro de 1848, todavia, não sem antes ter mãos amputadas levadas a desfile pelas ruas da cidade para cumprir os rituais de espetáculos <sup>14</sup>da supremacia branca que se alimenta também da economia libidinal, que enxerga nos corpos “um objeto de consumo e vontade” (VARGAS, 2013, p. 18). Além disso, o corpo de Lucas da Feira foi desfigurado para exames compondo amostras de estudos para bases de análises de estudos eugenistas<sup>15</sup>. Por ousar perverter as desigualdades e injustiças sociais, este sujeito feirense foi ainda conhecido como “o demônio negro; o perverso salteador; famigerado do sertão; rebelde do saco de Limão; temível facínora; Hobin Hood do sertão” (COSTA; SOARES, 2015).

“A Terra de Lucas da Feira”, como frisa Nascimento (2010, p. 25), é uma expressão “comumente atribuída à Feira de Santana, normalmente carregada de uma conotação pejorativa, cujo simbolismo está correlacionado à rebeldia escrava personificada em Lucas Evangelista”. Os atos de Lucas, que na leitura social da história de Feira de Santana esteve subjugada por espelhar posturas moralmente questionáveis<sup>16</sup>, onde um sujeito negro foi exposto enquanto propagador e não vítima dos abismos das estruturas de poder descrevem na realidade as respostas encontradas para reivindicar os dilemas da sua existência subsidiada pela própria violência colonial.

Lucas foi morto pelos crimes que cometeu: construiu lutas políticas coletivas em ações radicais, desafiou os sistemas de dominação, buscou sucessivas tentativas de retirar o povo negro da subordinação, impulsionou disputas coletivas negras na cidade, entre outros supostos crimes inseridos na luta pela sobrevivência. A sua morte foi legitimada no espaço público urbano, julgado para enforcamento na Praça da Igreja dos remédios localizada na atual Rua Conselheiro Franco da cidade e morto na Praça da Gameleira,

<sup>14</sup> Segundo Lima, a notícia da prisão de Lucas foi recebida com festa na Vila: queima de fogos, repique de sinos, disparo de armas de fogo e estampido de morteiros. As camadas populares viveram um momento de inquietação. As ruas estavam enfeitadas com bandeirolas, tendo algumas casas colocado velas acesas nas janelas. A Igreja Matriz celebrou uma missa em comemoração pela captura de Lucas. Em seguida, os populares desfilaram pelas ruas cantando, dançando, comendo e bebendo, tudo distribuído pelos comerciantes (1990, p. 2000).

<sup>15</sup> Ver Nina Rodrigues. Lucas da Feira. In: *As Coletividades Anormais* (1998, p. 102). Após Lucas da Feira ter sido enviado para Cachoeira onde teve o braço amputado e em seguida removido para Salvador. O braço espetado por espinhos de mandacaré foi exibido como troféu e o crânio enviado ao respeitadíssimo Dr Jonatas Abott para estudos sobre o DNA do crime a partir de análises osteológicas.

<sup>16</sup> Alguns links: <https://oliveiradimas.blogspot.com/2007/11/feira-pode-viver-sem-o-busto-de-lucas.html>. <https://blogs.ibahia.com/a/blogs/memoriasdabahia/2013/01/30/a-pena-de-morte-na-bahia-na-execucao-de-lucas-da-feira/>.

onde ocorria a Feira do Gado, atualmente Praça D. Pedro II, mais conhecida como Praça Nordestino, são endereços que hoje se apresentam como ruas centrais da cidade.

Com extensas concentrações de lojas e barracas de serviços informais, estas ruas sintomaticamente continuam dando corpo à inserção da população negra numa desigualdade estrutural. Por conta disso, buscamos ressaltar as histórias incutidas por trás dessas arquiteturas nas quais há recorrentes empenhos em negar a participação irreverente de Lucas da Feira na memória social da cidade. Reflexo dessa postura é a reprovação do projeto de Lei levado à Câmara de Vereadores em 2010 que buscou reivindicar a nomeação de uma rua e construção de um busto na praça que protagonizou sua execução para edificar o reconhecimento da importância da sua memória e, sobretudo, demarcar o rastro sangrento e violento do escopo urbano da cidade.

Todavia, a própria proposta fez ressurgir o repúdio da imagem de Lucas da Feira entre os veículos de comunicação dos grupos hegemônicos divulgada pelos noticiários locais<sup>17</sup>. Exemplo dos tipos de justificativas para frear a solicitação, a matéria do jornalista Batista Cruz argumenta discordância em erguer monumentos em memória de homens que “foram contra a lei”, imprimindo reiteradamente o exercício de extirpar qualquer afirmação urbana dos grupos subalternizados na disputa pela cidade, ou mais precisamente, da participação negra.

Esta interdição declarada contra uma tentativa de reparação urbana do legado da população negra vigorada nesses discursos e mobilizações coloca o enfretamento das injustiças sociais enquanto crimes à sociedade civil. Nestas reações encontram-se o medo e o recalque de uma imagem de cidade que possa assumir publicamente os processos de extermínios que já executou ou, além disso, anunciar nessas representações o medo de filiações com insurgências de luta, lugares e práticas de resistências. Talvez por isto, bastante distante da representação da “Terra de Lucas da Feira” amplamente divulgada como a “Cidade Comercial” e “Princesa do Sertão”, Feira de Santana tradicionalmente buscou edificar na construção das suas narrativas urbanas gramáticas raciais de modernidade que guiaram seus processos de urbanização.

As elites locais estabeleceram como ideal os aspectos do progresso e da civilidade, ancorados na representação da cidade como a “Princesa do Sertão”. Deste modo, não poderia ser representada com elementos ou símbolos de incivilidade e atraso, características que eram atribuídos pela imprensa ao modo de vida rural. Essa representação surgiu do episódio da visita de Rui Barbosa à Feira de Santana, em dezembro de 1919, quando realizou uma conferência no Cine-Teatro Santana, tendo

---

<sup>17</sup> Acessar em: <https://oliveiradimas.blogspot.com/2007/11/feira-pode-viver-sem-o-busto-de-lucas.html>

como tema principal a política na Bahia e no Brasil. Todavia, foi à introdução do seu discurso que acabou perdurando no imaginário local, ao declarar que “de Vila Nova da Rainha à Feira de Santana, da antiga corte sertaneja tornava-se a bela Princesa do Sertão”. (SANTOS 2012, pg. 25).

Em paralelo ao conteúdo da “Terra de Lucas da Feira”, se edifica com amplos reflexos de teses racialistas a ideia de atraso como fator central de desvinculação dessas representações na partilha pública da cidade. Representações como “Princesa do Sertão” e “Cidade Comercial” demarcavam espacialmente a batalha entre civilização e incivilidade instaladas na consolidação de novas narrativas urbanas. Implicitamente são articuladas nessas nomenclaturas interações entre poder e representações hegemônicas do espaço urbano. Principalmente as tentativas de regenerar sua marca rural a partir de investimentos de disciplinamentos higienistas e morais como eixos centrais na construção de suas representações urbanas.

Desse modo evocamos a Terra de Lucas da Feira como chamado para importância da memória de determinados sujeitos, a potência e a força dessa expressão política-simbólica capaz de acionar subsídios constitutivos das dinâmicas raciais remodeladas em experiências atuais de sujeitos que experimentam a cidade em seus processos de exclusão. Podemos observar nas histórias dessa cidade inscrições com significados de uma “cidade dual”, atributo de Agier (2011), para as situações de cidades, notadamente bipartidas, fragmentadas, nas quais os grupos em sua diversidade e desigualdade precisam fundar e refundar o significado dos seus espaços urbanos e públicos.

O famoso Lucas, “famigerado do sertão”, não por acaso registrou relação direta nas terras onde hoje se localiza o bairro negro Rua Nova, numa região conhecida como “a senzala da cidade”, sua territorialidade de trânsito assíduo. Conforme Sodré (1991) que afirma no passado ter sido esta localidade “um dos sítios muito frequentados por Lucas da Feira”. Consagrado como um desordeiro, Lucas permanece vivo na tradição de Feira de Santana disputando a cidade. Como Lucas, existem vários pelas terras feirenses. Atualmente seu legado de insubordinação permanece levado a diante pelo “Bando de Lucas da Feira”, grupo de homens negros que anualmente desfilam em uma das maiores festas de rua da cidade, o Bando Anunciador.

Lucas sinalizou os corpos que seriam forçados a viver em guetos residenciais longe do centro da cidade, marginalizados e confinados em comunidades periféricas. A saga de Lucas da Feira e sua demonização na esfera urbana pública reproduzida dentro dos dispositivos do poder coercitivo, de criminalização e dominação, são os mesmos que reproduzem mais tarde

nomenclaturas que legitimam a ação criminosa do Estado, criando espaços de representação do perigo, como veremos na saga da “Rua Nova dos Diabos”.

Tanto Lucas, quanto o bairro Rua Nova, são componentes da cidade que tiveram e têm suas imagens imputadas por características de marginalização por setores da sociedade dominante feirense. Portanto, a ligação de Lucas da Feira com o bairro Rua Nova não é meramente metafórica, antes disso, posiciona o endereço e os sujeitos dos projetos de segregação da cidade que encontra nos grupos negros subalternizados o ponto central e tácito de exercício de violações e violências.

## **1.2 Da “Senzala da Cidade” ao Bairro Negro Rua Nova**

Poderíamos dizer que a Rua Nova é apenas mais um bairro de Feira de Santana atravessado pelas desigualdades e número alarmante de notícias de violências e reivindicações estampadas nos jornais. De fato, ele é matéria prima constante destas estórias e somente isso deveria causar incômodo se vivêssemos numa sociedade que repudia o sofrimento alheio, as mortes letais, a injustiça, a miséria, a falta de recursos e uma vida ameaçada pelo medo até mesmo nos locais de moradia.

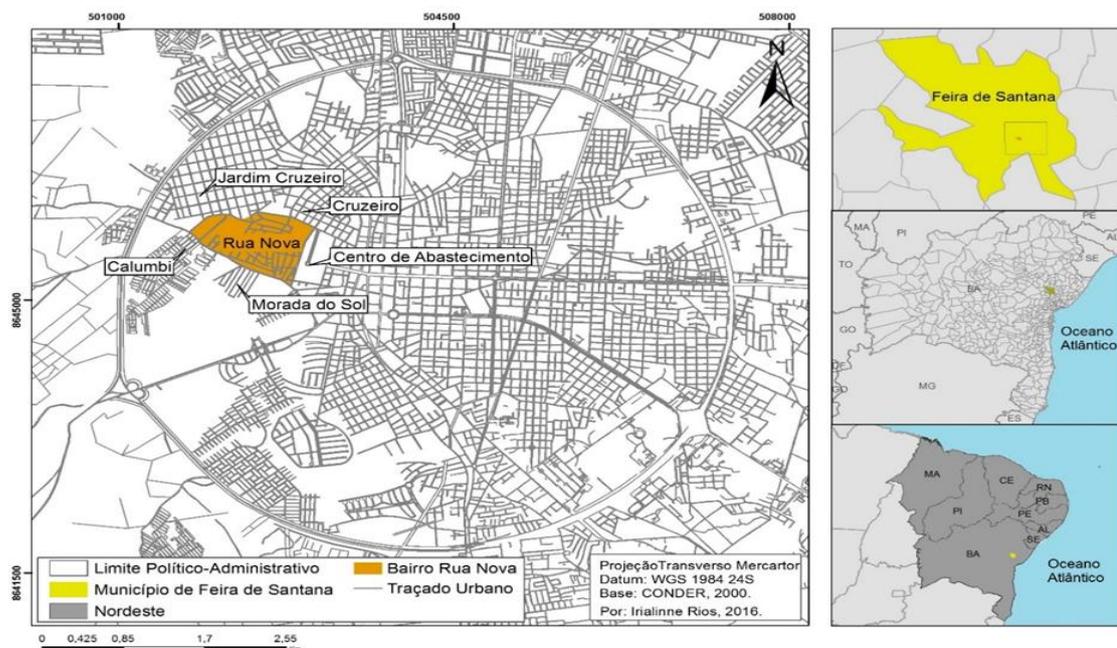
Campos (2012, p. 63) considera que, como resultado de fatos históricos, econômicos e espaciais temporalmente delimitados, os grupos dominantes foram capazes de construir o inusitado: a “estigmatização do espaço”. Ainda conforme este autor, nenhum fato social pode ser explicado a partir dele mesmo. Dessa forma, mesmo a “criminalização” do espaço precisa ser contextualizada na história socioespacial da cidade. Partindo desse pressuposto, o surgimento da Rua Nova antecede uma série de elementos que anunciam as bases do seu processo de segregação no território da cidade de Feira de Santana.

Segundo Oliveira (2011, p. 168), ainda com poucos elementos de urbanização e expansão da malha urbana em meados da década de 30, a cidade contava com poucas ruas que inter cruzavam pequenos bairros definidos como “pontos de rua”. Essas áreas apontadas como subúrbios, dizia respeito aos lugares que foram incorporados na leitura da cidade a desordem, associados a prostíbulos, encontros de vagabundagem, e nas palavras de Sodré (1991) definidas como “a senzala da cidade”.

Santos (2017) considera a posicionalidade negra como um “não-lugar” construído pelo racismo, não apenas como sistema de dominação política, mas pelas chances de uma vida diferenciada, condicionada a uma “sobrevida de escravidão”, a uma sujeição e abjeção continuada a despeito do que preconiza os princípios penais da constituição cidadã de 1988. De significado indiscutivelmente simbólico e aglutinador de incipientes processos de estigmatização, a senzala da cidade é, portanto, o arranjo que sedimenta o surgimento do bairro Rua Nova na década de 40.

Observamos, desse modo, que a demarcação espacial de “senzala da cidade” tinha a obstinada necessidade de reinaugurar a barbárie dos povos africanos trazidos forçadamente para o Brasil. Naquela região desvinculada do reconhecimento formal da cidade surgiram diversos bairros de maioria negra, a exemplo do Calumbi, que antecede a formação do bairro Rua Nova como pílulas que incorporavam os processos de hierarquização do espaço urbano local. Os “subúrbios” da cidade que renunciaram os conteúdos das periferias da terra de Lucas da Feira é o desenho da gênese simbólica do racismo feirense. As áreas do bairro Calumbi e Baraúnas como parte dos Subúrbios da Cidade encontra-se o território do bairro Rua Nova localizada no subdistrito de Santana ilustrada na imagem a seguir.

**Figura 2.** Mapa de Localização do bairro Rua Nova



Fonte: Conceição (2016).

Residia no interior desse desenho discursivo primordial as diretrizes que legitimavam a continuidade de diversos processos derivados no seio da violência colonial. Busco com isso

dizer que a senzala da cidade acionava mecanismos escancarados contra sobrevivência da população negra feirense. Queremos chamar atenção que essa demarcação de território catalogava os locais a serem ocupados pela população negra da cidade, especialmente vinda do recôncavo da Bahia entre outros grupos subalternizados que viviam à deriva nas ocupações urbanas.

A partir dessa catalogação percebemos os rastros socioespaciais que articularam os vetores do processo de formação do bairro negro Rua Nova, bem como os distanciamentos raciais que eram impressos na geografia da cidade. As favelas inexoravelmente vistas e interpretadas pelas lentes da ameaça existem crucialmente nas geografias urbanas porque ela representa o espaço do outro, do diferente, que não deve ser compreendido nas cidades a partir de um lugar de humanidade, sobretudo ser reconhecido dentro da cidadania nacional. As senzalas, espaços de confinamento, desumanização e brutalização de corpos negros, se revelam no espaço de Feira de Santana como modelo de regulação do espaço territorial alheio à participação negra.

Isto justifica o porquê os rumos daquela região embora localizados disputando o centro da cidade, à medida que a malha urbana se expandia, estes bairros foram achatados para as bordas do crescimento urbano do “lugar onde a cidade acontecia”, conforme é defendido abaixo.

[...] logo a Rua Nova se reconfigurou passando a fazer parte do centro, nesse caso não foram os subúrbios que avançaram foi o centro da cidade que sofreu uma reestruturação perimetral. O subúrbio permaneceu em seus aspectos simbólicos como marcador do território, o que permitiu que o bairro não fosse então caracterizado como centro. Por mais que geograficamente o bairro passasse a ser parte da zona central da cidade suas características socioantropológicas permaneciam as mesmas. (SANTOS, 2016, p. 28).

Segundo Kilomba (2019, p. 167) a necessidade de regular a distância física de pessoas *negras* e de definir as áreas que elas mesmas podem usar, revela uma dimensão muito importante do racismo cotidiano relacionada a fantasias de contágio racial e das espacialidades negras<sup>18</sup>. Logo, o território da Rua Nova já nasce carregando os impactos históricos dos padrões de governança mórbidos locais. Ao observarmos as narrativas em torno dos subúrbios da “senzala da cidade”, é instituída preliminarmente a geografia da raça na

---

<sup>18</sup> A espacialidade - ou a territorialidade - enseja falar-se de um tipo de relação, a relação espacial, inapreensível pelas estruturas clássicas de ação e de representação, mas inteligível como um princípio de coexistência da diversidade e como um conjunto de "virtualidades infinitas de coexistência" ou de comunicação. (SODRÉ 2002, p.18).

cidade, impressa no desenho de desqualificação entre as “pontas da rua”. Seriam nestes “espaços vazios” que os sujeitos, “carente de tudo, inclusive de cultura”, teriam de experimentar a vida na diáspora afro-brasileira feirense (OLIVERIA, 2011, p.168).

Todavia, mesmo sendo aquela área geográfica orientada por critérios urbanos raciais, a efetiva consolidação do bairro se dá não por iniciativas de um programa formal assistencialista do poder público local que pudesse promover habitação básica para população negra empobrecida, mas pelo protagonismo de uma mulher que perverteu as regras dos projetos de exclusão urbanos. A história da Senhora Ernestina Carneiro, conhecida como D. Pomba, mulher negra proprietária de uma fazenda herdada da sua família que permitiu a partir de aforamentos e doações voluntárias de lotes a consolidação do bairro Rua Nova na década de 40, ainda abriga muitas perguntas sem respostas.

Não existem consensos sobre as intenções das suas posturas, contudo, nas pesquisas bibliográficas sobre o bairro, Pinho (2010); Jesus (2013); Miranda (2014); a imagem da proprietária aparece extremamente conectada a atitudes nobres e de caridade onde, nesta última, de modo mais marcante, ela é retratada a partir da fala de um interlocutor e morador do bairro como a “mãe da pobreza da Rua Nova”. Embora sejam poucos os dados referentes à D. Pomba, fica registrada nesta pesquisa a potência de uma mulher certamente digna de um empenho documental sobre seu legado.

Ademais, somos afeitos da defesa a respeito dos questionamentos dos aforamentos de que, “não existe versão a ser desconstruída”, cabe a nós validar a autenticidade da história oral dos moradores do bairro, especialmente reconhecendo a memória enquanto elemento político, e os valores simbólicos impressos no interior dessa história. Afinal foram eles, os moradores, que participaram das “experiências diretas de negociação” que mediaram à possibilidade de existência do bairro (SANTOS, 2016, p. 26).

Na fala, por exemplo, da interlocutora Rufina Gomes, mulher negra de 40 anos, daquelas de atitude bastante expressiva empenhada em mobilizar forças para processos de mudanças do bairro, mãe de dois filhos e quituteira, dona Pomba foi descrita como uma referência crucial que possibilitou o surgimento do bairro, conforme descreve aqui abaixo.

A Rua Nova foi criada sem intenção nem infraestrutura de bairro. Não teve intenção de bairro. Aqui era uma fazenda de D. Pomba que foi agregando o pessoal, ela não teve filho, mas ela criou cinco. Ela gostava de criança, aparecia um bocado de criança pra brincar ali na área dela, ela dava leite, café. Ela dava um pedacinho de terra, tinha uma mulher com filho, sem marido, com quatro filhos, ela dava um pedacinho de terra, aí dizia: “tu planta de meia, eu te dou a semente tu planta, da metade a teus filhos e outra metade me dá”, aí aquela metade ela já dava um pedacinho a outro pra plantar e assim foi aumentando.

Não estão inclusos nos propósitos da pesquisa aprofundar as razões dos aforamentos e doações voluntárias da proprietária, nossa investigação se somará aos demais acrescentando que dona Pomba foi, de antemão, provocadora em povoar sua propriedade por membros da comunidade negra, foi uma mulher que compreendia a importância da coletividade e abriu caminhos para reconstrução mínima de dignidade de um grupo arriscado a vagarear indigentemente interpelados pelas condições de exclusão. Dona Pomba permitiu ao bairro negro Rua Nova burlar as técnicas de apagamentos da supremacia branca encrustadas na intenção daqueles que viam nesse grupo a norma de pertencer à cidade de modo subjugado ou ainda renegado até mesmo aos limites das áreas de segregação negra da cidade.

Afinal, a lógica da segregação é ponderada “pela participação daqueles que desqualificam a imagem da nação, os “não-nacionais”, aqueles posicionados em um sistema de ordenação onde não há lugar para elas” (KILOMBA, 2019, p. 172). A Rua Nova, emergida a partir de uma lógica comunitária, registra o “lembrete geográfico” das ideologias segregacionistas e dos conflitos confinados ao sujeito negro no âmbito da cidade. Amélia Cruz, mulher negra de 32 anos, trançadeira, mestra e professora da rede básica de educação reside no bairro há mais de 28 anos. Seu relato inscreve os dispositivos da segregação que permeia o bairro no ambiente da cidade e as lutas em torno da conquista do espaço.

[...] a Rua Nova é criada dentro de um espaço de ódio, né. Ela é odiada desde o princípio, tipo, é um bairro que não era para ser. Então assim, a Rua Nova ela sempre foi contestada por esse espaço, do lugar onde ele tá. Porque Reza a lenda que ali (na região do canal) deveria cortar a Via Principal até Getúlio e ligar a avenida contorno (principais avenidas da cidade). Então o bairro, ele paga pelo preço de existir.

Os confrontos que a interlocutora aponta revelam as disputas existentes de controle territorial nessa região da cidade onde os sistemas de dominação raciais excedem a instituição da perseguição física. Aqui são expostas as inúmeras interdições do espaço por diversos projetos especulativos. Isto talvez explique o porquê dos moradores nunca conseguirem regularizar mesmo após mais de 70 anos a propriedade dos imóveis.

A postura revolucionária de Dona Pomba demarcada na fala do morador do bairro seu Manoel Aquino, extraída dos relatos do trabalho de Miranda (2014, p. 77), provoca a ideia de que a primeira reforma agrária urbana da cidade de Feira de Santana foi promovida por seus feitos. Entretanto, há dentro dos aparelhamentos legais-urbanísticos uma arquitetura jurídica

que impõem diversas barreiras nas quais os moradores encontram-se impedidos, sobretudo de se resguardarem com relação às inúmeras arbitrariedades cometidas pelo estado que se vale da falta de regulamentação para promover, por exemplo, remoções forçadas especialmente entre os moradores de periferias porque são estes os que massivamente residem em condições urbanas irregulares.

A perpetuação dessa prática reafirma a negação de direitos para essa população, o que amplia o poder da especulação imobiliária, além de gerar demais entraves burocráticos quanto à comprovação de endereço que media acesso nas ofertas públicas, a saber, educação, saúde, programas de transferência de renda e até mesmo posses de empregos. Sabemos que esse impasse não pertence à forma como D.Pomba geriu a administração do espaço, mas indiscutivelmente ao racismo institucional que não tem interesse em formalizar as pessoas negras no espaço urbano. A partir desse apanhado apresentaremos um bairro onde a insurgência reside desde a sua inauguração, especialmente na força da autonomia daqueles que resistem.

Dona Pomba, que permitiu mudar o percurso dessa inscrição, talvez carregasse os laços ancestrais de irmandade e trabalho em redes tão presentes entre as mulheres negras. Mulheres que se revelam como pilares fundamentais e importantes da comunidade, enquanto princípios que buscam romper com a individualidade e acumulação disfuncional, tão difusa na hegemonia dos sistemas de opressões raciais. Dona Pomba ressignificou o elemento fundante desse território de Senzala à Rua Nova, nome fixado quando foi solicitada a concessão de parte de um trecho da fazenda para viabilizar a frota de gado que passava pela propriedade, essa passagem, ou melhor, a rua, fez-se consolidar o emblemático bairro negro Rua Nova.

### **1.3 Levantamento Sociodemográfico do Bairro Negro Rua Nova.**

No sentido de situar sucintamente o leitor em torno dos aspectos sociodemográficos do bairro negro Rua Nova iremos trazer neste tópico alguns indicadores gerais que informam a cartografia censitária do local. De antemão ressaltamos que maiores sistematizações podem ser extraídas das variáveis acessadas, a exemplo dos componentes demográficos de crescimento populacional, taxas de fecundidade e natalidade, migração, entres outros, capazes de medir importantes aspectos do bairro que não serão elaboradas nesta etapa. Todavia, buscaremos elencar as informações demográficas do bairro juntamente a possíveis

correspondências das dinâmicas territoriais, sociais, raciais e econômicas do local, adicionalmente atentas para os fenômenos que se apresentam no decorrer do trabalho.

Em concordância com Santos, acreditamos na profusão das categorias dos sistemas classificatórios nas interações cotidianas, especialmente pelos processos de identidade derivados do processo de miscigenação. Diante disso, iremos nos pautar nesta pesquisa com a junção das categorias de pretos e pardos por, “capitar estatisticamente a influência da cor/raça sobre fenômenos e dinâmicas sociais” (2012, p.50). Para informar melhor os leitores tabelamos abaixo os números detalhados de cada uma dessas duas categorias presentes no bairro por raça/cor e faixa etária.

**Tabela 1.** Rua Nova: População por Raça/Cor Preta e Parda

Faixa Etária	Preta	Parda	Preta/Parda
0 a 4 anos	261	589	850
5 a 9 anos	293	699	992
10 a 14 anos	351	717	1.068
15 a 19 anos	382	712	1.094
20 a 24 anos	433	761	1.194
25 a 29 anos	450	748	1.198
30 a 34 anos	407	635	1.042
35 a 39 anos	308	530	838
40 a 44 anos	256	449	705
45 a 49 anos	166	373	539
50 a 54 anos	194	338	532
55 a 59 anos	144	255	399
60 a 69 anos	170	358	528
70 anos ou +	183	318	501
Total	3.998	7.482	11.480

Fonte: Microdados Censo/IBGE (2010).

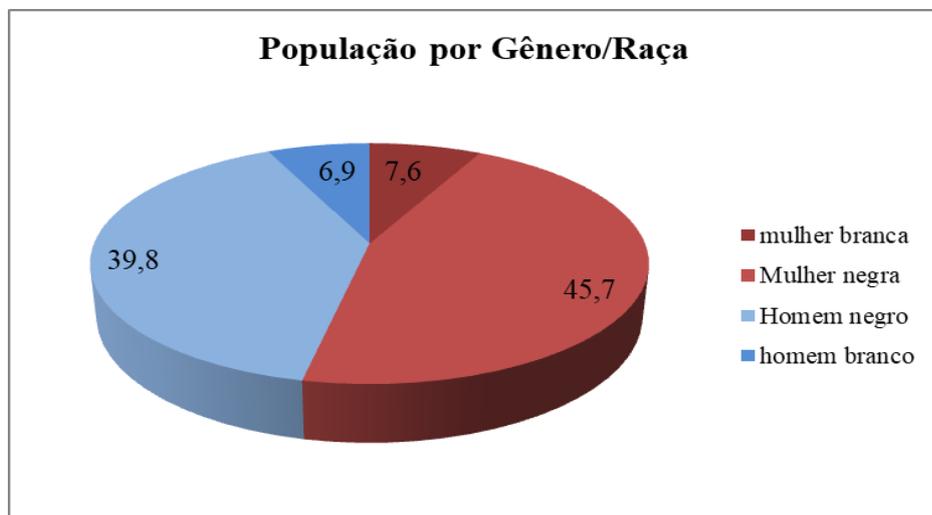
Referente à composição populacional da Rua Nova em 2010 segundo os dados do Censo IBGE o bairro contava com uma população de 13.078 habitantes, desses 11.480 declaram-se pretos/pardos<sup>19</sup> e 1.503 brancos. Do total populacional, 11,5% referiam-se aos

<sup>19</sup> Para Santos, o racismo aparece como sistema multidimensional de classificação social, que (no caso brasileiro) tem em traços corpóreos (cor da pele, cabelo, entre outros traços fenotípicos) o principal traço diacrítico classificatório, mas que pode associar outras variáveis para compor o sistema de dominação, controle e exploração social. Isto resulta da complexidade dos sistemas classificatórios, e da forma como eles são operados dentro das regras sociais. Ainda segundo o autor, quesito cor/raça também é utilizado como instrumento para leitura de indicadores de desigualdades, o IBGE, por exemplo, se utiliza do pertencimento étnico-racial para coleta de dados, e também como elemento de relevância na construção de políticas públicas. A classificação de Negro para o Instituto se dá pelo resultado das análises, que coloca preto/pardos numa mesma categoria por apresentarem semelhanças nos processos sociais e não o contrário. (SANTOS, 2012, p. 48-50).

brancos, 0,7% amarelas, apenas 0,1% indígenas e, 87,8% de pretos/pardos. No ano de 2014, a atualização da contagem de sua população foi estimada em 15.553 pessoas.

Estes dados comprovam ser o bairro Rua Nova composta por uma população de maioria afrodescendente, sobretudo em função das razões dos fatores socio-históricos das políticas de segregação e ordenamentos territoriais de hierarquização racial elencadas no tópico anterior. Além disso, o bairro é majoritariamente feminino, tanto entre população negra ou branca, onde os dois grupos juntos somam 53,3% desse contingente conforme podemos verificar no gráfico da imagem abaixo.

**Figura 3.** Rua Nova: Participação da População Raça/Cor, 2010.



Fonte: Microdados Censo/IBGE (2010).

Apesar de não haver uma grande desigualdade proporcional entre os gêneros no bairro, o quadro populacional da Rua Nova é consoante à realidade do país, onde desde 2010, conforme dados do IBGE, a participação feminina no perfil demográfico nacional é maior que a masculina, somando mais de 51% da população. As razões para esse salto devem-se ao aumento da expectativa de vida das mulheres em contraposição a diminuição da masculina. Uma questão indispensável é o aumento da participação feminina na ocupação do mercado de trabalho fora do ambiente doméstico que aumentou em cerca de 20% nos últimos trinta anos, segundo dados da ONU (Organização das Nações Unidas), 2018.

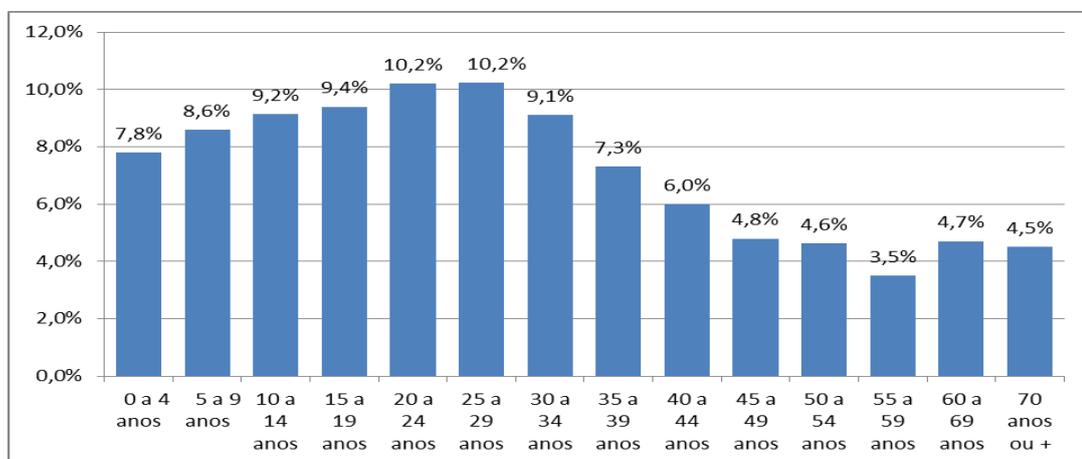
No contexto das realidades periféricas de maioria negra é preciso que entendamos em quais realidades os homens estão inseridos que podem justificar esses índices. Um elemento que não pode ser desconsiderado é a relevante inscrição da violência urbana presentes nessas territorialidades negras como aspecto potencial para interrupção precoce de vida desse grupo.

Inferimos que os resultados dos dados da Rua Nova encontram-se inseridos nestas dinâmicas, das quais nos aprofundaremos no capítulo três ao tratarmos da violência urbana fruto, sobretudo de uma que criminalização da pobreza que encarcera majoritariamente jovens negros de periferias.

Com relação às mulheres, o que se desenhará no decorrer da pesquisa é que a maior participação social feminina não é apenas numérica, mas nas formas como estas têm protagonizado o gerenciamento do bairro. As mulheres, especialmente as mulheres negras que disponibilizaram os relatos de interlocução dessa pesquisa, aparecem como pilar de sustentação das famílias, dos filhos e mediadoras das próprias demandas do bairro, onde percebemos os desnivelamentos de gênero no funcionamento estrutural do bairro.

Referente à distribuição etária, conforme imagem do gráfico abaixo, a maior parte dos habitantes do bairro Rua Nova encontra-se na faixa etária entre 0 e 34 anos, juntas elas somam 64,5% da população total. Entretanto, desse percentual 20,4% se concentra entre as faixas de 20 a 29 anos. Dessa forma temos um perfil de bairro majoritariamente negro, jovem em idade ativa e feminino.

**Figura 4.** Rua Nova: População por Faixa Etária



Fonte: Microdados Censo/IBGE (2010).

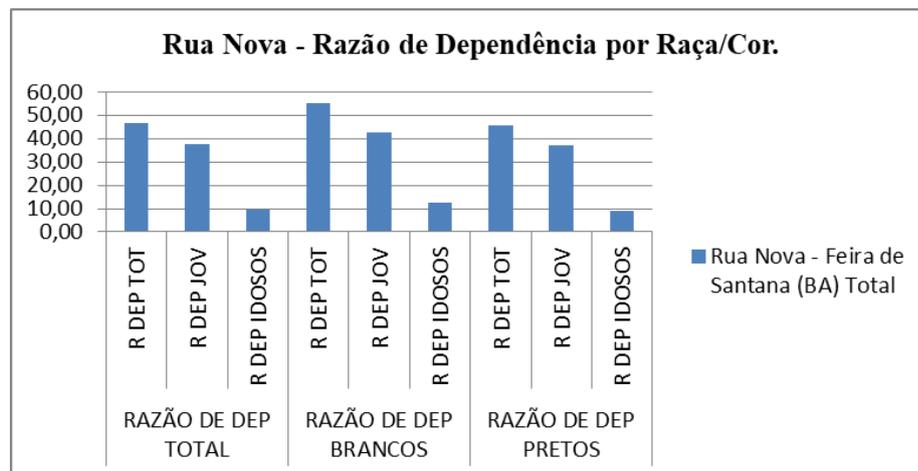
O número de população por razão de dependência revela que 34,8% pessoas dependem da população em idade ativa (14-65 anos), a porcentagem entre as crianças e jovens abaixo dos 14 anos é de 25,6%, para 9,2% de idosos. Ainda com base nos dados acima, aqueles entre 55-59 anos representam apenas 3,5% dos moradores do bairro. O que pode indicar que essa população está exposta a mais vulnerabilidades econômica-sociais ou ainda que este seja um ponto crítico demográfico do bairro, momento no qual está ocorrendo

a transição para terceira idade. Uma interpretação mais acurada é a possível diminuição do número de pessoas envelhecendo.

Nesse quesito, precisamos ressaltar que os resultados dos dados nos fornece um perfil de baixa participação da população entre 60 e 70 anos ou mais de idade. No conjunto da população do bairro são apenas 9,2% da população na terceira idade. Deste percentual a população preta/parda é composta por 1029 pessoas, correspondendo 85% da população desse grupo etário seguido de 166 entre os brancos. Essa porcentagem pode elucidar a tendência linear de ocupação do bairro sob os domínios de uma maioria negra nas suas diversas faixas etárias de idade, entre outras dinâmicas geracionais interessantes de serem aprofundadas.

Os resultados expostos indicam que existe uma porcentagem elevada de pessoas que dependem da população economicamente ativa para sobreviver. Contudo, quando analisamos os resultados por raça/cor constatamos que entre a população branca os dados se distribuem de modo mais vantajoso. No gráfico abaixo observamos esta diferença.

**Figura 5.** Rua Nova: Taxa de Envelhecimento por Raça/Cor



Fonte: Microdados Censo/IBGE, (2010).

Em relação a estes últimos existem menos jovens entre eles, o que pode sugerir, entre outros fatores, menores taxas de natalidade e ainda que os idosos desse grupo vivem mais. Os dados da estrutura etária da população negra do bairro revelam que para estes são menores o número de idosos, enquanto que a razão entre os brancos é de 12,4%, para os negros são de 8,9%. Esse percentual nos infere questão importante, especialmente a inclinação de mesmo num bairro segregado racialmente, os negros e não negros experimentaram as desigualdades de maneiras distintas.

No caso do bairro negro Rua Nova o perfil acessado abre margens para acreditarmos nas diferenças das barreiras socioeconômicas entre os idosos brancos que podem, possivelmente, estarem acessando melhores condições básicas de vida. O último Relatório Anual das Desigualdades Sociais, do Núcleo de Estudos da População publicado no início dessa década, mostrou que a expectativa de vida entre negros no Brasil é de 67 anos. Já os brancos vivem em média 73 anos. A expectativa de vida da população brasileira, atribuído pelo IBGE, são 75,8 anos para a média nacional. Entretanto, como podemos perceber são os brancos aqueles que majoritariamente alcançam essa longevidade.

Conforme Andrade (2016) a partir da década de 70 o Brasil modifica sua estrutura demográfica consideravelmente, de famílias numerosas para reduzidas, de estrutura rural para urbana, além de uma série de políticas de controle da taxa de natalidade do país, de modo que nos dias atuais cresce e modifica consideravelmente o topo da pirâmide etária nacional. Na Bahia, de acordo dados da SEI/demográfica 2015 (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais), o processo de transição demográfica tem levado a uma população de perfil envelhecido e com ritmo de crescimento baixo. Conforme relatório, nos anos 2000, o índice de envelhecimento no estado subiu para 17,9% e, em 2010, o valor foi de 28,3%, mostrando um aumento significativo da participação de idosos no contingente populacional do estado.

Com relação à reduzida presença de idosa no bairro, Andrade (2016) levanta algumas questões que concorrem para tal resultado da Rua Nova, um deles é o empobrecimento de idosos nos grandes centros das cidades somados ao acesso a uma aposentadoria irrisória, migrações, alto custo social de vida atrelado especialmente à falta de assistência a serviços de saúde que comprometem a longevidade. A autora aponta de modo geral que para os brasileiros mais empobrecidos existem colossais ausências de políticas públicas consistentes, sendo assim, incapazes de atender as demandas geradas pelo envelhecimento.

Silva (2019), entre outros autores<sup>20</sup>, vem buscando analisar como se configura o envelhecimento quando incrementado aos impactos do racismo e dos determinantes institucionais e estruturais que giram em torno da vida de pessoas idosas negras. A autora questiona se a população idosa brasileira acessa as mesmas condições dos sistemas de assistências sociais quando são negros ou não negros, defendendo, sobretudo, que os marcadores das desigualdades interferem sistematicamente no ciclo vital dos grupos

---

<sup>20</sup> Fiorio N, Flor LS, Padilha M, de Castro DS, Molina MDCB. Mortalidade por raça/cor: evidências de desigualdades sociais em Vitória (ES), Brasil. Rev Bras Epidemiol. 2011. Da Silva A, Rosa TEC, Batista LE, Kalckmann S, Louvison MCP, Teixeira DSC, et al. Iniquidades raciais e envelhecimento: análise da coorte 2010 do Estudo Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento (SABE). Rev Bras Epidemiol. 2019. Williams DR, Priest N. Racismo e saúde?: um corpus crescente de evidência internacional. Sociologias. 2015.

racionalmente vulneráveis. Ao observar os entraves das barreiras raciais, infere ainda que o envelhecimento não é alcançado de modo proporcional quando comparado aos brancos.

Conforme Silva (2019), o racismo estrutural da sociedade brasileira define a longevidade atrelada ao pertencimento étnico-racial. Entre os fatores mais recorrentes são: as incapacidades funcionais que chegam mais precocemente a essas populações, as diferenças regionais, segurança alimentar, abandonos familiares, maior exposição ao tempo de trabalho e especialmente a configuração de um sistema de saúde que não preserva o envelhecimento de grupos estigmatizados. Os indícios aqui levantados nos incitam a pensar o genocídio para além da juventude e encará-lo também na perspectiva dos mais velhos e das perspectivas do “futuro negro”, principalmente quando a raça é colocada como elemento central de indicadores cruciais, como é o da longevidade.

#### **1.4 Modernização e Memória Urbana do Bairro Negro Rua Nova**

No que tange a trajetória negra na diáspora frequentemente observamos um passado-presente interditados pelas inscrições do racismo na produção do espaço urbano. Percebemos que para além daquelas memórias realizadas em torno dos vínculos cultural/monumental/patrimonial dos espaços urbanos, nas áreas suburbanas são outras arquiteturas estruturais, ou melhor, a ausência delas, que dinamizam as direções das distintas memórias inseridas nas cartografias das cidades, sobretudo quando realizadas por cenários antagônicos a “segregação da riqueza”. Certamente a memória caminha junto com a experiência, do interior desta se destacam aqueles fatos marcantes das vivências dos sujeitos. (GUEDES, 2011, p.8).

O desvelamento da experiência urbana da Rua Nova forneceu um empreendimento temporal marcado de acontecimentos na memória coletiva do bairro produzida em função de um conjunto de registros de exclusão da sua trajetória. Em consequência do contato de tais registros este tópico surge da inquietação em sistematizar as memórias da subalternização que se revelam próprias dos territórios de moradia das geografias negras. Bom informar, que não teremos intenção de elaborar um diário do passado a respeito do histórico da Rua Nova, contudo, os percursos estrutural e espacial do bairro revelam a estigmatização como paradigma de exclusão dos projetos urbanos de modernidade e industrialização feirense.

A partir disso, sistematizamos o conjunto dessas experiências a fim de observarmos o quanto os impactos desses processos na dinâmica dos moradores do bairro produziram o que chamaremos de “memórias subterrâneas”, definidas como aquelas lembranças retidas nas experiências compartilhadas e coletivas dos territórios periféricos e marginalizadas, conforme descreve Evaristo (2017). Quando pergunto aos moradores da Rua Nova se eles percebem muitas modificações ao longo do tempo no bairro, a maioria recorre às memórias relacionadas a uma constante *experiência da espera*, ditadas pelas evasões da alocação de aparelhamento urbano adequado implantado no local. Os relatos que surgem são nítidos na mensagem de que enquanto a cidade de Feira de Santana passava por processos de modernização a Rua Nova experimentava outra realidade.

Mesmo favorecidos por uma localização central, o jogo social do poder político local impedia os subúrbios de ser outra coisa, se não as bordas da cidade. A larga tradição segregacionista da população negra feirense se relaciona como aponta Lima (2014, p. 33), com a propagação de uma urbanidade e um padrão de modernidade na qual era levada em conta a funcionalidade econômica do ambiente da cidade. O próprio espaço urbano foi alicerçado tendo a elite dominante como *modus operanti* de acesso aos serviços urbanos.

Como visto anteriormente, os investimentos iniciais de modernização de Feira de Santana, ocorridas por volta da última década de 30, foram marcadas pelo acirrado confronto entre civilidade e progresso. A política de adoção da “Princesa do Sertão” e “Cidade Comercial” marcavam os traços mais simbólicos desse processo. Impostos, sobretudo, pelas diretrizes da ditadura militar onde o espaço urbano foi um dos principais âmbitos das intervenções sociais levad

as a cabo pelo Estado autoritário. Conforme Sodré (1991) os impactos da modernidade, representado como “O Bicho que Chegou a Feira”, na sua obra que leva este mesmo título, abalaram consideravelmente os sentimentos de pertença e identidade da urbe do Sertão baiano.

Vinculada aos seus arraigados traços sertanejos, Feira de Santana desenvolve-se desse modo numa espécie de protótipo de “cidade moderna”, entretanto com espaços hegemônicos bem demarcados. As transformações urbanísticas de maior impacto do ponto de vista da construção de grandes obras infraestruturais ocorreram a partir da década de 60, conforme Freitas (2010). Dentre estas, a autora cita o Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, elaborado em 1968, o Plano Diretor do CIS (1970) do qual emerge em seguida a Autarquia – CIS (Centro Industrial do Subaé) inaugurado em 1973.

De acordo Oliveira, o PDLI foi planejado e elaborado de modo extremamente enviesado e distante de poder regular formas mais equiparadas de produção e organização do espaço urbano. Do contrário, segundo o autor esteve à frente das “classes privilegiadas, empresário; população de bairros com renda média e alta; profissionais liberais; e funcionários da administração pública municipal” (OLIVEIRA, 2012, p. 104). Muitas destas obras impulsionadas por uma corrida de desenvolvimento econômico, urbano e industrial da região, ocorreram totalmente desvinculadas da participação das camadas mais amplas da cidade, especialmente dos grupos ocupantes das maiores áreas de distribuição espacial negra.

Apontamos a partir disso que o arcabouço da legislação urbana de Feira de Santana sob os efeitos do capitalismo urbano-industrial valeu-se dos critérios raciais das ideologias higienistas do espaço. Especialmente viabilizando modelos de produção de políticas urbanas seladas em acordos tendenciosos ao benefício dos seus próprios agentes ou elaboradas para priorizar empreendimentos de lucro urbanos de interesse especulativo majoritário desses grupos. A intenção desses modelos de gestão pública urbana da cidade buscou sub-representar largamente as geografias da raça na cidade.

De acordo Ianni (1977) havia uma consonância nacional de influência a respeito do ideário desenvolvimentista que vivia o país na década 60, voltado principalmente a burocratizar as diretrizes governamentais e estimular setores econômicos empresariais. Esse modelo político foi também o responsável pelo que hoje deságua no encadeamento de um aparelhamento institucional de concessões e incentivos fiscais que favorecem a base de exploração urbana-industrial das cidades.

No nível concreto as políticas de urbanização excluídas dos limites espaciais da Rua Nova instituem um arcabouço memorial de experiências recorrentes de violações relatadas entre nossos interlocutores pelas adversidades da comunidade. Igualmente nas pesquisas publicadas sobre o bairro são muitas as situações desse período considerado uma das fases de maior avanço organizacional do perímetro urbano de Feira de Santana e contraditoriamente é desse momento que emergem no interior do bairro embates diretos e mais expressivos com o poder público.

Josina Silva, mulher negra de 22 anos, trabalha como vendedora e reside no bairro desde que nasceu. Quando ela se refere ao arquivo de memórias das ruas do bairro ressalta, “teve melhora, agora tá melhor, né. Porque antes era mais mato, não era assim calçada, era tudo esburacado”, conclui a moradora. Muitos desses registros subterrâneos elaboram também mecanismos de suavizar o cenário atual, “está bem melhor”, é geralmente uma forma de reelaborar positivamente esse passado. Assim como esta moradora, a interlocutora Amélia

Cruz, traz a referência de outra rua, a Rua dos Guaranis, como parte dos dramas urbanos que constituiu a história do bairro. Os elementos presentes na sua memória conformam as ofensivas civilizatórias da modernização feirense.

Tem a Rua dos Guaranis, hoje ela é outra rua, é uma rua principal que foi também asfaltada, que é a rua que dá acesso ao barro Vermelho. Era uma rua que quando chovia era impossível de transitar, ela era Barro puro, aí depois calçou. Só que como descia muita lama do pasto, dessa fazenda que hoje é o Central Park, a gente tinha mais lama do que pedra.

Essas memórias subterrâneas de longa duração descrevem os impactos intersubjetivos das dinâmicas da realidade social urbana experimentada que visam ao fim e ao cabo viabilizar uma ostensiva pobreza urbana. Segundo Lima, os projetos de distribuição de serviços públicos e empreendimentos infraestruturais tinham como objetivo final uma cidade “sem pobres, negros, analfabetos e moderna”. Foram esquecidas especialmente questões como combate às “epidemias, crescimento demográfico, carência de moradia, deficiências no abastecimento de água, captação de esgotos, proliferação de lixo” (LIMA, 2014, p. 34).

Observamos desse modo que as políticas urbanas feirenses estiveram fixadas em edificar um modelo de modernização rompida com qualquer compromisso em neutralizar ou amenizar os efeitos de problemas urbanos-sanitários. Pinho (2010, p. 37), em visita aos arquivos do Jornal Folha do Norte de 10 de Agosto de 1974, verifica na seção “Nossos bairros”, anúncio do prefeito na época do Sr<sup>o</sup>. José Falcão que ao visitar o bairro da Rua Nova prometeu calçar as ruas Canoas e Montes Claros, narrando o cenário de espera de “caridades” do poder público nas demandas locais. Um dado que merece atenção conforme o texto da autora acima é o fato de que o próprio periódico apontava a descrença na promessa, no qual, o noticiário frisava que “os habitantes daquelas artérias terão que esperar um pouco, mais uns dias para tirar os pés da lama”.

Os significados dessas expressões confirmam os projetos do poder público local, voltados a instaurar caos nos bairros suburbanos da cidade, como os vivenciados na Rua Nova e por outro lado, priorizar a estratificação urbana dos grupos hegemônicos. Ou seja, o espaço geograficamente favorável do centro, onde eram recebidas obras de melhoramentos urbanos, não foi premissa para isentar a Rua Nova da exclusão racial sistemática, do contrário, levou o bairro a realizar enfrentamentos extremos de luta contra o poder público que pudessem reverter às tentativas acentuadas de bloqueios de sobrevivência daquele território. No documento elaborado pelos moradores foram exigidos:

1. Conclusão das obras do esgotamento sanitário. 2. Drenagem das águas, desde a Escola Ernestina Carneiro, passando pela Rua Canoas, atravessando a Rua dos Guaranis, indo até o final do canal localizado na fazenda do Sr. Osmundo. 4. Retirar as lamas das ruas citadas. 5. Recuperar o calçamento que foi danificado com os serviços de esgoto a mais de um ano, em várias ruas do bairro. 6. Determinar coleta de lixo mais frequentemente. 7. Colocação de braços de luz e reposição de lâmpadas nas ruas cheias de lama. (PINHO, 2010, p. 66).

Nesse contexto, a memória urbana da Rua Nova é de um lugar que tradicionalmente precisou mobilizar ações de denúncia e reivindicações comunitárias. Afinal, são bairros como a Rua Nova que frequentemente aparecem nas estampas de jornais reivindicando melhorias, quando não a total falta de recursos essenciais urbanos. Ou forçados a ordenar barricadas e no limite fechar ruas como forma de tencionar o poder público. Aqui podemos fazer esse breve exercício e constatar que áreas ocupadas majoritariamente por pessoas brancas estão isentas desses tipos de confrontos e protestos porque suas geografias e arquiteturas têm como diretrizes básicas ocorrer junto a um aparelhamento urbano inserido já nas construções iniciais da residência, garantindo água, luz, rede de esgoto, pavimentação e segurança.

Outro elemento adicional que não pode ser negligenciado no escopo desta pesquisa, diz respeito a um problema sanitário abrangente no entorno do bairro negro Rua Nova em função de uma rede de canal aberto de esgoto que acompanha o bairro desde sua inauguração. O cenário que se estende pela conhecida Avenida Canal representa um dos casos de racismo ambiental mais visível da cidade de Feira de Santana. A rede do canal é um contraponto que sinaliza períodos diferentes da Rua Nova, uma vez que atravessa o passado do bairro, mas que, entretanto, no presente ainda não nos permite registrar grandes sobressaltos.

Nas falas dos moradores este canal é o sinal mais concreto do descaso e interesse público em desvitalizar a região. Adicionalmente na visão da moradora Amélia Cruz, o Canal da Rua Nova marca a relutância e disputas dos agentes e representantes que se utilizam desse cenário ao longo de décadas para garantir manutenção de poder. Versão que dona Rufina Gomes amplia logo abaixo denunciando que estas são estratégias de fazer a população recorrer permanentemente àqueles que legislam o espaço público garantindo o giro da máquina política.

É mais uma jogada política mesmo, porque se a gente tá precisando melhorar o calçamento, a gente tem de ir atrás de quem? A intenção dele é: Tá precisando, se fizer no período de eleição alguma coisa vai consegui convencer de que se ficar vai fazer mais. É só jogada! Eles sempre usam a necessidade da população daquele bairro como caminho de chegar.

Podemos dizer que são muitos os acontecimentos que remetem às tentativas de aniquilação endereçadas ao território da Rua Nova e seu entorno. Logo mais abaixo algumas imagens apresentam a região que, desde 2011<sup>21</sup>, conforme divulgação dos canais de mídias locais recebe promessas de qualificação e resolução. Ao normatizar o processo de reprodução do espaço urbano um perigoso problema de saúde pública como partes do reportório espoliativo da gestão da cidade é manifestado, as formas como as arquiteturas necropolíticas do Estado conduzem as deformidades sanitárias do bairro. Neste caso, ampliando fundamentalmente a permanência das estruturas que comprometem o risco de morte dos moradores.

**Figura 6.** Área Lateral da Avenida Canal

## Estrutura de macrodrenagem da Avenida Canal será coberto

A obra se estende desde a avenida José Falcão até os fundos da Estação de Transbordo Central, totalizando 1,725 quilômetros

04/01/2011 15h06



Divulgação

Fonte: Acorda Cidade (2017).

Flauzina (2014) enfatiza a necessidade de não cairmos numa vulgarização excessiva da recorrência ao genocídio, antes disso, deveríamos usá-lo como informativo. Os

<sup>21</sup> Algumas matérias podem ser acessadas nos links abaixo:

<http://m.jornalfolhadoestado.com/noticias/25764/canais-de-macrodrenagem-causam-transtornos-em-bairros-de-feira>

<http://www.correiofeirense.com.br/noticia/4392/canal-de-macro-drenagem-de-feira-sera-coberto>

engendramentos da precariedade material do bairro negro Rua Nova nos informam a inadequação sanitária estimuladas por reiteradas formas de transformar vidas em objeto de poder. Segundo Jesus (2020), em artigo ao portal Geledes, faz-se necessário, além disso, ampliar o debate a respeito do conceito de saneamento básico por meio dos quais as concessionárias de saneamento mediam as modalidades de critérios de distribuição dos serviços urbanos, na busca de acelerar as privatizações dos setores sanitários.

**Figura 7.** Ramificação da Avenida Canal



#### **OBRA NUNCA FEITA**

Exatamente R\$ 2.398.000,00. Este seria o investimento da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, em parceria com o Governo do Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para a construção de 1.725 metros da cobertura do canal de macrodrenagem da avenida Padre Anchieta, a avenida de Canal.

Fonte: Jornal Folha do Estado (2017).

A Avenida Canal, juntamente a dezenas de obras não realizadas consideradas “zonas críticas” repercutem nas anomias sanitárias que confirmam modos específicos de gerir as geografias negras de Feira de Santana. São pelo menos 21 obras<sup>22</sup> colocadas como intermédio para que o poder público possa minimizar os impactos de riscos urbanos ambientais

---

<sup>22</sup> Verificar na matéria disponível em: <https://feirenses.com/obras-prometidas-feira-de-santana/>

“racialmente desproporcionais”. Notamos no depoimento de Amélia Cruz a confirmação de alguns desses aspectos.

O portal da Rua Nova é um canal a céu aberto, um investimento de obra que nunca fecha. Eu acho que tem a ver com as relações, por exemplo, da prestação de quem vai realizar o serviço sabe, das vantagens que vão ser levadas a prestar esse serviço. Existe uma briga de interesses políticos para quem vai levar o nome da obra, por que essa obra não é do município é do Estado, né! Já teve outdoor exposto dizendo que chegou não sei quantos milhões para essa obra, para o fechamento desse canal. Já tiveram vários assuntos e a gente sabe da precariedade. O portal da precariedade é o canal, é a gente ver aquelas casas na beira do canal e o canal cedendo.

O poder público, a partir desses dispositivos, renova as modalidades do cenário de genocídio urbano retroalimentando a relação histórica e colonial entre saneamento, higienização e população negra. A seguir trazemos mais algumas imagens dos transtornos instaurados na Rua Nova e nos entornos de outros bairros periféricos da cidade.

**Figura 8.** Feira de Santana: Rua Olímpio Vital

## **Caminhão cai em canal de esgoto de Feira de Santana**

Segundo informações, o veículo de carga estava estacionado na Rua Olímpio Vital quando perdeu o freio e caiu dentro do Canal.

11/01/2016 08h44



Foto: Ed Santos/Acorda Cidade

Fonte: Jornal Acorda Cidade (2016).

Outra questão que Jesus (2020) pontua é que muitas dessas localidades existem como polo residual de materiais químicos tóxicos, depositórios de lixo e outras mazelas derivadas

do vasto aparato do “empresariado agroindustrial branco-urbano” que negociam junto aos aparatos legais-urbanísticos a dominação sócio-espacial da cidade de maneira hierárquica de modo a garantir, sem interdições, os sistemas de especulação determinados por critérios raciais. De acordo a autora a cada hora e meia morre uma pessoa negra no Brasil por doença relacionada à inadequação de saneamento, metade dessas mortes são de bebês e idosos negros, segundo DataSUS.

Esse cenário promovido pelo padrão institucional das gestões mórbidas locais também contribui para o enquadramento de violências simbólicas de humilhação racial a respeito da propensão à sujeira como modo de genocídio eugenista da população negra. Ainda conforme este autor, as condições desse padrão de urbanidade configuram a noção de racismo ambiental.

**Figura 9.** Feira de Santana: Canal do bairro Feira X

## Homem é levado por águas de canal de drenagem no Conjunto Feira X

O Corpo de Bombeiros fez buscas no local, mas não conseguiu encontrar o desaparecido.

26/01/2020 18h19



Foto: Ed Santos/Acorda Cidade

Fonte: Jornal Acorda Cidade (2020).

Os dados acima do DataSUS possivelmente encontra ressonância nos índices demográficos elaborados no interior da baixa população idosa da Rua Nova. Certamente alguns idosos do bairro, consoante a precariedade dos sistemas de assistências sociais,

participam desses agravamentos de qualidade de vida dados pelas proximidades a esse local. Ainda não sabemos quais agentes do Estado levarão o nome da obra que vem sendo forjada pela vasta desvitalização das condições de habitar o urbano. Entretanto, encontramos nesse conteúdo uma engrenagem viva da monopolização dos recursos manuseados pelos tecnocratas do genocídio feirense.

Residem nesse exemplo um concreto e objetivo desenho de cidadania passiva, onde na vida prática os sujeitos da Rua Nova têm se revelado sobremaneira agentes em constantes necessidades de ação política para garantia das suas demandas mínimas que fundamentalmente sujeitos de direito. O morador João Oliveira, homem negro de 33, servidor de segurança pública que sempre morou no bairro, convive ao redor do problema desde a infância.

Adicionalmente ele observa que a preservação do cenário é um ato de perverter e depravar a imagem do bairro: “E querendo ou não acaba sendo uma primeira impressão do bairro, muita gente chega para cidade e vai direto para o transbordo, aí você chega e ver logo aquilo ali”. Já para o morador Germínio Silva, de 35 anos, músico e professor do bairro, o canal é elucidativo apenas para a escala do futuro. Seu discurso arrefece a urgente necessidade de transformações estruturais abrigadas no interior do bairro.

É complicado. E por ser um bairro de Periferia assim, né, eles não fazem caso, faz um pouco de vista grossa. É um córrego, né, tudo sujo. Eu imaginei várias vezes aquele canal coberto. Sabe aquele sonho que você tem e sonha acordado? Tipo uma praça de alimentação ali, parquinhos, crianças brincando, já sonhei várias vezes.

Esse passeio temporal do bairro apresenta breves fissuras territoriais na qual a ideia de saúde urbana é antagônica aos modelos de governança que atuam deliberadamente de maneira disfuncional nas políticas urbanas. A memória se movimenta no tempo e algumas recordações do espaço vão se reconfigurando no coletivo do bairro à medida que elas melhoram ou se modificam. Todavia, o canal, as péssimas estruturas das ruas, a falta de iluminação, ainda emergem como demandas urgentes e permanentes de esgotamentos comunitários para reverter o cenário.

É verdade que Mbembe (*ib*) qualifica como mórbida uma “economia da recordação que leve o sujeito a transformar coisas repugnantes em domicílio”. Para o autor, a constituição da raça deposita no espaço da memória, traumas, desgastes, violências que vão “desde a comemoração ativa ao esquecimento, passando pela nostalgia, pela ficção, pelo recalçamento, pela amnésia, pela reapropriação, até diversas formas de instrumentalização do passado nas

lutas em curso” (MBEMBE, 2017, p.180). Muitas das dinâmicas inseridas no bairro negro Rua Nova aparecem transcorrendo vivências antigas em atuais, algumas delas permeadas desde sua remonta inauguração em constantes engendramentos de memórias espaciais enquadradas em imagens de escassez e desordem.

### 1.5 - Bairros Negros e Sub-Representação: A Saga da “Rua Nova dos Diabos”.

A corporeidade negra é elemento crucial para o entendimento das formas como os espaços são apropriados. Na cidade de Feira de Santana, a extensa estigmatização e vulnerabilidade do bairro Rua Nova violentou a experiência do local como modo de perpetuar formas arcaicas de definir aqueles que deveriam ser evitados no seio social. Vargas reflete que as experiências diferenciais das favelas espelham os contrastes ontológicos do “outro” geograficamente determinado, “familiar com a violência, que gera medo, e que é racializado como negro” (2013, p. 23).

As narrativas gramaticais das geografias negras ocorrem pela inscrição da racialidade dos corpos que ocupam dado espaço. Essa cartografia pré-definida de base depreciativa, moral e sociorracial ofereceram os pilares fenomenológicos de transfiguração da Rua Nova para uma narrativa de “Rua Nova dos Diabos”, implodida no plano urbano feirense como regime de leitura marginal dos moradores daquela localidade. Foi no ínterim do conjunto de reivindicações vistas no tópico anterior e nos saldos adversos das violências presentes no bairro que a Rua Nova passa a ser compreendida como uma *Chaga Social* na “Terra de Lucas da Feira”.

A partir do justo incômodo à ordem vigente, na qual muitas das ações organizadas da Rua Nova desmascaravam a inércia dos regimes urbanos locais, o bairro passa a ocupar os canais de comunicação da época em condições de criminalização. As informações que passaram a circular entre os jornais e rádios da cidade da época, como expõe o trabalho de Miranda no qual o autor divulga matéria do jornal Folha do Estado. Localizamos na pesquisa o depoimento do músico feirense Dionorina, morador da Rua Nova apresentado a seguir que aponta muitas versões arcaicas disseminadas em torno lugar.

Começamos a fazer um trabalho cultural na Rua Nova, que era chamada de “Rua Nova dos diabos”, pois havia um radialista aqui em Feira chamado Chico Caipira (Francisco Almeida) que tudo de ruim que acontecia na cidade ele atribuía à Rua Nova “dos diabos”. O nosso trabalho era no sentido de mostrar que a Rua Nova não era do diabo, mas o maior polo da cultura negra em Feira. (...) Ele era um dos

ancoras do programa, aí tudo que acontecia ele dizia: “Oh, Rua Nova dos Diabos”. Aí acontecia no Ponto Central, na Cidade Nova, mas ele dizia que era na Rua Nova. (MIRANDA, 2014, p. 81).

A moradora Porfíria, por exemplo, expressa as posturas contrárias à percepção do bairro demonstrando o quanto a extensão desses discursos e suas ressonâncias afetam exponencialmente as dinâmicas das relações pessoais. Com isso, o morador urbano negro feirense e mais precisamente o da Rua Nova vive o adicional da necessidade de defesa da dignidade do seu espaço de moradia. Ela destaca, “quando digo que moro na Rua Nova, as pessoas falam: “Aff, na Rua Nova”! Aí eu falo, por quê? O povo tem muito preconceito pelo povo da Rua Nova”.

A forma como se lê o espaço têm repercussões objetivas para aqueles que residem em determinadas localidades. Esse modelo de leitura midiática é genocida na medida em que cataloga lugares por nomenclaturas demonizadas nos imaginários sociais da cidade de Feira de Santana. As imagens difundidas em torno do território “dos diabos” agem estruturalmente recaindo sobre, por exemplo, negações de oportunidades de trabalho, confinamentos, sobretudo na ampliação do empobrecimento e deterioração dessas áreas.

Entendemos a inscrição interiorizada nos termos da “Chaga Social”, impressas na gramática de leitura social do bairro como elementos organizadores do espaço urbano, especialmente pela “pseudo universalidade” dos sujeitos que ela anuncia. Na vida cotidiana esses signos se revertem na demanda dos moradores de elaborar formas de ressignificar as cargas da desqualificação espaciais atribuídas ao lugar, como também necessidades de reconstrução de uma imagem positiva dos próprios indivíduos enquanto sujeitos. Ser residente daquela que era a Rua Nova dos Diabos implica na atualidade em danos para além do imperativo da segregação. O estigma é um fato estrutural consolidado na Rua Nova como observamos na experiência desta moradora que se apresenta no trabalho de Jesus.

Eu me lembro de uma colega minha que dizia que a Rua Nova era — a Rua Nova dos diabos! E por quê? Porque a imagem que se passava da Rua Nova era essa, que só tinha violência, que só tinha pessoas ligadas à marginalidade e essa história foi crescendo na cabeça das pessoas. Quando eu abri a boca e disse que era da Rua Nova, os colegas diziam: - todo mundo cala a boca que a Rua Nova vai falar. Eu entendia que ele queria dizer que eu era baixo-astral. A Rua Nova tinha e até hoje tem a fama de ser um bairro de gente ruim. (JESUS 2013, p. 98).

O que a “Rua Nova dos diabos” nos informa sobre o genocídio em Feira de Santana? Nascimento afirma que um dos dispositivos centrais da ideologia racial é “negar ao negro a

possibilidade de autodefinição” (NASCIMENTO, 2018, p. 94). Podemos dizer que os mecanismos de nomeação estigmatizada aparecem como dispostos reiterados na ordem das espacializações feirenses. Nos “subúrbios”, nas “Pontas de Rua”, na “senzala da cidade”, na “Rua Nova dos diabos” essas diversas categorizações se relacionam com o espaço urbano imprimindo tentativas de burlar a constituição dos agrupamentos negros bem como elaboram a mensagem explícita do desejo de eliminação dessas vidas.

O poder político supremacista feirense valendo-se dos subsídios midiáticos agenciam sentidos e significados de depreciação do bairro partindo, sobretudo, dos imperativos de exclusão promovidos no seio das suas próprias espoliações institucionais. As violências promovidas mediante regulação do Estado retornam para os moradores, sem nenhum tipo de contenção, na estigmatização dessa comunidade negra. Compartilhamos a seguir como esses enquadramentos são parte das regras do jogo de disciplinamento urbano-racial nas quais ações de organização de espaços segregados irão culminar, sem ressalvas, em criminalização.

Engraçado né?! Tinha um programa aqui em Feira de Santana (e ainda tem) o ronda policial. E o Francisco Caipira tinha a mania de chamar êta Rua Nova dos diabo! Bairro que só tem prostituta e ladrão. Lógico tinha pessoas da marginalidade como tem em todos os bairros... Mas quando o bairro é pobre, aí vamos dar uma pincha pra aquele bairro, (pincha) é um termo do homem antigo da roça. Olha tão dando pincha ao nosso bairro, tão dando má fama. (PINHO 2010, p. 61).

O lugar escabroso que a Rua Nova passa ocupar nas narrativas públicas, como parte da matéria prima dos quais se valem os discursos midiáticos operados a partir de uma violência colonial subjetivada, alcança um vasto espaço simbólico que retroalimentam e legitimam um conjunto de violências nos planos urbanos. No bairro, a exemplo do depoimento acima, de forte traço homogeneizador no discurso da coletividade da cidade, elas escoam por onde as geografias negras são corriqueiramente atravessadas: a generalização. “Tudo prostituta” ou “ladrão”!

Como cita Mbembe (2012, p. 161), o negro é elaborado como um corpo multifacetado, “espacial, cívico e político”, contudo, marcadamente – e o escopo da Rua Nova nos orienta a tal questão –, o corpo negro dentro de uma lógica extermina é situado dentro de uma experiência humana diferencial. Essas gramáticas raciais de aniquilação elaboradas no contexto de genocídio feirense mobilizam recursos ancorados no crivo da “má fama”, como formas arcaicas de segregação do espaço. No conjunto da cidade o bairro e o contingente dos moradores são levados arbitrariamente à tendência do repúdio público potencialmente nocivo.

Junto a dispositivos tácitos, os protocolos das políticas de dominação raciais sub-representa, coisifica e animaliza em diversas esferas aqueles que devem ser exterminados.

### **1.6 Percepções de um Mapeamento Urbano-Afetivo da Rua Nova.**

No andamento das entrevistas, lapidando as vivências do bairro Rua Nova, na qual a dada altura já havia sido registrada inúmeras queixas e relatos de descaso e desanimo frente aos problemas enfrentados no local, parto para a iniciativa de acessar um depoimento que não carregue os vícios marcados pelas violências cotidianas de espoliação descritas pela experiência urbana da falta. A pergunta que segue gira em torno de aprofundar que tipos de sentimentos e emoções estão abrigados nos moradores de um lugar que são afetados por uma luta diária pela sobrevivência?

O tópico dessa empreitada buscou acessar como um bairro negro que produz inúmeros testemunhos em torno do racismo e apartação social, curiosamente revela um lugar no qual em seu interior as narrativas de orgulho e perseverança encontram enorme espaço para reconhecer as grandezas da favela. Inclusive apresentando princípios de solidariedade e recuo dos recorrentes ciclos escassez de recursos. Adiante os moradores me apresentam uma Rua Nova vinculada à vida coletiva, porque a condição de abundância ocorre quando todos se juntam para enfrentar as adversidades.

Diante destas percepções, indagamos: afinal, o que é ser morador da Rua Nova?

– “Ave Maria! A felicidade do mundo é eu morar na Rua Nova e dizer assim: eu nasci e me criei dentro da Rua Nova. Minha mãe nasceu aqui e eu vou morrer aqui. (...) rapaz, se eu ganhar na mega-sena eu não saio daqui, acredite em Deus” (Morador Paulo Bispo).

– “Eu amo morar aqui, não nego pra ninguém, não troco meu bairro não” (Moradora Porfíria Cruz).

– “Ser moradora da Rua Nova é um Desafio. Mas, eu só sairia daqui se um dia eu não conseguisse comprar um imóvel aqui para morar. (...) aqui a gente constrói identidade, a gente tem esse orgulho que é dentro do pertencimento” (Moradora Amélia Cruz).

– “Não mudaria de bairro. O que falta aqui na rua nova é só um cemitério. Para quando a gente desfalecermos, a gente poder repousar nossos restos mortais aqui também dentro do bairro. (...) a gente aqui tem aquela confiança, aquele laço de amizade, aquela aproximação de família mesmo” (Morador Germínio Oliveira).

– “Eu também não mudo não. Já saí, mas voltei, a vontade é de ficar aqui mesmo” (Morador Renato Santana).

– “Eu sou de salvador, vim aqui para trabalhar uma semana e nessa já tenho 30 anos aqui. Não consegui sair, não saio daqui. Já morei em outro bairro, fui morar na Conceição, morei dois anos e disse não, vou voltar pra Rua Nova. Morava lá e vivia mais aqui” (Morador, seu Maximiano Conceição).

De fato, a favela pode nos ensinar verdadeiros protagonismos de vida digna, elaboradas afetivamente em torno de um território e experiências subjetivamente positivas. Sobretudo porque os territórios de maioria negra na diáspora são meios promissores na sua capacidade de retomar a possibilidade de reconstruir memórias ancestrais, elaborar estratégias de superar formas adversas de vida e principalmente de recompor uma humanidade compatível com princípios comunitários, de equilíbrio e de justiça.

Todavia, ao observar as falas dos moradores do bairro percebemos como na própria marginalização socioeconômica de espaços apartados, existe um caminho de convergência e necessidade de reforço de sociabilidades de “boa vizinhança”. Isto aparece na Rua Nova quando mesmo dentro de um ambiente de precariedade os moradores enfatizam predileção pelo lugar e pelas parcerias que são possíveis estabelecer no interior do grupo. O exercício de “se ajudar” é um imperativo nas favelas, uma vez que decorre frequentemente das necessidades funcionais para organização da comunidade.

É também por conta disso que práticas, valores e pertencimentos sociais são construídos pelas dinâmicas próprias de cada lugar. Embora o povo negro tenha sido desfragmentado dentro do processo histórico da diáspora, notadamente é através dos vínculos comunitários que muitos membros vêm reconstruindo a ideia de pertencimento coletivo. A partir destas declarações dos moradores do bairro que descrevem especialmente experiências afetivas referentes à comunidade podemos constatar o poder da vida coletiva e a identificação de uma territorialidade no ajustamento de um povo que permanentemente se reconstrói.

Oliveira destaca que os bairros negros denotam em muitos casos, o lugar inaugural de existência da família negra, laços de amizade e da noção de comunidade. Quer dizer, “ainda que em condições adversas, é na periferia que a população negra encontra forças e organização social para promover a sociabilidade, a fim de enfrentar as mazelas do cotidiano” (OLIVEIRA, 2013, p. 65). Deste modo estes espaços são compositores de exercícios de convivência, alianças e valores de solidariedade que muitas vezes decorrem de experiências adversas, especialmente as inseridas no conjunto de confrontos com a ordem pública que

comumente chegam ao lugar, como verificamos até aqui. Nesta mesma perspectiva a autora abaixo reitera a relevância de alguns destes aspectos.

É justamente na inscrição ou marcadores culturais e simbólicos que a predominância racial se acentua, por meio de organizações sociais, culturais e políticas as quais efetivam um devir e identidades de memória coletiva negra e afrodescendente. É no percurso do tempo e espaço que a história coletiva, marcada por carências sociais, mas também por articulações de lutas, e os microterritórios étnicos e raciais justificam sua razão de ser. A partir desses marcadores culturais e simbólicos podemos traçar a vida de grupos étnicos e raciais pela cidade em lugares específicos. (BENEDITO, 2013, p. 99).

A Rua Nova não nasce família, ela tem de se tornar uma família como forma de dissolver muitos dos conflitos eminentes do modelo de sua experiência urbana. Quando os moradores exaltam pertencimento é partindo principalmente de um conjunto similar de experiências coletivas vivenciadas no bairro e da notável percepção de como estas se tornam fontes de aglutinação e não de desmembramentos espacial do grupo. Gemínio ressalta o quanto essa postura é crucial no gerenciamento da experiência urbana local, conforme explica abaixo o porquê do destaque da relação comunitária, sobretudo quando ela elabora uma concepção alternativa, autônoma e mais promissora da vida coletiva do bairro.

Então assim, a gente tem aquela confiança e aquele laço de amizade de família, aquela aproximação de família mesmo. Eu sempre quando tô cantando aqui no palco, aqui na frente, eu sempre digo essa palavra: "gente, nós somos Rua Nova, nós somos família". Todo mundo aqui é assim, o nosso vínculo é tanto que somos bem acolhedores sabe.

A moradora Amélia Cruz nos mostra como os imperativos de resistência não sucumbiram na travessia para diáspora negra, especialmente não desconectando os fundamentos do que é fazer parte de uma comunidade. Sobretudo quando se trata de uma localidade que exige uma produção potencial de estoque de resistências.

Se eu consigo na hora de uma precisão ter um socorro ter uma ajuda, se eu consigo estabelecer novos laços, novos vínculos dentro desse lugar, (...) sair e voltar no meu trabalho em segurança. Eu acho que a felicidade de morar nesse bairro para mim tá baseado dentro disso.

Apesar da sombra da segregação da cidade de Feira de Santana refletida na gerência deste espaço territorial, estas importantes virtudes dos moradores sustentam majoritariamente a não estagnação de seus membros. Estamos falando de comunidade na qual é indispensável

apresentar no seu cotidiano maneiras imediatas de reforço de humanidade, por isso as formas de se relacionar com o lugar precisam ser capazes de amenizar as condições inadequadas dos mecanismos manifestos de precariedades dos sistemas de necropolíticas do Estado. É o que faz a família de Paulo Bispo, homem negro de 35 anos que conheci na calçada de casa, junto a outras colegas num dia de feriado.

Vendedor ambulante frequentou a escola somente até a infância, da sua vivência em uma casa extensiva, ele enxerga em cada mínima oportunidade uma possibilidade de erguer os tijolos. Conforme narra, quase sempre seguidos de uma laje ou um puxadinho dos fundos, dali pode ser garantida a sobrevivência de uma nova família, como cita a composição do seu núcleo de moradia, “nessa casa aqui hoje moram 13 pessoas, tudo numa casa. Tudo da família. Tem Neto, sobrinho, irmão. Virou um puxadinho? Sim, para todo mundo todo”.

Os tipos de vidas impostos à favela se caracterizam corriqueiramente pelo seu caráter de fazer milagre. Por isso cada conquista que os moradores apresentam, sobretudo, as que aparecem improvisadas dentro das limitações do grupo é reflexo do cotidiano espoliativo das cidades. As famílias extensivas da Rua Nova, por exemplo, são essencialmente um recurso comum daqueles que estão privados financeiramente de adquirir uma chave no mercado imobiliário formal, ou de adquirir um terreno.

Feira de Santana que é dotada de terrenos planos permite transferir o improviso majoritário da verticalização da laje, muito recorrente nas periferias dos grandes centros urbanos, para a horizontalidade dos puxadinhos dos fundos como alternativa aos novos arranjos familiares chegados ao grupo, como cita seu Maximiano. “Você tem um quintal de três metros, aí uma filha fica grávida pra não pagar aluguel você faz um puxadinho no fundo, aí vai aumentando a casa”. Também salientado pela moradora Rufina Gomes, “Têm aquelas situações que tem uma mãe que tem uma penca de filhos e a casa tem um vão, ou dois vão, na casa, existe isso também”.

O mapeamento urbano afetivo do bairro negro Rua Nova revela na sua arquitetura a precisão do pensar em “nós” e em redes como fundamento de sobrevivência. Ubuntu<sup>23</sup> é uma palavra de origem Africana da língua Zulu e significa “eu sou porque nós somos” e designa um processo de cooperação onde uma pessoa é por meio de outras. Nos territórios da experiência negra na diáspora os ensinamentos africanos parecem vigorar em seu sentido mais

---

<sup>23</sup> “O UBUNTU não significa que uma pessoa não se preocupe com o seu progresso pessoal. A questão é: o meu progresso pessoal está ao serviço do progresso da minha comunidade? Isso é o mais importante na vida. E se uma pessoa conseguir viver assim terá atingido algo muito importante e admirável” (Nelson Mandela).

providencial, no qual o valor Ubuntu aparece como crucial. Ponto de vista ampliado pelo que reitera a interlocutora Amélia.

Minha percepção de espaço são casas bem povoadas e a questão dos puxadinhos que sempre vai ali formando outras linhagens familiares. Você tem espaço no fundo, ou você bate a laje. Às vezes não é para ampliar a casa, é fazer casa em cima e cozinha embaixo, para botar alguém para morar lá. Então você transforma uma casa em duas com facilidade. Se você tem um quintal maiorzinho você já constrói um puxadinho.

A paradoxal experiência urbana negra da Rua Nova, na qual a irmandade é conteúdo indispensável dos vigorosos movimentos emocionais do bairro, vincula também as constantes marcas da pobreza. A Rua Nova torna evidente que a sociedade que o bairro se referencia é aquela na qual prevalecem valores e princípios que possam emancipar o grupo. Para interlocutora Rufina Gomes existem no bairro capacidades efetivas de construir modelos de civilidades acolhedoras e vitais.

Aqui não é todo mundo, como é que eu diria; como nesses bairros com dinheiro, de ricos. Eles não são solidários, não prestam um socorro imediato a ninguém. Aqui se um vizinho gritar dentro de casa “socorro” todo mundo entra pra ajudar. Aqui se um idoso cair ali todo mundo pega. (...) aqui apesar de que todo mundo se conhece, aí já sabe, presta um socorro, bota no carro e leva, aqui é assim. Aconteceu um acidente ali, corre logo pra levar pra o posto, aciona a família. Aqui não tem esse negócio de individualidade, aqui é comunidade, todo mundo se ajuda.

Devemos nos atentar que o conceito de comunidade não é mera questão geográfica, mas crucialmente “uma questão nossa: do povo preto, onde quer que estejamos. Então temos que, conscientemente, nos tornar parte dos 900 milhões de pessoas pretas que estão separadas neste mundo” (CARMICHAEL, 2017, p. 159). O que aparece indispensável no bairro, contudo, para garantir essa posição vital é a importância do pertencimento a um território e a um grupo.

Na Rua Nova percebemos uma maneira de gerenciar os problemas das fissuras socioespaciais em combinações no interior do bairro onde, entretanto, têm em muitos de seus êxitos resoluções invariavelmente autônomas decorrentes das demandas sociais. Concluímos então que se a insubordinação racial é funcional para direcionar organização, são também as fraternas e amistosas conexões inseridas nas redes de relações dos membros da comunidade, das teias de apoios capitais sociais urbanos insubstituíveis para necessária guinada de autodeterminação do povo negro.

## **CAPÍTULO II- APORTES TEÓRICOS E CONCEITUAIS DA EXPERIÊNCIA URBANA NEGRA NA DISPUTA PELA CIDADE**

### **2.1. Recursos Teórico-Metodológicos**

O século XXI tem sido tratado como o século da cobrança da reparação, neste leque encontram inúmeras produções acadêmicas que vem no imenso esforço e desafio de cobrar efetivamente a retratação das imputações cometidas pelos quase quatro séculos de escravização dos povos negros e indígenas. De acordo Quijano (2007) os movimentos sociais, especialmente os movimentos negros e do feminismo negro, buscaram nos últimos anos trazer a centralidade do debate racial tencionando as relações de poder apoiados na ampliação de epistemologias alicerçadas fora da hegemonia do eurocentrismo na produção de conhecimento.

Ainda são poucas <sup>24</sup> as discussões em torno da relação entre raça/racismo e a ocupação do espaço urbano. Nesse cenário seletivo, muitos dos significados atribuídos aos espaços urbanos de maioria negra na produção hegemônica sobre o tema estão relacionados aos termos de perigo, violência e desordem, escamoteando os diversos aspectos que levam as desigualdades entre os indivíduos. Principalmente considerando que, sendo a estrutura espacial da cidade hierarquizada, é o espaço social e territorial das relações raciais, que irá ordenar, quando não excluir, indivíduos e grupos a lugares e contextos determinados dentro do espaço urbano.

Um dos desafios desta pesquisa, diante disso, é reelaborar debates em torno dos impactos do racismo na dimensão do espaço urbano e dos condicionantes das formas de gerenciamento do espaço nas quais as discriminações raciais aparecem como categorias analíticas centrais. Segundo Santos (2012) as relações raciais no Brasil são fortemente verticalizadas, ou seja, aparecem regulando as relações sociais. Isto acontece em razão de que durante muito tempo estivemos operando sob o prisma das ideologias do mito da democracia racial que escamotearam as assimetrias dos grupos racializados (brancos e negros), conforme aponta Fernandes (1964).

---

<sup>24</sup> A persistência e tradição dos estudos urbanos em modelos explicativos eurocêtricos e sua perversa engrenagem teórica no Brasil tem ignorado tanto a categoria de gênero como de raça como explicativas da segregação e desigualdades nas cidades brasileiras, negando-se uma “divisão racial do espaço desde a casa grande e senzala, sobrados e mocambos” como formas espaciais e culturais díspares como bem caracterizou Lélia Gonzalez (SANTOS 2012 p. 34). Para Rolnik (1989), o tema empírico do negro nas cidades fora pouco explorado. A literatura clássica sobre as relações raciais não discutia a questão urbana, e por outro lado à produção sobre a cidade e o urbano não observavam as questões pertinentes à população negra.

Consequentemente, embora visivelmente marcados por diferenças estruturais e de seu próprio conteúdo grupal, a democracia racial é pautada como premissa de distribuição geográfica. Oliveira aponta algumas definições que estabelecem os recursos necessários de um ambiente urbano para que ele seja consolidado dentro das diretrizes da ordem espaciais minimamente favoráveis. No entanto, o autor chama atenção que a distribuição dos negros nas cidades brasileiras se repete em seus conteúdos: “periferias, morros, favelas, e habitações construídas fora dos padrões urbanísticos”, dentre outros aspectos que ressalta a seguir.

O ambiente construído é formado por elementos fixos e fluxos, essenciais para o funcionamento da cidade e do meio urbano. Os materiais fixos são constituídos por hospitais, escolas, creches, cinemas, teatros, shopping centers, empresas ramo industrial, financeiro, comercial e prestação de serviços. Os fluxos são desde a rede de transporte coletiva e industrial, a força de trabalho, os meios de comunicação, impressa, visual, áudio e online, entre outros. (OLIVEIRA, 2013, p.44).

Tendo isso em vista, observamos que as regularidades incompletas das estruturas e equipamentos urbanos de áreas segregadas denotam um padrão ao avesso das diretrizes formais da regulação urbana. Podemos dizer que os bairros negros compõem desse modo o que chamaremos de *ambiente disforme* do espaço urbano, uma vez que não se encontram incluídos no cumprimento efetivo dos parâmetros legislativos urbanísticos. O ambiente disforme traduz o ambiente imune dos benefícios dos ingredientes legislativos da administração urbana, delimitado pela exclusão social racializada negra que uma vez desassistida pela social-democracia – pautada por supostos direitos e cidadania plena de todos os indivíduos – precisam reproduzir regimes de autoconstrução e ações diretas de autogestão.

Segundo Kowarick (2017, p.54), temos nos modelos de gestões das cidades brasileiras, irregularidade, ilegalidade e clandestinidade como interface dos ordenamentos jurídicos institucionais que desconhece (ou dissimula não conhecer) a realidade socioeconômica da maioria, negando o acesso de benefícios básicos para reprodução da vida. Para o autor, não se trata apenas do inconsciente perverso dos tecnocratas bem-intencionados, mas de um processo político que produz uma concepção de ordem estrita e excludente e, ao fazê-lo, decreta uma vasta condição de sub-cidadania urbana.

A Rua Nova na cidade de Feira de Santana compõe um desses bairros de ambientações irregulares. O ambiente disforme se configura deste modo obedecendo categoricamente fundamentos como uniformidade, segregação e distribuição dependente respectivamente. No qual percebemos nesta ordem: 1. Padrão composto por indivíduos de paridade, isto é, pertencentes a uma mesma população racial; 2. Solidificação de um modelo

segregado de afastamento de grupos a áreas distintas da cidade por critérios sociais e raciais;

3. Distribuição desigual dos recursos e equipamentos urbanos atrelados ao padrão das regulamentações legais das gestões públicas.

Estes são alguns conteúdos teóricos que visam fornecer o esquema da arquitetura genocida do mito da democracia urbana para condição de alteridade às quais sobrevivem as populações negras da diáspora brasileira. No sentido de alinhamento teórico/metodológico da pesquisa para situação de alteridade adotaremos o termo altericídio. Mbembe chamou de altericídio, a habilidade de “constituir o outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se ou destruir (quando não se pode controlar)” (MBEMBE, 2017, p. 26). Para o autor, trazendo o que pensa Fanon (2008), o altericídio é também uma prática, um modo de comportamento dado à raça, um ressentimento contra aqueles que lutaram contra a sujeição.

Tendo em vista que não existe bairro sem pessoas ou grupo sociais, tomaremos o território do bairro como lugar de alteridade de grupos que tem na inauguração da raça a instituição de uma trajetória secular propensa à aniquilação, até porque são estes os sujeitos centrais delegados a eliminação sistemática. Consoante a esta perspectiva, para Kilomba (2019, p. 171), a lógica da segregação e exclusão segue uma ideia de sujeira relacionada à ordem, os sujeitos seriam aqueles que desqualificam a imagem da nação e, portanto, seriam os “não-nacionais” aqueles posicionados em um sistema de ordenação que não tem lugar para elas”, ou seja, pessoas de dentro e pessoas de fora.

Dessa forma, o trabalho foi elaborado buscando entender quais grupos compõem o dentro-fora da história do território de Feira de Santana, principalmente no que tange a construção, consolidação e desenvolvimento socioespacial local. Esses pilares fornecem os recursos metodológicos para análise inicial do processo de formação do bairro, sobretudo por entender que nesta etapa da pesquisa a experiência urbana ainda não possibilita uma leitura exclusivamente por meio direto das políticas públicas institucionais, mas consideravelmente por meio de sua historiografia urbana. Nesta etapa a proposta buscou relacionar a trajetória do bairro negro Rua Nova como um lugar que tornam visíveis as hierarquias do espaço urbano partindo da fundamentação do conceito de genocídio.

A centralidade dessa prática etnográfica é principalmente observar como os dispositivos de dominação dados pelo racismo estrutural, genocídio e necropolítica estão familiares à ordem do dia na experiência racial das comunidades negras. Mbembe (2018) aponta que existe na forma de gerência do sistema mundo atual o poder de determinar quem vive e quem morre. Esta ocorre de modo contínuo, “em uma política cujo objetivo é a

aniquilação em larga escala”. O autor considera a necropolítica um termo definidor da atual forma de governar o mundo em relações que transitam entre as premissas do poder, violência, direito, exceção, exclusão, barbárie e autoritarismo. Segundo Pinho (2011), a necropolítica faz da gestão da morte e de sua distribuição farta como indústria e como espetáculo, um modo de governação.

Entendemos que muitas das complexas configurações no urbano se referem bastante ao modo de vida oferecido ao morador urbano, sendo este traço, portanto, canal significativo para parcela de reflexões que surgem no decorrer do tema de investigação. Por isso aparecem também na pesquisa panoramas mais amplos que extrapolam os limites do bairro, entretanto apresentadas para fomentar identificações de experiências precárias de pessoas negras em sua coletividade no espaço urbano de Feira de Santana. Especialmente as inseridas nas dinâmicas do cotidiano e nas vivências diretas que podem ser apreendidas pelas ruas da cidade.

Observa-se que a noção de genocídio nos últimos anos ganhou dimensão considerável para além do debate acadêmico e adquiriu corpo próprio frente à defesa de muitas das lutas da população negra espacialmente dentro dos movimentos negros. Todavia, ainda é incipiente seu uso nas referências de estudos urbanos para além das questões de violência, segurança pública e brutalidades policiais. Partindo dessa consideração a pesquisa busca explorar oferta dos recursos vitais essenciais da cidade, considerando a omissão do Estado, degradação dos serviços e/ou má qualidade como formas diretas de genocídio negro, especialmente quando os padrões operacionais das gestões urbanas mórbidas das cidades agem em favor dos grupos hegemônicos que se beneficiam dela.

João Vargas (2010) defende que existe uma multiplicidade de processos genocidas antinegro na Diáspora Negra intrinsecamente inerente ao sistema capitalista em sua fase contemporânea e ao Estado-nação imperial. A produção de espaços urbanos segregados se mantém orientados por mecanismos de manutenção de poder, no entanto embora vários grupos estejam diante de serem vítimas de racismo, conforme o autor “a geografia de morte se dá por cor e padrões fenotípicos que estão relacionados com a maior presença de pigmentação”.

Kowarick (1979) aponta que a marginalidade urbana direcionada a determinados grupos atua como “lógica de desordem” e, portanto, é preciso entender o sistema produtivo do espaço urbano em seu viés mais amplo. Mais que isso, no caso das peculiaridades brasileiras o urbano se solidifica como uma *espoliação urbana* de base estrutural. Essa definição para o autor diz respeito ao somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos socialmente necessários em relação a níveis de

subsistência e a intrínseca dilapidação que se realiza, sobretudo no âmbito das relações de renda e trabalho.

Acrescentamos que os elementos metodológicos da investigação se articulam sob o prisma de diversas áreas disciplinares, tais como urbanismo, economia, sociologia e ciências sociais de modo geral. Especialmente, pelo entendimento que o tema referente às cidades e espaço urbano em sua complexidade levanta problemáticas capazes de se articularem a muitos campos de conhecimento, daí a necessidade de debates geralmente interdisciplinares e transversais.

Como já foi dito a investigação trata-se de um amadurecido de pesquisa em busca de entendimento mais sistematizado para o que havia sido questionado naquele primeiro momento. A maior parte da seleção dos interlocutores ocorreu de maneira secundária, a partir do contato natural com os moradores Wilson Gomes, João Oliveira e Amélia Cruz. Desta vez adentraremos em histórias mais concretas de moradores diversos, distribuídos no perfil exposto da tabela abaixo.

**Tabela 2.** Perfil do Público Alvo da Pesquisa

Residente	Idade	Sexo	Escolaridade	Ocupação
Porfíria	21	Fem	Ensino Médio	Babá
Renato	22	Mas	Fundamental Incompleto	Vendedor Ambulante
Josina	22	Fem	Ensino Médio	Vendedora de Loja
Amélia	32	Fem	Superior Completo	Professora
Germínio	35	Mas	Superior. Incompleto	Músico
João	35	Mas	Superior Completo	Servidor de Segurança
Wilson	36	Mas	Superior Incompleto	Educador Social
Paulo	39	Mas	Fundamental Incompleto	Vendedor Ambulante
Rufina	40	Fem	Ensino Médio	Quituteira
Maximiano	63	Mas	Superior Incompleto	Supervisor Operacional

Fonte: Elaboração própria.

Buscamos, evidentemente, agrupar moradores que nos possibilitasse pensar as categorias levantadas neste trabalho, embora seja importante ressaltar que não intentamos presumir quais histórias seriam precisamente descritas em seus relatos. Uma dessas categorias se refere à informalidade, pois acreditamos que as dinâmicas de pessoas inseridas nos circuitos informais de trabalho nos permitem análises intrinsecamente relacionadas aos termos necropolíticos. Afinal, o desemprego e subemprego no Brasil tem, indiscutivelmente, cor, idade e gênero bem definidos.

O IBGE a esse respeito divulgou em 2019 que o desemprego no país foi pior para jovens e mulheres negras. De acordo o instituto, juntos pretos e pardos atingiram 64% do percentual de desempregados do país e que as mulheres negras somente nas funções de trabalho doméstico representam 76% das que estão à frente desta ocupação, acrescentado pelos piores níveis de remuneração e das sobrecargas impostas pelo racismo patriarcal. Isto ocorre, sobretudo, em função do contexto de hierarquização racial onde, no decorrer da vida, o racismo empurra uma série de estigmas sociais que interferem nas oportunidades laborais e intelectuais da população negra.

Este cenário se mostrou presente na Rua Nova especialmente quando adentramos nos relatos de vida das mulheres do bairro. A trajetória das jovens Josina e Porfíria, por exemplo, ambas com pouco mais de vinte anos, revelam como as mulheres negras assumem posturas cruciais para sustentação dos pilares de suas comunidades. Porfíria trabalha como vendedora, já Josina que é baba, precisa cumprir o ritual diário de deslocamento da sua residência para cuidar da casa dos mais ricos.

Suas jornadas refletem a realidade dos dados mencionados acima, mas, principalmente a constante atividade das mulheres negras que atualizam em suas histórias e em seus próprios corpos a necessidade de erradicar as circunstâncias que as impedem de construir outra realidade de vida. Estas duas mulheres negras são ainda mães, delegadas a adquirir sem a parceria dos genitores paternos os recursos necessários para criação e desenvolvimento das suas crianças somadas a totais ausências de creches ou instalações mínimas de acolhimentos dessas demandas.

Trouxemos também a trajetória de Amélia Cruz, a mulher negra pós-graduada que dribla o histórico de exclusão imposta ao povo negro no que tange o acesso ao ensino superior público. Embora seu ingresso nos confirme a importância dessa inserção trás a tona as diversas barreiras impostas pelo racismo que extirpam possibilidade de alcançar maiores passos na escala de ascensão social. Rufina Gomes, a mais velha entre elas, acrescenta as experiências dos dramas e alegrias locais com apropriação. Inserida na organização comunitária do bairro, a partir dos seus relatos podemos observar como as dinâmicas cotidianas extraídas da sua vivência nos fornecem muitas das respostas de como a experiência do genocídio está confabulada na materialidade da vida a partir de eixos diversos de vulnerabilidades.

A interlocução dos homens e mulheres do bairro negro Rua Nova nos permite assimilarmos muitos dos efeitos psicossociais, emocionais, econômicos e sociais derivados das mazelas comumente presentes na localidade englobados em instâncias que se conversam,

sobretudo em função do racismo e do gênero crucialmente. Por conta disso, salientamos que não abriremos mão de demarcar os homens negros também enquanto sujeitos inseridos nas interfaces de gênero, especialmente quando se tratam de jovens da periferia.

Nessa perspectiva se encontra parte dos entrevistados dessa pesquisa, a exemplo dos moradores Paulo Bispo e Renato Oliveira, homens negros que nos ajudará a compreender de quais formas o racismo patriarcal os interpelam. Atentando para o fato de que os perfis desses moradores condizem com aqueles que têm quase três vezes mais chance de ser assassinado no Brasil que um jovem branco. Ademais, por serem também os corpos tencionados especialmente pela lente coletiva do racismo que transforma suas infâncias em adulez precoce, quando não os rotulam de indisciplinados e desprovidos de inteligência intelectual agravando os abismos da experiência do ambiente escolar dos territórios periféricos, conforme veremos adiante.

Atravessados por essa mesma realidade de uma falta sistemática de oportunidades e de uma desigualdade estrutural racial de gênero, localizaremos o músico Germínio que sobrevive de renda autônoma, bem como o professor de capoeira Wilson Gomes. Outro ponto de atenção para colher suas narrativas diz respeito à vida participativa que ambos apresentam no bairro promovendo ações comunitárias, o que permite abertura de outros olhares, sobretudo, para atuação da vida política de homens negros inseridos em contextos suburbanos empobrecidos onde a “geografia da raça” é determinante.

Contamos também com João Oliveira, servidor de segurança pública que nos trás importantes contrapontos sobre as políticas de criminalização das favelas a partir da experiência vivida de quem encara diariamente os desdobramentos da violência comumente instaurada no bairro. Buscamos, além disso, homens negros da terceira idade como seu Maximiano Oliveira que conhece de longas datas as demandas do lugar para percebemos como algumas deficiências atravessam o tempo do bairro negro Rua Nova, algumas delas inclusive, desde o seu surgimento. Aos 63 anos, este morador, assim como tantos outros que não acessam uma política previdenciária nos informa ainda depender diretamente da inserção no mercado de trabalho para garantia do sustento familiar e dos seus dependentes.

Sucintamente estes são os sujeitos que emergem no campo de pesquisa dispostos a compartilhar suas impressões, inquietações e expor suas experiências. Estes moradores descrevem enredos inegavelmente marcantes sobre a Rua Nova. A pílula das suas narrativas apresentam relatos daquelas que quase comprometeram a gravidez por falta de atendimento nos postos de saúde, a que pelo mesmo motivo assistiu a morte da tia na Policlínica do bairro

como parte do reportório da vida da comunidade. Os moradores que em pequenas casas residem com mais de treze pessoas, os que sonham os que vivem e sobrevivem.

Obviamente muitas dessas experiências incorporam o sofrimento, a barbárie, entre outros diversos estados abomináveis para uma condição verdadeiramente civilizatória de mundo. Contudo, incorporam indiscutivelmente também a resistências, as estratégias, a solidariedade e os recursos necessários possíveis para o enfretamento das guerras táticas dos sistemas necropolíticos raciais.

### **2.1.2. Multiplicidade de Processos Genocidas: A Lógica de Desordem.**

De acordo Kowarick (1979) a divisão desigual das riquezas e dos processos de urbanização das cidades brasileiras pelo poder público são intrinsicamente voltadas para garantias de valorização de sistemas de especulação imobiliária e expansões urbanas verticalizadas. Isto implica que para obedecer estes esquemas é preciso que haja uma lógica de crescimento ordenado, organizado e operacionalizado dentro de padrões segregados. Dentre as teses que o autor defende referente aos padrões de desenvolvimento das cidades é justamente este esquema que vigora entre os modelos de urbanização de cidades latino-americanas, fortemente orientadas a padrões de alargamento das periferias e intensificação de vulnerabilidades e pobreza.

Partindo da defesa do autor de que não há derrotas no projeto de cidades vigente na mentalidade hegemônica e operacionalizada entre os legisladores urbanos dos grupos dominantes, *A lógica da desordem* é analogia utilizada para dizer que a desordem não é uma fatalidade, se não uma configuração eficaz jurídica-institucional da ordem explicada pela própria forma de como Estado media e regula os planejamentos urbanos. Esta evidente desordem é visivelmente enquadrada na noção da “*multiplicidade dos processos genocidas*” elaborado por Vargas (2010) no qual o conceito de genocídio se desdobra como expansão de um mecanismo atuante em múltiplos vetores, especialmente naqueles setores necessários para reprodução da vida.

A partir de um modelo de atuação do Estado em que o crescimento designa reprodução da pobreza urbana, violência e vulnerabilidade, são engendrados os dispositivos que desordem racialmente localizada. Partindo dessas premissas consideramos que há deste modo uma lógica de acúmulo de desvantagens apreendidas no interior de localidades suburbanas. Considerados como aqueles essenciais para garantir a vida urbana, no bairro

negro Rua Novas foram analisados os indicadores abaixo divididos nos pontos a seguir como eixos de orientação das entrevistas semiestruturadas.

1. **Mobilidade:** análise da oferta dos serviços dos recursos de mobilidade, observando a qualidade dos transportes públicos, superlotação e flexibilidade de horários.
2. **Ciclo da vida produtiva:** mapeamento das funções de trabalho desempenhadas pelos moradores, buscando evidenciar o mercado de trabalho como lugar reprodutor de imobilidade racial, com ênfase nos extratos de trabalhos de baixa remuneração.
3. **Deterioração salarial (renda):** verificação de níveis de remuneração defasada, observando a insuficiência de renda para subsidiar os consumos básicos.
4. **Acesso à unidade de saúde/plano de saúde:** análise dos serviços públicos sanitários e de saúde a partir da qualidade integral dos serviços acessados no bairro.
5. **Sistema Educacional:** detectar a defasagem e sucateamento do sistema educacional na sua ineficácia em neutralizar programas mais amplos de dominação racial.
6. **Equipamentos Públicos e de Lazer:** analisar os recursos de lazer do bairro, e a ausência de investimentos culturais como grandes produtores de violências urbanas.

De antemão a pesquisa coaduna que precisamos ver o genocídio não como uma “mazela social” ou ainda uma “disfunção do sistema democrático de garantia de direitos”. Conforme aponta a obstrução desses recursos básicos acontece não por “ineficácia”, mas acima de tudo “por eficiência de dispositivos inconfessos de dominação e organização social que culminam consequentemente, em formas diversas e conexas de morte massiva do Povo Negro” (SANTOS, 2018, p. 130). Ou seja, tratar do genocídio do Povo Negro como um recurso civilizacional inexorável e profundamente arraigado e alinhado à ideia de que o genocídio é na verdade um mecanismo programado pelo Estado, exercido e detido nas violências coloniais dos aparatos de governamentalidade.

## **2.2 Racialização das Experiências Urbanas Como Método de Ordenamento Espacial.**

Para tratarmos do espaço urbano e espaços majoritariamente negros, precisamos inicialmente mobilizar o entendimento da operacionalização dos significados políticos de raça e racismo como condicionante de mundo. Mesmo cientes de que embora a biologia já tenha se ocupado em comprovar a inexistência de raças entre a humanidade, o conceito de raça não

desapareceu das dinâmicas da sociedade, tampouco suprimiu as consequências do termo para formulação e manutenção do racismo.

Santos (2012) considera raça “uma construção social que ordena e regula comportamentos e as relações raciais”. Moore (2007) argumenta que o racismo se consolidou na dominação e apropriação dos recursos necessários à vida, sua base histórica-social, perpassa também pela economia, que são a partir dessas dominações que se orienta a marginalização, sendo o racismo a mola propulsora que garante a gestão concentrada dos recursos.

Moura argumenta que a estrutura da sociedade brasileira permaneceu basicamente inalterada desde a mudança da estrutura produtiva escravista. Para o autor, o que ocorreu na realidade foi o reordenamento das ideologias de controle que assumiram funcionalidade mais dinâmica e instrumental. Esse momento ritualiza a saída da “mitologia do bom senhor e de toda a sua escala de simbolização do passado para democracia racial”. Conforme aponta, o caráter da democracia no território nacional se configurou como, “uma ideologia escamoteadora capaz de encobrir as condições reais sob as quais os contatos interétnicos se realizam no Brasil”, (MOURA, 1988, p. 62-64).

Para Ianni (2005), o racismo não só tem papel decisivo na trama das relações sociais, como as raças (e os sistemas de relações raciais) estariam em interação dinâmica com a estrutura social, e com a organização social de produção. O conceito de raça na sociedade brasileira camufla sua aparente não implicação na vida política e vida prática de pessoas negras. Entretanto, a partir da década de 50, o conceito de raça chega à cena intelectual nacional e internacional devido a uma série de pesquisas realizadas no Brasil e em outros países, financiadas pela UNESCO. No bojo do projeto, as discursões que ganharam maior visibilidade são as fixadas em torno do equívoco paraíso das relações raciais no Brasil.

Conforme Maio, “a utopia racial brasileira foi colocada em questão. Inaugurou-se, dessa forma, no campo das ciências sociais, uma produção acadêmica que julgava como falsa consciência o mito da democracia racial brasileira” (MAIO, 2000, p.116). A partir dos anos 70 é inaugurada uma nova problemática central no campo da raça no Brasil: o conceito de raça, racismo e discriminações raciais passam a vigorar categorias analíticas centrais para compreensão da realidade social brasileira. Todavia é partir da década de 1990 que ganha maior fôlego o rompimento da falaciosa aparência de harmonia das relações raciais.

Segundo o debate clássico na sociologia brasileira sobre o tema, entender as relações entre as categorias raça e classe no contexto brasileiro é partir para apreensão de como se constituiu a ordem social excludente nos países capitalistas periféricos. Santos coloca que são

os processos hierárquicos de racialização das relações sociais que ressalta os contextos de maior mobilização ou menor mobilização do expediente da raça, ou seja, os contextos onde essas relações são horizontalizadas (as quais não tornam visíveis hierarquias) e no sentido contrário os quais são verticalizadas. Conforme defende o autor a seguir:

Esta mistura entre momentos de horizontalidade e momentos de verticalidade é que permitirá que, a um só tempo, convivam na sociedade (i) uma representação de si própria como sendo uma “democracia racial” e (ii) a reprodução e a consolidação de desigualdades sociais baseadas em raça, o que deveria ser extirpado caso horizontalidade, integração e igualdade fossem princípios ordenadores das relações raciais vigorando em todos os momentos da construção do tecido social. (SANTOS, 2012, p.44).

No entanto, a divisão racial é fator estrutural da sociabilidade brasileira. “no mundo dos privilegiados, *apartheid* se manifesta na expectativa de barreiras, simbólicas e concretas, que definem a branquitude à cidadania – de fato, humanidade plena”. Desse modo é própria ausência de cidadania a partir de universo simbólico e prático do “*apartheid* brasileiro que os negros experienciam as interpelações espaciais, sociais e raciais que as definem” (VARGAS, 2013, p. 32-33).

Campos (2012, p. 21) reforça a importância da perspectiva histórica que possibilitou o processo de construção de exclusão e segregação socioespaciais do negro, em vista da conjuntura que se desenhou no período subsequente ao fim da escravidão onde as populações negras estiveram “excluídos da prática política e marginalizados economicamente”. Desse modo, ainda que se negue uma segregação espacial de base racial é inegável que as fases do urbanismo brasileiro principalmente a pré-modernista em meados da década de 20, vieram acompanhados das teses racialistas que centralizava o ideário social e econômico pautados essencialmente em fatores raciais.

Foi através de aparatos científico/ideológicos de base racista que as cidades brasileiras foram configuradas, tendo num primeiro momento o higienismo e sanitarismo como padrões essenciais da lógica de exclusão de populações específicas. E posteriormente, um período crítico nomeado como “A era das demolições”. De modo geral, um conjunto de políticas urbanas e sanitárias direcionadas, sobretudo aos cortiços, marcava a memória de destruição da principal forma de moradia da população negra até meados da década de 70.

Chalhoub considera que esta foi à tentativa mais explícita de extermínio no que tange a configuração do espaço urbano e a população descendente da diáspora africana no Brasil.

A intervenção dos higienistas nas políticas públicas parecia obedecer ao mal confessado objetivo de tornar o ambiente urbano salubre para um determinado setor da população. Tratava-se de combater as doenças hostis à população branca, e esperar que a miscigenação — promovida num quadro demográfico modificado pela imigração europeia — e as moléstias reconhecidamente graves entre os negros lograssem o embranquecimento da população, eliminando gradualmente a herança africana da sociedade brasileira. (CHALHOUB, 2017, p. 11).

Para Campos (2012), este período marca o início de duas ambiências da população negra, se por um lado definiam-se o fim da era dos cortiços, iniciava-se o século da favela que de um modo ou outro configuram espaços de combates, conflitos e disputas de sobrevivência da população negra. Chalhoub (2017) acrescenta para como este fato comprometia a ação dos sujeitos históricos de engendrar formas políticas de organização. Através desses mecanismos as cidades modernas urbanas-industriais passam a se edificar de forma mais consistente para determinados grupos sociais, tendo a segregação como um método de ordenamento.

Segundo Sodré (2002), esses aspectos trouxeram uma interação involuntária e conflitos de ordem territorial, o negro de espaço ainda indefinido nas cidades passam a ser vistos como espécies de infiltrações na disputa socioespacial das cidades pretendidas a se consolidarem hegemonicamente brancas. É interessante perceber que a exposição historiográfica apresentada acima deixa evidente que a questão negra não se trata somente do que esteve posto ou do processo abolicionista e sim de sujeitos impedidos do estatuto de liberdade mesmo quando retirados da violência do sistema de exploração econômica e sociais da experiência cativa africana.

Quer dizer, de modo objetivo o que o autor retrata se trata do racismo acionado antes, durante e mesmo após a escravidão. Atentando que foi dentro dessa dimensão problemática e conflituosa que os conglomerados urbanos se formaram. Esse movimento por outro lado desafiava a constituição de identidade fixas das geografias de maioria negra uma vez que as dinâmicas de raça impuseram deslocamentos constantes e impossibilidade de apropriação territorial. De acordo Campos (2012) a segregação nas cidades não aparece como um fenômeno isolado, antes disso como um método de ordenamento aglutinador resultantes de muitos processos urbanos.

Podemos dizer que os deslocamentos da população negra por buscas de espaços para moradia são movimentos espirais tridimensionais, primeiro *construídos* na constituição dos Quilombos, espaços que atuavam como forma de organização e resistência, demarcando as territorialidades negras em confronto com o regime de escravidão. Depois *destruídos* quando eliminados grande parte desses espaços em dinâmicas que arrefeciam como a raça deveria ser

acomodada nos modelos de desenvolvimento e urbanização a partir de práticas espaciais truculentas.

Guardada as devidas proporções de tempo para Campos (2012), estas duas etapas aludem às transmutações dos espaços nos quais a população passa de um espaço de resistência a outro onde são por fim *reconstruídos* nas bordas das cidades através das favelas e das periferias urbanas como espaços reelaborados por dentro dos vestígios desses processos. Esses estágios narram os trânsitos de territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade do corpo negro nas cidades, como um corpo de movimentos urbanos de resistências, segundo informa Oliveira abaixo:

A Territorialidade- desterritorialidade - reterritorialidade é o movimento de forças materiais e simbólicas em constante construção, desconstrução e reconstrução, uma sucedendo outra, conforme as transformações do espaço social e da cidade, influenciada por fatores humanos, por exemplo: identidade social, religião, cultura, raça/cor, violência, gênero, faixa etária, ideologias políticas, economia internacional, dentre outras. (OLIVEIRA, 2013, p. 47).

Se de um lado os territórios de maioria negra foram construídos, destruídos e reconstruídos, por outro os espaços de maioria branca aparecem como espaços de pouca transitoriedade especialmente resguardados do enredo das disputas sociais, inclusive legais e jurídicas em torno do espaço urbano. Estes fatores são cruciais para entender a reformulação e organização de espaços coletivos urbanos de resistências, de moradia e reprodução econômica e social da comunidade negra.

Chalhoub (2017, p. 10) destaca marcos políticos-ideológicos alicerçados que revelavam os princípios norteadores do trato da administração pública com a vida urbana negra já na segunda metade do século XX, fundamentados na ideologia da “administração competente”. Esta seria nada mais que o desenho de gestão estritamente classista e racista onde o corpo negro, como afirma o autor, considerado o “veneno antigo” do espaço urbano, deveria ser exterminado do contexto nacional, pois além de classe perigosas, desafiavam as políticas de controle social do meio urbano.

Diante disso, as favelas são em essência resultado direto do acúmulo da exploração e expropriação colonial do território nacional e do lugar que os grupos subalternizados encontram no percurso histórico das cidades formas de se acomodar nas disputas pelo espaço urbano. A segregação espacial, apontada hoje como um dos principais problemas das cidades brasileiras, é para Campos na realidade o reflexo da inusitada capacidade que os grupos dominantes tiveram de produzir a “estigmatização do espaço” (CAMPOS, 2012, p. 63).

Enquanto formas de organização social, as favelas são um dos pilares fundamentais para exercício de poder no contexto de genocídio negro. São a partir dos fraccionamentos e estratificação dos grupos que o poder público qualifica ou desqualifica as diversidades dos arranjos e estrutura urbanísticos. Autores como Villaça (2001, p. 150) confirmam que estas áreas são compostas por pessoas com baixos salários, com péssimas condições de renda e que não possuem outra opção a não ser residir em locais com pouca infraestrutura, de estabelecimentos precarizados e com patamares mínimos de qualidade de vida.

A segregação de base racial desse modo visa não somente excluir as geografias negras das legislações urbanísticas, mas, sobretudo regular as formas de sobrevivência dessas populações através inclusive de remoções, despejos e distribuição de estereótipos que justificam e impulsionam a ação política e social do genocídio. São dessas formas que articulações institucionais das legislações urbanísticas que trabalham em favor de garantir a supremacia da cidade formal. Conforme Alves (2011), inúmeras favelas do país são desafiadas a driblar os acordos tácitos do poder público que formaliza sua atuação a partir da displicência estatal pelas sobreposições de distribuição dos recursos urbanos.

Diante dessas perspectivas a Rua Nova assume um campo empírico provocador para o entendimento do padrão das relações raciais encontrados nas cidades, especialmente no ordenamento do espaço urbano, ou ainda como canal para prescrever o “modelo cívico-territorial” ou “geografização da cidadania” instituída nas ocupações de maioria negra. (SANTOS, 2007).

Mesmo nas cidades que possuem maior parte da população negra a exemplo de Feira de Santana, os lugares hegemônicos promovidos pelos processos de racialização fixam os espaços hierárquicos onde cada grupo deve estar alocado. Os enraizamentos raciais nas gêneses das cidades provocam a segregação involuntária – àquela dissociada da vontade própria do grupo ou do indivíduo de ocupar determinado espaço –, como também a desqualificação moral, a inscrição social e o controle de administração de corpos.

Para Kilomba (2019, p.167) as cidades são delimitações geográficas nas quais a noção de “raça” é usada como uma orientação geográfica ou até mesmo como um marco territorial, no qual cada grupo tem “seu próprio lugar”. A Rua Nova, desse modo é um meio relevante para descrever a produção de território sócio racialmente apartado e como os grupos se inter-relacionam com o espaço da cidade especialmente quando se veem diante de tentativas de apagamento e eliminação. A nação brasileira e outras da diáspora estão de acordo, nos informa Vargas, “controlados por tecnologias letais e pela exclusão social racializada negra” (VARGAS, 2013, p. 36).

Diante disso, como pensarmos a democracia no que tange o espaço urbano, de modo a entender a alocação geográfica da população negra nas cidades? A discussão que segue busca ampliar uma definição conceitual no sentido de descrever essas inscrições geográficas, seu perfil urbanístico bem como os conteúdos ideológicos operacionais que isenta o estoque racial branco destes lugares. Enfatizamos que o racismo inexistente desvinculado de segregação humana, acreditamos que as noções derivadas do conceito de bairro negro elaboram muitos dos resquícios derivados desse processo.

### **2.3. Bairros Negros: Representação do Mito da Democracia Urbana.**

Sodré (2002) levanta a ideia de que no âmbito da disputa socioespacial, o corpo negro posterior à escravização trouxe aspectos conflituosos na ordem territorial no que tange, sobretudo, a interação involuntária com a população branca. Como vimos é nessa fase em que os negros passam a existir nas cidades enquanto grupo social fora do status político de escravizado o momento em que a mentalidade corporificada do racismo se prolonga no espaço urbano. Derivados desses processos a população negra passa a ser vista como infiltrações das dinâmicas espaciais.

Consequentemente estas diretrizes demarcam não somente a hierarquia dos grupos hegemônicos, como também a hierarquia dos espaços territoriais. Cunha (2007) define que Bairros Negros são áreas de ambiências de populações negras marcadas pela vulnerabilidade em função das infraestruturas não produzidas pelo Estado. Estes espaços, conforme o autor engendram formas urbanas negras<sup>25</sup>, configuradas por sociabilidades peculiares, inclusive culturais, mas que por outro lado protagonizam intensamente conflitos em relação à administração pública, as legislações e gestões de planejamentos urbanos, com a própria justiça e especialmente aos aparatos de segurança pública.

Diante disso, a tentativa dessa investigação é de ampliar o uso e sentido do conceito de bairro negro. Observamos que, se por um lado à democracia racial admite a miscigenação como prova cabal da suposta convivência harmônica entre brancos e negros, a inadmissão da mistura entre as raças no que tange espaço urbano, aproxima de modo mais efetivo possível a

---

<sup>25</sup> Algumas interpretações podem ser verificadas nos estudos de, CUNHA Jr; RAMOS, M.: RAMOS, Maria Estela Rocha. *Bairro da Liberdade: Autoconstrução em Território de Maioria Afrodescendente*. In: IV COPENE (Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros). CUNHA Jr., Henrique. *Liberdade: Território de Maioria Afrodescendente - Cultura, Autoconstrução e Espaço Urbano*. In: Anais XII Encontro Nacional ANPUR. Belém: UFFA, Mai/2007. CUNHA Jr., Henrique; RAMOS, Maria Estela Rocha (orgs). *Espaço Urbano e Afrodescendência*. Fortaleza: UFC Edições, 2007.

relação parasitária de exploração, arbitrariedades e dilapidação das espacialidades negras onde impera a escassez de recursos realizada a partir das políticas raciais de necrocontrole dos grupos hegemônicos que dela se beneficia.

Oliven (2009) ao analisar a cidade de São Paulo diz que existe uma situação metabólica das cidades no que tange as relações raciais, onde os bairros de concentração branca da cidade se revestem da sofisticação urbana em seus equipamentos e dominação, os bairros periféricos concentram parcela acentuada de população negra e afrodescendente numa ordem urbana deficitária. Na realidade a promoção da separação das raças quanto aos espaços de habitação, moradia e a direção imposta dos corpos negros aos territórios de pobreza confabulam de modo indiscutível as defesas contestáveis da igualdade racial.

Esse é senão o ingrediente ideológico acionado para contenção de conflitos e deterioração dos níveis de vidas, através do qual, “para aqueles capazes de manter seus privilégios de riqueza e geografia, o imperativo da distância física significa também o imperativo de minimizar o protagonismo político daqueles ocupando os territórios de exclusão e pobreza econômica” (VARGAS, 2013, p. 19). É com aval desses elementos que os bairros de maioria branca conseguem se preservar, quando não potencializar a partir dos sentimentos de ameaça, a ampliação de aparelhamento de segurança pública, sobretudo, das reiteradas inspeções policiais nos locais onde os pesos do racismo ganham força.

A propósito, os próprios conceitos de “bairros nobres”, “condomínios de luxos” construídos a partir do racismo epistêmico das disciplinas urbanísticas consubstanciam a hierarquização social do espaço urbano e as atitudes externas de tratamentos territoriais. Essa lógica de inferioridade-superioridade dos corpos racializados tem sido ingredientes capitalizados na ordem do espaço.

De acordo Garcia, no que se refere à questão urbana, a ausência de mistura espacial pode ser entendida como “anti-democracia” do espaço urbano, a semelhança dos estudos sobre relações raciais que se baseia na ideia de “democracia racial”. Conforme aponta, principalmente por entendemos que a organização do espaço nas cidades baseia-se na lógica da “superioridade-inferioridade social, distância espacial, segregação”, como observa a autora. “(...) Ou seja, os padrões de organização das cidades brasileiras, segue um padrão onde há alguns espaços de mistura espacial, entretanto, de enorme distância social alimentada pelo mito da não segregação racial”. (GARCIA 2013, p. 142).

Ademais, o contexto de vida das pessoas na cidade representa a ordem de valorização das diferenças e do esforço de superação das dificuldades mediante enfrentamento individual e pessoal. Percebe-se que o engendramento da vida coletiva nas cidades denota um “outro”

evoluído e privilegiado, de outro modo, “evoluídos no sentido de privilegiados, dos que não necessitam requerer cidadania — direito à cidade — pois dela são seu centro e fazem parte”. (OLIVEIRA, 2013, p. 167).

Em vistas desses fundamentos teóricos a lógica da democracia urbana no Brasil assume delineamentos evidentes de que as políticas de garantia da vida coletiva da cidade não são prioridade, pelo contrário, se sustentam justamente em aniquilamentos de sobrevivência sobrepondo garantias urbanas entre um território e outro racializado. Observamos que isto se materializa na ordem do espaço urbano, tanto pelo perfil cruel quanto sofisticado que é o racismo brasileiro, salientado especialmente, pelo perfil de institucionalidade do país que, “não reconhece entidades raciais; todo mundo é simplesmente brasileiro”. (NASCIMENTO, 2018, p. 94).

De modo crucial, a centralidade da miscigenação como elemento catalizador eficaz da “invenção da democracia racial” ganham novos contornos operacionais no contexto das territorialidades urbanas. No contexto de reconfiguração e distribuição espacial é, sobretudo, a repulsa de mistura das raças e não mais a mobilização de uma miscigenação que regula as premissas raciais das relações de poder nas esferas de reprodução das cidades urbanas brasileiras.

## **CAPÍTULO III- INDICADORES DA LÓGICA DA DESORDEM NO BAIRRO NEGRO RUA NOVA**

### **3.1 Gestão Urbana da Vida Cotidiana: Indicadores das Condições de Existência Precária.**

Este tópico visa elencar uma série de elementos que possam aproximar o leitor de cenários que revelam as várias facetas do genocídio urbano presentes não somente na Rua Nova, como inegavelmente no conjunto maior da cidade a qual o bairro está inserido. Imprimimos um exercício de leitura panorâmica mediada excepcionalmente pela participação do racismo direcionando nossos olhares a um conjunto de ações que aciona a população negra na esfera social e política da cidade como um problema efetivo a ser combatido.

No trajeto às idas para Rua Nova atravessando o centro comercial dos chãos feirenses, geralmente de pé dentro de um ônibus sucateado e lotado, podemos observar da janela a cidade do sertão. As pessoas em situação de Rua já estão em seus redutos de vida urbana, e o fluxo de pessoas atormentadas pelo fantasma da informalidade já circulam pelas principais avenidas da cidade. Pessoas que despertam cedo e descem dos guetos para se concentrar nas ruas e avenidas da “Cidade Comercial”, cidade de tradição urbana habituada a garantir privilégios de grupos hegemônicos compactuados a posturas alheias às formas adversas pelas quais grupos subalternizados experimentam o mundo.

Podemos presenciar na conhecida Avenida Senhor dos Passos, jovens meninas negras gritando para vender chip das operadoras telefônicas nacionais, distribuição massiva de folhetos de serviços que vão de divulgação de exames médicos a empréstimos e consultas de cartomantes, mulheres que ensacam verduras enquanto o bebê está no colo, crianças implorando para comprarem seus doces, pessoas trabalhando em situações humilhantes nas ruas que são palcos cruciais das desigualdades raciais da cidade de Feira de Santana.

No momento em que o trânsito é parado logo um pequeno espaço da rua é tomado por aqueles que aproveitam os poucos minutos das sinaleiras para prover de algum modo de sobrevivência. Aparecem os malabaristas, os vendedores de água ou de algum alimento, os pedintes, geralmente uma massa de garotos negros para ligeiramente limpar os para-brisas dos carros e, além disso, algumas crianças. Vemos pacotes de produtos e alimentos vendidos a um real que se tornou nicho de tendência econômica entre vendedores ambulantes de periferias, posicionando a localização urbana negra no comércio da cidade. É a precarização do serviço humano em seu grau mais ostensivo, são os perfis de vidas majoritários de um morador

urbano que carrega na cor da pele preta seu demarcador social. Componente significativo dos membros da comunidade dessa investigação já se encontra ali trabalhando, na Rua Marechal Deodoro.

No percurso de chegada à Rua Nova, dificilmente os ônibus não passarão pela Praça do Nordeste, local onde há 170 anos foi encenado o enforcamento público do “Famigerado do Sertão”, ponto de onde é possível descer e mais a frente pegar algum transporte alternativo que integra a chegada ao bairro. Algumas destas avenidas são retratadas inclusive como parte de um “grande favelaço do centro da cidade” pelos dirigentes das mídias locais que ao fim e ao cabo endossam e mobilizam discursos de criminalização aos contingentes populacionais periféricos que precisam acionar o centro comercial informal como recurso de sobrevivência. Citamos como exemplo uma matéria do Jornal Grande Bahia do ano de 2014 intitulada, “*Um favelão chamado Feira de Santana*”, ilustrada na imagem a seguir, na qual chama atenção especialmente para as instalações do conjunto de barracas fixadas nessa avenida.

**Figura 10.** Feira de Santana: Avenida Senhor dos Passos

## Um favelão chamado Feira de Santana

🕒 3 de outubro de 2014 🧑 Alberto Peixoto



**Favela da Avenida Senhor dos Passos FOTO: Apeixoto**

Fonte: Jornal Grande Bahia (2014).

A estampa da matéria dá luz as estruturas coercitivas que presidem a interpelação do solo urbano e reafirma o repúdio a grupos específicos, principalmente os contingentes de

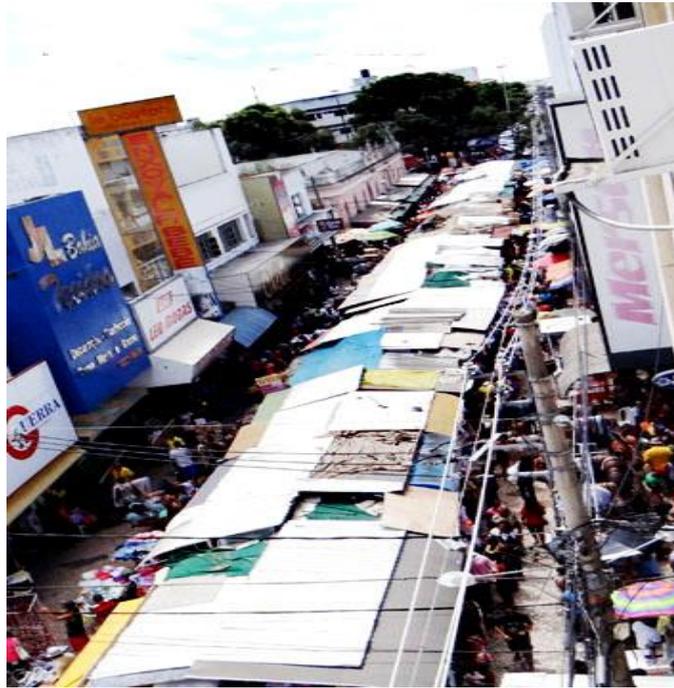
peças negras que fazem uso desses locais. A maneira pejorativa que utilizam para institucionalizar os dispositivos de violências estatais subsidia as diversas facetas de poder para aniquilar a vida dessa população no uso da cidade bem como corporificam publicamente os sujeitos que devem ser interpelados no espaço urbano feirense. Afinal, para estes é melhor que “fosse criado um shopping a céu aberto ou camelódromo, um mercado para que os verdureiros que invadiram o centro da cidade tivessem box para comercializar seu produto, esvaziando as calçadas”, conforme defende Alberto Peixoto autor da publicação.

Não por acaso é justamente o que ocorre cerca de seis anos após a publicação da matéria, com a criação do Shopping popular inaugurado em meados do ano de 2020. O aprimoramento de narrativas que recaem em termos como “invasão” do uso do espaço público da cidade é uma forma de regular o genocídio no qual a mídia é uma das formas mais assertivas desse aparelhamento. Muitas dessas notícias buscam reiterar e legitimar etiquetamentos da condição racial subalternizada desses indivíduos, além disso, indicando o direcionamento do manejo das políticas das gestões urbanas de modo racialmente localizado, principalmente através de perseguição, como o rapa e as políticas de remoções.

Um bom exemplo disto eram as enormes fileiras de barracas de roupas empregadas nas calçadas do famoso Calçadão da Sales Barbosa da cidade que foi totalmente destruído pelas escolhas trágicas e genocidas da gestão urbana local no processo forçado de remanejamento dos trabalhadores para o Shopping popular municipal. Ali, mais gente preta se aglomerava na famosa “Rua do Meio” descrita em muitos versos do poeta feirense que leva a nomeação do lugar buscando driblar os dispositivos mórbidos do Estado de aniquilação. A propósito, parte memorial dessa região compôs as primeiras feiras livre da cidade, certamente estes cenários segregados fazem parte das sequelas resultantes de um comércio local incipiente-desordenado e hierárquico, como autêntico retrato das feridas do passado deixadas nos rastros dessa cidade de teor raciais fortemente inalterados.

As ruas do centro da cidade de Feira de Santana e a superlotação de feirantes, camelôs e vendedores ambulantes escancaravam a tradição excludente das elites comerciais, consorciado com qualificações urbanas que ampliam disputas, arbitrariedades e perseguições contra aqueles que têm nesses espaços seus ambientes majoritários de trabalho. No interior desses comércios encontra-se algo central: a raça. Aquele traço que é preciso converter e reedificar das ruas para transformar os modelos de habitação do urbano de acordo com o método de bloqueio daqueles que são amplamente indesejáveis. Abaixo buscamos trazer algumas das imagens que retratam parte desses processos.

**Figura 11.** Feira de Santana: Calçadão da Sales Barbosa



Fonte: Blog Protagonistafsa (2020).

**Figura 12.** Feira de Santana: Remoção das Barracas do Calçadão da Sales Barbosa



Fonte: Paulo José/Jornal Acorda Cidade (2020).

O conteúdo dessas imagens configuram ações que atingem diretamente os moradores da Rua Nova, já que estes pontos de locais indispensáveis para alocação de mão de obra de muitos dos moradores do bairro que precisam da dinamização do centro da cidade para manter os recursos básicos para o sustento. Nesse bojo é desenhada novamente uma clara tendência de desvincular a cidade continuamente de seus aspectos rurais e sertanejos. Ademais, para alcance dessa requalificação da modernidade é imprescindível uma exclusão massiva da corporeidade negra de pontos históricos da cidade. É antes disso ela, quem notadamente deflagra os conflitos que o Estado visa combater através do conjunto dessas ações.

Estas obras são apenas uma pílula da institucionalidade do racismo estrutural que age, sobretudo, inviabilizando qualquer tipo de direito aos sujeitos alvos desses processos. Esses projetos de modernização são a tentativa mais explícita de aprimorar as políticas de morte da necropolítica através de hierarquias urbanas que perpassam quaisquer saldos culturais da tradição do comércio de Rua de Feira de Santana. Nada fora do lugar, se concordamos que a desordem é um acessório indispensável de resistência ao caos. Com bem sabemos, a complexa sociedade brasileira estruturada pelos interesses racistas do capitalismo colonialista, até hoje vigentes, “vêm metendo a raça negra em séculos de martírio e inevitável destruição” (NASCIMENTO, 2018, p.170).

Ao adentrarmos na Rua Nova podemos dizer que atravessamos uma realidade correlata ao que ocorre no seio mais amplo da cidade, todavia agora temperada com as particularidades que os moradores acrescentam. A rua literalmente não para. Uma maioria em idade ativa distribuindo tempo do horário “formal” executando a vida na praça local jogando entre amigos, trocando assuntos ou bebendo. A rua é depósito de uma conversa ou outra, às vezes na tradição da porta de casa, outras do cansaço aparente, e também na forma de mazelas que decifram as formas de sobrevivência frenética ou monótona impostas a muitos da comunidade.

Muitos desses episódios representam o cenário de fuga de necessidades não supridas, sobretudo na marca geracional da juventude negra, como observa atentamente o morador João Oliveira: “Principalmente os jovens, é muita gente ociosa, né. Vai para escola e depois não tem muito que fazer”. Ociosidade, ausência de emprego são algumas das degenerescências grupais aplicadas nas mediações das gestões urbanas políticas estruturais presentes na comunidade.

Este trânsito de inúmeras vivências urbanas nos fornece uma série de “escalas da vida cotidiana” presentes no bairro, as quais nas próximas seções buscarão ampliar o entendimento

das relações microespaciais do genocídio e as necropolíticas na comunidade do bairro negro Rua Nova. Vamos levantar as funções que esses indivíduos desempenham para garantir sua sobrevivência, as relações com a administração pública local, como se apresentam a ordem do espaço, defendendo a ideia de que bairros de maioria negra é uma síntese territorial da experiência urbana negra e laboratório primordial da espoliação urbana.

Busca-se a partir da experiência da Rua Nova comprovar que a abstenção dos recursos coletivos de consumo necessários para reprodução da vida urbana aufere as formas que o Estado manuseia o exercício de eliminação de vidas, seja por meios de ações diretas ou indiretas. De acordo Vargas, essas formas são dadas tanto pelo viés de formas de “autogerenciamento baseadas no terror” como pelos índices de precariedades que faz desses espaços lócus constantes de “incorporação de lutas em torno da terra, infraestrutura e direitos à cidade — e em suma, direitos à cidadania plena”, reconhecendo nestes processos cernes a condição dos negros em diáspora como parte necessária e central de qualquer exploração das políticas de cidades globais (VARGAS, 2013, p.31).

### **3.2. Violência Urbana na Rua Nova: O Fator Comum dos Bairros Negros.**

É preciso ressaltar que inicialmente, o tema da violência buscou ser abordado neste estudo, prioritariamente da perspectiva da violência estatal, seja pela negação dos direitos básicos à população, educação, trabalho, moradia e saúde que centralmente pela violência policial. Entretanto, ainda que não tenhamos de antemão alocado a questão da violência urbana como uma pergunta mobilizadora do campo de investigação, a violência se revelou “Unipresente”, “um conteúdo manifesto” da realidade dos moradores da Rua Nova.

Frequentemente, o tema surgia quando questionávamos a grande parcela de jovens negros da comunidade sobre a ausência ou distanciamento das escolas, inclusive, nos dilemas apresentados pelos ditos “caminhos fácies”, cujos significados incluem demandas de jovens obrigados a adquirir estratégias de ganhos para o consumo e tantas vezes encurrallamentos derivados das necessidades de capital humano para manutenção da defesa de suas comunidades. Alguns destes elementos encontram ressonância nas entrelinhas da observação do interlocutor abaixo.

(...) os meninos aqui ficam muito lá no ócio. Não tem emprego, não tem educação decente. Aí acabam optando por coisas mais fácies, né. Que eles tem mais fácil acesso e que prometem lhe dá ou ascensão ou sensação de prazer mais imediato e

acabam não ligando pra coisas mais importantes que lhe dariam resultados melhores e, de repente, melhorariam suas vidas (Morador João Oliveira).

A violência urbana é talvez a demanda mais complexa da estrutura urbana sociorracial nos moldes da sociedade contemporânea, especialmente diante dos reiterados projetos de genocídio e marginalização de populações negras empobrecidas. Ou, porque não dizer, é um problema global de “tempo-espaço geográficos distintos”, como ressalta Vargas (2013) ao explicar as grandes tensões da diáspora negra nos conflitos com o Estado, a Sociedade Civil e do racismo antinegro, especialmente distribuídos nas áreas urbanas, ocupadas majoritariamente por pessoas negras. A violência somada à guerra às drogas, segregação residencial, criminalização de jovens negros configura o acirramento de grandes eventos nefastos nas periferias.

A análise espacial da violência urbana em Feira de Santana pode ser verificada em alguns trabalhos referentes ao tema. Contudo, usaremos nesse tópico especialmente algumas pesquisas onde o bairro Rua Nova aparece de modo destacado entre os bairros da cidade. Entre estes os registros da pesquisa de Reis et al (2009) que fornece um mapeamento de homicídios por localidade da cidade, frisando a grande participação de bairros periféricos nos maiores índices de violência.

Ressaltamos também o trabalho de Rios (2016) onde encontramos dados mais aprofundados a respeito da espacialização dos homicídios por raça/cor/gênero e a forte vitimização do povo negro na cidade atrelada às vulnerabilidades socioespaciais. É necessário destacar que a violência é um dado indiscutível na Rua Nova, configurando um elemento estrutural dentro do objeto de investigação, tendo em vista, para citarmos como exemplo, o acúmulo alarmante de noticiários<sup>26</sup> que constata a participação do bairro Rua Nova nestes conteúdos mórbidos dos índices de homicídios e confrontos policiais.

Sobre estas últimas fontes, destacamos como muitas dessas mídias cumprem função de mobilizar e endossar estereótipos onde são retroalimentados os retratos daqueles considerados “inimigos da sociedade”, “aterrorizantes da cidade”, entre outras nomenclaturas

---

<sup>26</sup> Alguns links para consulta:

<https://www.acordacidade.com.br/noticias/230096/mais-uma-pessoa-e-executada-no-bairro-rua-nova-vitima-foi-atingida-por-cerca-de-30-tiros.html>.

<https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/2098488-homem-e-morto-a-tiros-na-frente-da-avo-em-feira-de-santana>.

<https://www.metro1.com.br/index.php/noticias/bahia/79709.homem-morre-e-3-pessoas-sao-baleadas-em-feira-de-santana>

<https://ponte.org/feira-de-santana-sofre-onda-de-homicidios-apos-morte-de-policial/>

<https://aratuon.com.br/noticias/violencia-tres-sao-assassinados-a-tiros-em-menos-de-24-horas-em-feira-de-santana/>

e atributos que contribuem para validação de determinadas narrativas de criminalização. De acordo Vargas (2013, p. 12), grande parte desses veículos provedores de informações se voltam apenas a disseminar, quando não espetacularizar imagens e matérias que não visam proximidades com as reais causas dos problemas, apenas localizar “as geografias fraturadas da cidade, geografias de raça, privilégio e violência”.

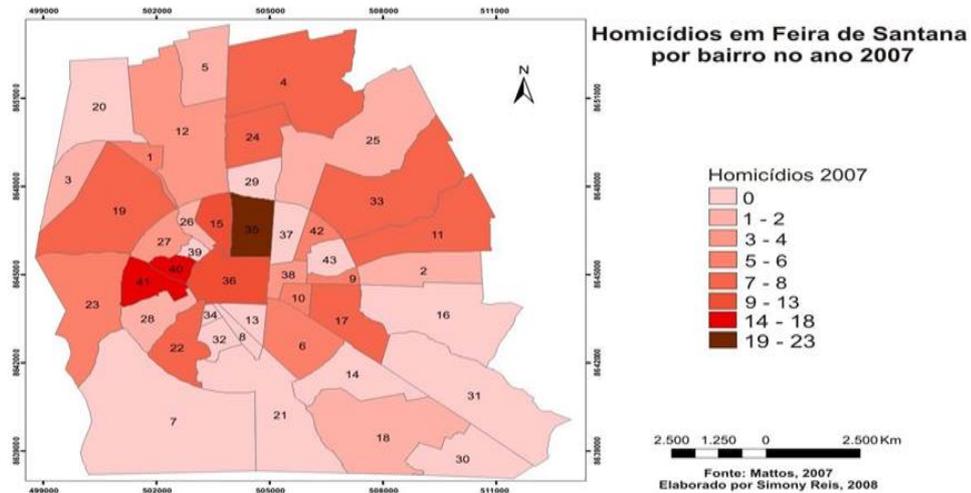
Tais formas de territorialização da violência são também mecanismos de distanciamento civil e segregação racial na medida em que se reproduzem as identidades dos lugares representativos de ameaça da nação. Se a violência é parte intrigante da experiência urbana do bairro Rua Nova, de modo mais objetivo podemos dizer que ela é inerente à própria vida da população negra feirense numa escala mais ampla. Segundo Oliveira (2013), Feira de Santana é uma das cidades que apresenta as maiores taxas de homicídios do estado baiano, onde pessoas pretas estão 4,2 vezes mais expostas ao risco de morrer dentro dessa modalidade que a população branca.

Rios (2016) aponta que no ano de 2015 a cidade ultrapassou a média do estado da Bahia que foi de 37,7, enquanto que em Feira de Santana chegou a 59,6 homicídios no ranking de violência per capita no Brasil. Entretanto, mais alarmante que esse dado, é o ranking divulgado pela organização do Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal do México no qual Feira de Santana aparece ocupando a **14ª posição de cidade mais violenta do mundo com dados referentes ao ano de 2018**, conforme matéria da Revista Exame. A ONG mexicana ainda apontou que a segunda mais populosa cidade da Bahia registrou 63,29 homicídios para cada 100 mil habitantes, bem acima do parâmetro da média nacional para esse percentual de amostra que é de 27,43 homicídios.

Um panorama geral sobre a cidade aponta os gritantes alijamentos referentes às relações entre as dinâmicas do racismo e violência urbana nos arranjos socioespaciais de Feira de Santana, como uma latente ferida social aberta instalada na região. Contudo, a proposta desse tópico estará focada nas particularidades dos microespaços da cidade. De acordo Reis et al (2009), percebe-se que houve um significativo aumento dos índices de violência entre os anos de 2005 e 2007 em cerca de 44% dos bairros de Feira de Santana, dentre os quais destaca-se a Rua Nova (localidade 40 no mapa abaixo) entre outros como a Queimadinha, Calumbi e Baraúnas.

Estes bairros localizam-se dentro do anel de contorno, próximo ao centro da cidade ilustrado na imagem a seguir. As cores desse mapa revelam como o racismo estrutural tem afetado estes territórios especialmente alocando a violência como um elemento “comum” dentro das comunidades periféricas da diáspora negra.

**Figura 13.** Mapa de Homicídios de Feira de Santana, 2007.



Fonte: Reis, (2008).

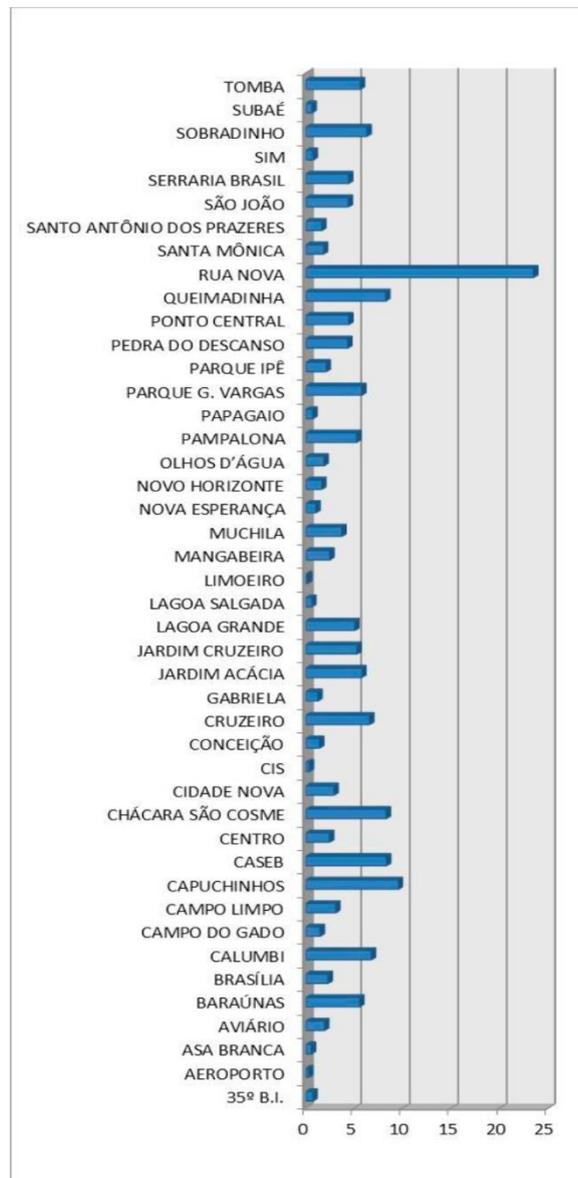
A partir dessa imagem salientamos o destaque não somente o bairro Rua Nova como outras localidades a exemplo do bairro de maioria negra Queimadinha (localidade 35) que em 2007 extrapolou todas as médias dos limites apresentados e passou das margens de 7-8 homicídios para 19-23, conforme verificamos. O retrato em exposição rastreia a forma como a violência se expressa na cidade de Feira de Santana e o efetivo modo pelo qual o Estado exerce o controle e poder nas comunidades negras empobrecidas economicamente.

É importante dentro do arcabouço teórico acionado para essa pesquisa elucidar algumas premissas capazes de drenar o espaço geográfico das áreas primordiais dos indicadores de violência letal. Dito de outro modo, analisar quais elementos viabilizam a manutenção desse modelo de ordem urbana racializada e mórbida? A primeira questão gira em torno do controle de corpos em normas, códigos e práticas que delimitem precisamente as fronteiras sociais e raciais nas cidades onde a violência urbana é intrínseca a uma limitação cívica na forma de regular os corpos negros, conforme elucidamos abaixo.

A forma como nosso sistema penal incide sobre os corpos está condicionada pela corporalidade negra, na negação de sua humanidade. Esse é o fator central de sua dinâmica. Disciplinado na violência do extermínio de uma massa subumana é esse o trato que o aparato policial está preparado a dar a quem for direcionado. Em outras palavras, o racismo deu o tom e os limites à violência empreendida pelo sistema penal e este carrega consigo a direção de toda clientela a que se dirige. O que estamos querendo salientar é que para além da discricionariedade que diferencia o tratamento entre negros e brancos pelo aparato policial e as demais agências de criminalização, é o racismo que controla seu potencial de intervenção física. Daí toda sua agressividade. (FLAUZINA, 2006, p. 82).

Na Rua Nova a violência aparece como uma constante de crescimento acentuado, nos anos subsequentes os dados atingem patamares ainda superiores. De acordo Rios (2016), a localidade ocupou a 7ª posição entre os bairros da cidade na averiguação das taxas médias de homicídios em termos absolutos para área de 100mil/hab entre os anos de 2012 a 2014. E quando são analisados em termos da dimensão territorial de sétimo bairro mais violento, passa a ocupar o primeiro lugar, como é observada no gráfico 4 a seguir elaborado pelo autor.

**Figura 14.** Homicídios Segundo a Densidade Demográfica em Feira de Santana -- 2012 - 2014



Fonte: RIOS (2016, p. 41).

O autor ressalta que este salto ocorre, sobretudo, em função da área total do bairro por morador. Dentre muitos fatores a falta de estrutura urbana, o acentuado número de terrenos baldios consubstancia recursos para ampliar a ação da violência, entre as estas a facilitação de ocultação de corpos. Percebemos que o adensamento populacional é um forte agravante no gerenciamento da violência dos bairros negros. Na realidade, a densidade territorial oferta mais uma concessão para matar ou de outro modo aciona os espaços onde incidem a “máquina de guerra” do Estado.

A densidade demográfica expressiva da Rua Nova aumenta escrupulosamente a exposição do bairro na qual se revela nessa região uma intensidade das relações entre a criminalidade e o refinamento dos sistemas de segurança pública reafirmando a nocividade da opressão racial vivenciada no bairro. De acordo Rios (2016) foram 23,49 mortes para cada quilômetro quadrado, taxa bastante superior a do segundo mais violento da cidade que, para o mesmo cálculo, apresentou 9,54 mortes.

Ao analisar homicídio por gênero em Feira de Santana em 2012 foram pelo menos 380 vítimas do gênero masculino para 16 do feminino. Seguidos de 349 para 11 respectivamente em 2014. De acordo a pesquisa, Feira de Santana apresenta uma mortandade feminina ainda menor do que no restante do país, sendo de 4,2% do total de homicídios registrados no ano de 2012, de 5,9 homicídios em 2013 e de 3,1 ocorridos em 2014 versus 8,9% da média nacional.

Além disso, um dado indispensável para compartilharmos é a obviedade pelas quais está articulada racialmente a violência urbana em Feira de Santana, planejada e direcionada majoritariamente para alcançar pessoas negras. Segundo Rios (2016, p. 42-44) somaram cerca de 329 homicídios entre os negros para 10 entre os brancos, onde as porcentagens de vítimas de pele branca decrescem durante esse período. A seguir podemos complementar alguns desses dados.

Nos homicídios em Feira de Santana morrem proporcionalmente mais pardos e pretos do que brancos, uma vez que, do total dos homicídios, 97,4% foram deste grupo que somam 80% da população, ao passo que a população branca, que representa pouco mais de 20% da população do município, somou 2,6% das vítimas no ano de 2012. Nos anos seguintes a situação foi a mesma - em 2013, as vítimas negras somaram 96,9% e em 2014 a proporção foi de 96,3%. (RIOS, 2016, p. 49).

Residem também nesses dados, de acordo o autor acima o preponderante aspecto etário dessas vítimas. No ano de 2012, 66% dos assassinatos 57 foram cometidos contra esta população jovem com idade entre 16 e 30 anos. Em 2013, somaram 71% do total dos homicídios e em 2014 foram 74% dos mortos. A atuação operacional dos dispositivos de

segurança pública é preconcebida partindo especialmente do lugar de origem. Flauzina defende que esse é um componente estratégico-estrutural do estado brasileiro, onde os jovens negros são os maiores alvos desse processo.

O recado mais claro e atordoante desse cenário não se limita ao fato de os corpos negros somarem a maior parte dos alvos do homicídio no país, mas que a eliminação física tem por base a inviabilização do segmento enquanto coletividade. Ou seja, os números que revelam o grau de vitimização da juventude negra apontam para um projeto que investe claramente contra o futuro, contra as possibilidades de todo um contingente existir e se reproduzir. Não há flagrante mais incontestável de uma política de extermínio em massa: devem-se matar os negros em quantidade, atingindo preferencialmente os jovens enquanto cerne vital da continuidade de existência do grupo. (FLAUZINA, 2006, p. 116).

Em função dessa arquitetura, ao tratarmos de violência nas periferias, “estamos nos referindo a uma violência tácita, seja na ocupação do Estado, seja na ação coletiva, onde a repressão é a melhor arma para negociação entre Estado e os desvalidos da sociedade” (CAMPOS, 2012, p. 64). Observamos na cidade negra de Feira de Santana uma construção institucionalizada da violência urbana a partir da criminalização de áreas periféricas.

Na Rua Nova isso é confrontado com as formas pelas quais a segurança pública dialoga com os moradores, especialmente os jovens negros que são recorrentemente estigmatizados. Renato Oliveira, jovem de 22 anos, vendedor ambulante e morador do bairro, é exemplo de um deles que sente expressivamente as políticas de controle e truculência dos aparatos de segurança locais.

A polícia gosta de parar nós que mora aqui no Bairro. Quando não é morador do bairro ele não para, nós que eles ver direto fica querendo pegar. Batem, é baculejo, que é coisa que ninguém gosta de tomar, né. Você tá ali de boa, de quebrada e eles vem, ele já sabe quem é do bairro, quem não é. Quando não é do bairro não mexe.

A criminalização de indivíduos de áreas periféricas negras historicamente definidas como “ameaça à ordem” e “perigoso” como são demarcados no processo de construção espacial no Brasil, e marcadamente em Feira de Santana, respinga como um elemento estrutural na Rua Nova, onde é instaurada desta forma a gestão urbana do medo do morador favelado, a regulação e vigilância desses corpos e territórios. Esses dispositivos de distribuição de violência comprometem de diversos modos à comunidade, conforme Amélia Cruz.

Outro dia um menino se acidentou já tarde da noite. O rapaz caiu e estava sangrando, lá mesmo chamaram a SAMU e eles falaram que não iria para o bairro uma hora daquela sem escolta policial, por medo de entrar no bairro. O que foi que o pessoal fez, conseguiu uma moto subiu e foi lá na base e solicitou uma viatura. A viatura desceu e solicitou o serviço, só assim a SAMU veio.

Sendo assim, é justamente o nome do bairro, o ser morador do bairro, as relações cotidianas instauradas no bairro, que definem tanto o agenciamento do confinamento espacial quanto o uso da violência do estado. Os índices de desigualdades e vulnerabilidades raciais, se estimulados ou legitimados pelo Estado garantem a eficácia da necropolítica, ainda que não como agente primário, o mesmo atua como catalisador do padrão mórbido. São estes fatores que em grande medida, “apesar de não obviamente, estabelecem bases cognitivas a partir das quais a não favela, a sociabilidade autodefinida como respeitável é determinada” (VARGAS, 2013, p.23).

Em função do contexto de genocídio negro na qual o bairro ele passa ser palco de uma das Bases Comunitárias de Segurança (BSC) da cidade inaugurada em 2014. Segundo Alves 2010; Vargas 2013 estas estruturas denotam nada mais que ocupações políticas-militares viabilizadas pelo Estado e suas tecnologias letais de controle social. Essas estruturas conduzem e elaboram as cenas de exclusão e violências nas comunidades negras, atuando como verdadeiras máquinas de aniquilação de corpos negros vitimados pela violência letal ou quando conduzidos às possibilidades de encarceramento.

Nos bairros de maioria negra, a violência cumpre função extremamente crucial para manutenção da necropolítica nos termos das políticas neoliberais contemporâneas. Esses aparelhamentos são disciplinadores de corpos negros, supervisionando a conduta dos moradores e na ponta mediando territorialmente às formas de controle do Estado. Na visão da interlocutora Amélia a base não passa de uma camuflagem da arquitetura da violência racial.

Porque assim precisamos ver como que essa segurança chega pra gente. Ela chega pra gente depois de uma solicitação, depois de um conflito. Precisa existir o conflito pra depois existir a ação de segurança. Entendeu? Então não existe um serviço bem ofertado, porque como é que a polícia militar vai agir com os cidadãos? Não existe um trabalho direto, por mais que a base faça serviços sociais, mas tá muito restrito aos sujeitos que moram muito próximo da base e a um pequeno nicho. Um pequeno grupo de moradores que são articulados com pessoas que convive ali dentro daquele sistema. Com a base as pessoas passaram a ter uma falsa ideia de segurança. A sensação de segurança que aumentou, no campo subjetivo. Principalmente para as pessoas que moram naquela região próxima da base. Então a base chega porque é um estudo de secretaria de segurança da Bahia que entende que tem dados exorbitantes de violência no bairro. Mas a polícia sempre fez rondas no bairro, mesmo que bem menor que o fluxo que temos hoje. A violência sempre esteve em volta, dentro e no entorno do bairro, sempre teve.

Diante disso, esse breve panorama da violência urbana na Rua Nova nos apresenta como as recorrências de violência, extermínio e programas de pacificação territorial são temas conflituosos nas comunidades apartadas socio racialmente. Percebemos como aponta Flauzina (2006), que o perfil das mortes provocadas pelas polícias se dá em razão da política de extermínio da população negra no país. Nas favelas o Estado Democrático de Direito é exceção. A política pública presente nas periferias é ação violenta dos agentes estatais. As políticas de segurança pública, embora se legitimem na ideologia de defesa social, geralmente têm se configurado como uma das principais fontes de terror, criminalização e civilidade danosa nesses territórios.

“As políticas criminais e de execução penais vendidas sobre o rotulo de ‘segurança publica possibilita exige que vejamos o processo de criminalização do povo negro como um contínuo processo (necro) politico de genocídio historicamente empreendido e-ou tolerado pelo Estado” (SANTOS 2018). O autor diz ainda que a violência que fundamenta a experiência da negritude é estrutural porque as pessoas negras estão posicionadas exteriormente tanto em relação à humanidade quanto à sociedade civil. Inferimos que nas cidades as geografias negras configuram o espaço político-jurídico efetivas desses processos, do qual a Rua Nova protagoniza indiscutivelmente na cidade de Feira de Santana.

### **3.3 Sistema de Saúde no bairro Negro Rua Nova.**

“O povo vai dormir na fila para uma consulta, eu acho isso um absurdo”! Está é uma fala de indignação de uma das moradoras diante das anormalidades dos serviços urbanos de saúde da comunidade. Pinho (2010), pesquisadora do bairro, denuncia no seu trabalho uma definição de Bourdieu (1997) chamada “demissão do Estado” como comportamento no qual “o Estado se demite e não assume a responsabilidade que lhe compete” para a configuração do que se apresentava na Rua Nova a época. Aproximadamente após 10 anos, a presente pesquisa não só continua observando esta demissão, como a saúde aparece enquanto indicador que registra uma enorme vulnerabilidade emplacando um dos setores de maior risco dessa comunidade.

Iremos apresentar aqui, a partir das demandas do bairro, um panorama do que a Rua Nova vem acessando de saúde pública, quais são as deficiências dos equipamentos presentes

no local, qual a qualidade dos atendimentos especializados ofertados no bairro, quais grupos e faixas etárias estão incluídos entre os indícios de maior demanda, e, sobretudo, documentar os modos como as legislações instituídas entre os serviços de saúde da cidade contrapõem a garantia de atitudes vitais para população.

Sabemos que as condições de saúde de uma população são determinadas por diversos fatores, de modo que não é possível falar de sua qualidade, dissociada de determinantes sociais, culturais, econômicos e raciais. As interfaces dos indicadores e acesso à saúde da população negra<sup>27</sup> tem no racismo a chave histórica que retroalimenta padrões em torno da morbidez e que enrijecem as possibilidades desse grupo vivenciar não só uma vida sem muita ocorrência de doença, mas, sobretudo viver com qualidade de vida sob os diversos âmbitos da reprodução social.

Challoub (2017) aponta em sua obra como as políticas de Estado em torno do novo projeto de nação brasileira estiverem pautadas mediante os conflitos entre território, saúde e populações marginalizadas de áreas vulneráveis. Buscando enfatizar uma “gestão científica da sociedade”, ancorada nas ideias da ideologia da higiene, a população negra foi delegada ao posto de “classes perigosas”, uma vez que eram as pessoas desse grupo social disseminadores primordiais de doenças e epidemias, consideradas naturalmente insalubres para compartilhar o convívio social, pessoas cujos corpos colocavam em risco o futuro do país.

Estes são alguns dos aspectos que acentuam a promoção da chegada do imigrante europeu elegendo estes como aqueles que portavam a vitalidade adequada para assegurar através da política racial de branqueamento a direção do país. Nota-se desta forma que vários mecanismos no âmbito da prestação de políticas de saúde e controles populacionais inseridas no projeto de nação brasileira obedeceram ao mal de fazer do corpo negro um corpo suscetível à ausência de direito à saúde integral<sup>28</sup>. Cenário que somente na última década recebe alcance institucional com a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da

---

<sup>27</sup> Fruto dos movimentos sociais, sobretudo do movimento negro, as relações entre raça e saúde vêm sendo objeto de uma série de iniciativas centrada na criação de um campo de reflexão e de intervenção política denominada saúde da população negra.

<sup>28</sup> Cabe registrar que a tradição sanitarista brasileira continuou a não atribuir importância à temática racial. Só no alvorecer do século XXI voltam à cena pública as relações entre raça e saúde, a partir da proposta de criação de uma política focal direcionada à população negra. Esta se baseia na concepção de que as desigualdades raciais repercutem de forma específica na esfera da saúde pública e, por conseguinte, devem ser objeto de ação governamental para superá-las. Com base numa articulação que envolve ONGs vinculadas ao movimento negro, agências estatais, fundações filantrópicas norte-americanas, instituições multilaterais e fóruns internacionais, especialmente no plano dos Direitos Humanos, a nova política anti-racista surge no contexto da discussão sobre políticas de ação afirmativa no Brasil, iniciada nos anos 90 (MAIO, 2005, p. 421).

População Negra (PNSIPN)<sup>29</sup>, abrindo alguns horizontes de modificações. A política surge antes de tudo como a possibilidade de garantir a vida com saúde da população negra.

Todavia, quando questionei durante as entrevistas qual seria o pior serviço em condição de precariedade do bairro negro Rua Nova, todos os interlocutores foram unânimes em apontar o serviço de saúde em situação degradante, destacando que o bairro embora seja um dos mais populosos da cidade, conta hoje apenas com um espaço de atenção à saúde, a Unidade Básica de Saúde Francisco Martins da Silva. Os moradores denunciam, além das necessidades urgentes de melhorias, a grande dificuldade de acesso aos serviços, revelando o labirinto obscuro da fragilidade comunitária para contornar estes processos, conforme explica o morador Germínio.

A Rua Nova por ser um bairro muito populoso, a população é muito grande, às vezes o posto não consegue atender a demanda por que é muita gente. Principalmente em época de transição de estação, mudança de estação, as crianças que são o número maior e idoso. Criança e idosos têm muito aqui no nosso bairro. Então acaba que o tanto não é suficiente, o pessoal que dá esse suporte que atende lá, o pessoal do PSF30, pela demanda. É muita gente às vezes não tem funcionário o suficiente para suprir.

Se as políticas públicas do estado não se caracterizam exclusivamente pela ausência de prestação dos serviços no bairro, é preciso problematizar e refletir sobre a qualidade do que é ofertado, dado que são vários os fatores que levam o indivíduo a se preocupar com atenção à saúde. É evidente que o estado de saúde, bem como os processos de adoecimentos se mobilizam especialmente pelos canais de cuidado que a população possui para produzir uma qualidade de saúde tanto individualizada quanto coletiva. Entretanto na fala de Seu Maximiano estas fontes aparecem bastante irrisórias.

É ruim, não é porque aqui não temos um serviço, mas por se um bairro populoso. Nós temos uma policlínica, um posto de saúde, muitas vezes a gente fica, 2 horas, 3 horas de relógio esperando atendimento clínico, quem mora aqui no bairro não tem. Porque o atendimento aqui não é feito só pra os moradores do bairro, abrange outros bairros que vem pra cá.

---

<sup>29</sup> Como resultado das reivindicações trazidas pelas organizações mencionadas acima, foi instituído no Brasil em 2009, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra que tem como direcionamento garantir a equidade e a efetivação do direito à saúde de negras e negros. A política também reconhece o racismo, às desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde.

<sup>30</sup> A atenção Primária à Saúde foi reorganizada, em 1994, com o Programa Saúde da Família (PSF), que intensifica sua potencialidade, buscando um maior envolvimento da equipe de saúde com a comunidade e desta com os serviços de saúde (LIMA; SENA, 2012, p. 161).

De acordo dados do Ministério da Saúde 2017, quase 85% da população brasileira que depende do Sistema Único de Saúde (SUS) são autodeclaradas negras (preta e parda). Isto significa que se o SUS não é garantido, atinge primordialmente a população negra que não possui meios privados de prover serviços básicos de acesso à saúde. Ainda que haja um esforço para homogeneizar a condição de raça no país, são nos indicadores socioeconômicos nos quais a população negra encabeça a ponta de lança dos serviços públicos que as diferenças se desenham de modo inquestionável.

Tal questão fica evidente na exposição da moradora Rufina Gomes: “A gente não pode contar com serviço de saúde, que é muito precário. Um clínico pra atender não sei quantas pessoas, tem período que não tem clínico, tem período que não tem pediatra”, registra a usuária. Quando questiono sobre as estratégias de suprir a deficiência de acesso do SUS, seu Maximiano informa, “se tiver recurso tem que pagar do próprio bolso, se não tiver recuso, tem que ir para o Cleriston (Hospital geral da cidade), ou outros bairros que tenha atendimento. É o que a maioria faz. A maioria aqui não tem plano de saúde”.

A população da Rua Nova deixa às claras a situação dramática ao tempo que anunciam que o plano de saúde do bairro chama-se SUS. Entre os entrevistados apenas um morador por ser funcionário público tem condições de custear um plano de saúde privado. Temos desse modo um cenário catastrófico que anunciam muitos dramas de saúde dos moradores articulados a precariedade dos serviços e dificuldades socioeconômicas. “Em outros momentos que eu precisei acessar o serviço de saúde, de ir ao médico, eu fui pela rede privada, rede particular. Por recursos próprios”, compartilha a interlocutora Amélia Cruz, conforme ainda ressalta tal atitude ocorre geralmente em casos extremos.

A portaria nº 2048/GM de 05 de novembro de 2002 aplicada na legislação de Feira de Santana define que as policlínicas são estruturas de complexidade intermediária entre as unidades básicas de saúde; de saúde da família e as unidades hospitalares de atendimento de emergências, além de papel ordenador dos fluxos de urgências. Entre outras diretrizes, têm como principais missões: atender aos usuários do SUS portadores de quadro clínico agudo de qualquer natureza; ser entreposto de estabilização do paciente crítico para o serviço de atendimento pré-hospitalar móvel. Todavia, ao observarmos o modo de funcionamento do sistema de saúde do bairro nas suas articulações com o sistema intra-local, constatamos as falhas e ineficiências nas movimentações dos fluxos desses núcleos.

A moradora Rufina ao relatar sua percepção sobre a cidade diz observar que em outros locais, socialmente melhores referenciados, ou nos espaços urbanos do “outro” não necessariamente, os serviços sejam melhores, mas sim que não há uma demanda ou

necessidade de uso recorrente, já que a composição econômica-social desses lugares permite especialmente acesso aos planos de saúde, consequente aos atendimentos privados. Seu Maximiano complementa contextualizando a validação das dinâmicas socioeconômicas presentes no bairro: “aqui na Rua Nova, têm pessoas de poder aquisitivo bom, mas, eles não vão para o PSF”. Tais fatores expõem o exercício da alteridade desses bairros e o efeito da posicionalidade das estruturas de poder repercutido nos territórios negros.

Essas pessoas com poder aquisitivo não vai fazer uso de PSF, só vai fazer uso pra vacina de criança. Porque não acha fácil dependendo da idade. Eu acredito assim. Mas eles não vão procurar o clinico pra serem atendidos, eles não vão procurar o pediatra pra levar seu filho, eles vão ter o plano de saúde deles. Eles não vão fazer questão do coletivo, entendeu? Eu acredito assim! les não fazem tanto uso como aqui, como os bairros mais populosos.

De acordo Brasil; Farias (2012, p. 193) as diferenças em relação à situação de acesso de serviços à saúde e às diretrizes existentes no interior das instituições deste setor têm sido expressas através do conceito de vulnerabilidade. O morador Paulo Bispo é enfático na sua percepção: “rapaz, a saúde tá precário. Porque hoje a gente tem a policlínica que abraça todo mundo, abraça a população e muita gente de fora, né velho. A policlínica da Rua Nova que a gente tem aqui é superlotada”. É possível notar que os serviços de saúde do bairro não permitem uma atenção preventiva que neutralize os efeitos de riscos recorrentes da falta de acesso a uma assistência a saúde regular.

Além disso, demonstra um deslocamento que vai além das demandas das fronteiras do bairro. A Rua Nova compartilha problemas e dificuldades de acesso a serviços de saúde que não é somente dela, mas extensivas de populações vizinhas como, por exemplo, as dos bairros de maioria negra Feira IV, Feira IX e George Américo, dando sinais evidentes de um padrão espacial mórbido de governança massificado entre estes espaços dentro da cidade de Feira de Santana. Essas semelhanças territoriais aparecem também no depoimento da moradora Rufina logo abaixo.

A gente pode ir pra outro bairro que tenha esse atendimento emergencial, se não tiver PSF não atende outro bairro, bairro nenhum. A maioria aqui vai pra o George Américo, a maioria que eu saiba aqui vai pra o George. Já levei meu filho pra o George, o atendimento não foi melhor. Eu levei porque não tinha atendimento aqui, ele estava com suspeita de dengue e zica, a mão dele ficou cheio de caroço, todo empolado, se coçando, ai ele foi atendido aqui. Aí disseram que a suspeita era de dengue, que não iria passar nada, que eu me dirigisse ao George Américo porque lá fazia a coleta de sangue e aqui não fazia. Que eu me dirigisse lá para ser atendido daria o resultado e qualquer coisa me dava medicação lá. E foi assim que a gente fez, mas foi a mesma coisa.

As movimentações entre esses bairros, sobretudo pela proximidade, acabam sendo pontes de acessos entre uma superlotação e outra na distribuição dos escassos recursos de sobrevivência. O conceito ampliado de saúde definido na 8ª Conferência Nacional de Saúde é “entendida como a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse de terra e acesso a serviços de saúde” (NASCIMENTO, 2018, p. 94).

Para a moradora Amélia fica evidente que em territórios de concentração da população negra, os cuidados com a saúde devem estar elaborados de maneira sistêmica, firmando indivíduo e comunidade, atenta às tendências de vulnerabilidades indissociáveis da vida no bairro. Uma vez que a qualidade do território coaduna para maiores ou menores riscos a doenças.

Então assim, não dá para pensar que a gente tem um serviço bem ofertado, se a gente for pensar esses pilares, educação, saúde e segurança. Porque, a gente não vê na policlínica, por exemplo, campanha de aplicação de flúor nas crianças, ou palestras de ginecologia para adolescentes, ou pra mulher, de meia idade e terceira idade. É preciso pensar na saúde para além da clínica. Cê tá entendendo? Tipo prevenção ou permanência. Ou medicina curativa, a nossa medicina é paliativa. A nossa medicina não é curativa.

Em tese, dentro das comunidades que possuem as PSF, os agentes comunitários de saúde (AGS) são um dos responsáveis pela atenção primária à saúde, aqueles que fazem um levantamento geral e apresentam minimamente as demandas de cada agrupamento, sendo canais importantes que articulariam o aprimoramento do SUS. Todavia, por parte dos moradores do bairro os AGS aparecem como agentes de oferta insuficiente no bairro, ineficazes em termos de retorno, com atendimento comprometido em termos de equipamentos de trabalho para um resultado satisfatório, conforme podemos observar na fala da moradora Porfíria Cruz.

Agente de saúde aqui tem, mas, quando passa, ele só faz colher às informações. Na verdade o agente de saúde não serve para nada entra na casa da um oi, fica meia hora conversando e nem vai à casa do outro, não tem uma balança para pesar uma criança. Umas têm outras não tem. É complicado!

Lima; Sena (2012) destaca que é essa ponte que faz o papel de amenizar as falhas do serviço e devem buscar otimizar o impacto epidemiológico, a partir da apreensão ampliada

das necessidades de saúde. O confronto da pesquisa com os depoimentos sobre os agentes caminha a passos distantes de se alinhar a proposta de avanço acima mencionado. Do contrário, segundo informa abaixo o morador Germínio, os servidores apenas monitoram o território e em alguns momentos são limitados pelas próprias condutas exigidas dos gestores de saúde pública que, além de burocratizar o serviço, obedecem a uma sistematização que lesa a comunidade local.

A gente tem os agentes comunitários aí que tem sempre essa preocupação conosco, porém, eu acho que é pouco pela distribuição do bairro. Porque assim, eu tenho amigos meus que são agentes de saúde e infelizmente eles não podem trabalhar na minha rua porque não tem cobertura. Então assim, hoje eles têm o monitoramento através de um Tablet, o sistema está sempre rastreando onde eles estão trabalhando, mas, eles não podem vim. Se a gente falar assim: "ó, vem aqui ver, assistir aqui determinada pessoa que tá aqui com problema" ele não pode ir porque ele está sendo monitorado. As vezes ele quer prestar aquele serviço lá, mas não pode porque não tá cobrindo aquela rua e tem várias ruas aqui descobertas.

Os moradores denunciam a fragilidade de atuação das políticas de saúde local, conferem a sondagem, mas critica a assistência descredibilizando a expectativa quanto ao funcionamento do serviço. A pré-triagem, que deveria ser preventiva à doença, não dá conta de suprir a comunidade, nem maximiza o atendimento da policlínica. Além disso, são denunciados os obstáculos da abrangência do controle como a moradora Amélia adverte.

E tem a categoria também né, porque assim, o seu domicílio ele tem que tá enquadrado naquela categoria que a assistente precisa visitar, por exemplo, as assistentes que fazem o vínculo com as pastorais da família, ela só vai à casa que tem criança, em fase lactante, entendeu. A criança até no máximo 6, 7 anos, porque ainda tem a coisa da pesagem e do monitoramento, então assim, a agente de saúde ela passa às vezes pra perguntar se você tem cartão do SUS. Já fez o cartão do SUS? É a experiência que eu tenho, enquanto moradora do bairro com relação a assistência à saúde. Como é que vocês estão e para aí, aí ela senta, conversa com mainha sobre as costuras e vai embora.

Não obstante, nota-se também situações mais diretas, intrinsecamente ligadas a atual conjuntura, sinalizadas pelas consequências dos inúmeros cortes de verbas destinadas à saúde pública e das ações de “desfinaceirização do SUS”<sup>31</sup> que atingem majoritariamente a

---

<sup>31</sup> De acordo matéria do Instituto Humanitas Unisinos feita em abril deste ano, o orçamento destinado a Saúde teve o congelamento de R\$ 599 milhões, 3% do que foi orçado para ano de 2019. Fruto dos feitos negativos da Emenda Constitucional 95 – que congelou os gastos públicos por 20 anos, a partir de 2017, sobretudo nas áreas de educação e saúde perdendo mais de R\$ 6 bilhões da receita prevista. Segundo o economista Francisco Funcia, assessor técnico do Conselho Nacional de Saúde para orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS), “o SUS tem enfrentado processo de subfinanciamento crônico desde a sua constituição, que se agravou fortemente a partir da EC 95, em 2017 – com um processo que a gente tem denominado hoje como ‘desfinanciamento’. (...)”

população negra, sentidas explicitamente pelos moradores do bairro negro Rua Nova. A moradora Josina comprova a constante falta de medicação sempre que recorre ao posto de saúde: “quando a gente vai buscar remédio não tem. Eu mesmo compro, nem vou mais ao posto buscar porque quando eu chego à farmácia do posto às vezes nem tem”.

Segundo Nascimento, o PNAB (Política Nacional de Atenção Básica) diz que o PSF traz no enunciado entre alguns de seus objetivos, diagnosticar a situação da população adstrita, agir juntamente com a comunidade, buscar integração com as instituições e organizações sociais do território e ser um espaço de construção de cidadania. Todavia, o cenário que se apresenta na Rua Nova, a escassez do serviço tem formatado, inclusive, formas de conflitos intracomunitários que unem vulnerabilidade, fragilidades, disputas de renda e, contrário ao que prega os princípios da PNAB, geram ações que aniquilam o sentido de promoção de cidadania do território, como podemos constatar no relato da moradora Porfíria.

O serviço é péssimo. Falta médico, não tem pediatra, você tem que pagar. Quando não é assim vai pessoas que já pegaram a ficha pegar de novo, e depois ficar vendendo de R\$ 20,00. Aí você precisa de uma consulta, de levar sua filha, e ter que pagar consulta de R\$20,00. Acho muito errado, o pessoal pegar as fichas para vender de R\$ 20,00, eu acho isso um absurdo.

A jovem Josina acrescenta que também já passou por esta experiência:

Então você tem que chegar lá 5 horas da manhã e fica até à tarde para pegar a ficha para o outro dia de uma consulta. Já paguei umas três vezes, não vão mentir! Minha mãe já cansou de sair daqui 03hrs da manhã pra fila para pegar a ficha, quando chega lá tá tudo marcado. O povo bota papelão, bota a pedra, bota caixa para pegar uma ficha e ainda sem contar que tem briga e discussão.

A precariedade dos sistemas de saúde expressa um dos campos mais eminentes da junção do racismo e necropolítica e como ela se aplica ao poder do estado. Tal configuração que aparece enquanto corriqueira na dinâmica do bairro, expressa a forma como os grupos raciais estão segmentados territorialmente nas suas demandas de assistências sociais. Além disso, este cenário, sobretudo, confirma a gestão da vida inserida numa agenda política que, por meio das estruturas institucionais, esvazia a humanidade dos sujeitos patrocinando

---

Se nada for feito, o SUS vai morrer por asfixia financeira. A despesa por habitante vai cair nos próximos 20 anos e isso levará a uma desestruturação completa do sistema, à precariedade, ao sucateamento das unidades públicas de atendimento da saúde, que não terão condições de acompanhar a inovação tecnológica de equipamentos e medicamentos”.

genocídios múltiplos. As filas expressam a passibilidade da conduta constante de violência racial no cotidiano das demandas da vida no bairro como demonstram as imagens a seguir.

**Figura 15.** Rua nova: Fila da Unidade Básica de Saúde

## Longas filas para marcação de consultas gera tumulto em unidade de saúde da Rua Nova

Algumas pessoas afirmaram à reportagem do Acorda Cidade que são poucas senhas distribuídas na unidade de saúde e os pacientes precisam dormir na fila para tentar um atendimento.

26/10/2016 11h01



Fonte: Jornal Acorda Cidade, (2016).

Notadamente, as misérias são reais e estes são relatos de indivíduos que precisam acionar atitudes desesperadas e constrangedoras de vida fruto dos pactos de uma supremacia hegemônica branca. Porfíria continua o relato de indignação.

Eu mesmo quando eu vou levar minha filha para o pediatra eu levo particular, porque quando a gente vai levar não tem, então levo particular. Porque demora tanto que ela já melhorou quando consigo. Às vezes o médico não vem, troca de médico, às vezes o médico sai e só vai colocar outro com dois, três meses aí a gente tem que pegar e pagar R\$120,00 numa consulta.

A população é bastante crítica com relação a precariedade do Estado na assistência à saúde. Neste cenário existe um inegável chamamento para as práticas de autocuidado que possam evitar maiores agravamentos das vulnerabilidades impregnadas nos sistema de saúde.

Uma agência que oscila entre resistência, lucidez e, ao mesmo tempo, desespero. Ademais, as especificidades do racismo negociam a ação política do Estado que encontra nas favelas o lugar ideal para solidificar suas práticas institucionais. No que diz respeito à Rua Nova, relacionadas à ineficiência, encontram-se encrustadas também as assimilações negativas em torno do morador de áreas favelizadas, evidenciadas nos aspectos que a moradora Amélia levanta.

Para fazer um exame você tem que tá ali prostrado horas, chegar de madrugada para pegar uma guia e essa guia tem toda uma logística, de ir para Secretaria de Saúde, voltar, e a sua marcação não é de imediato. Tipo, você faz uma marcação e seu exame para ser feito pode demorar dois, três meses para fazer. (...) Eu acho que isso tá muito ligado também ao perfil que o profissional de saúde cria das pessoas de periferia que, na maioria das vezes, são pessoas que não são instruídas e que eles acham que pode fazer qualquer coisa. Aí tem essa submissão, a ideia de serviço, então eles acham que eu preciso daquele serviço, então de qualquer forma que o outro me assistir para mim tanto faz.

As enfermidades presentes na Rua Nova são físicas e morais. As limitações de acesso servem para encaminhar processos que, embora não sejam de adoecimento constante, geralmente não produzem longevidade ou vida futura com saúde sustentável. O racismo desta forma estrutura condições de desigualdades do nascer ao adoecer, aliás, o racismo muitas vezes elabora a própria doença. Observando ainda questões que se potencializam a estas dinâmicas que sistematicamente incorporam culturas perigosas que reiteram o vício do não valor à vida negra, retratas nos próximos tópicos.

### **3.3.1 Elos entre Vida e a Morte no bairro Negro Rua Nova**

Como verificado, a negligência na oferta de saúde pública tem formatado expressões diversas da vigência do racismo onde viver, adoecer, ser cuidado e morrer, se mostram intrinsecamente ligadas à falta de acesso à informação, a ausência de prestação de serviço e as dinâmicas das instituições do Estado. Não são poucos os moradores do bairro que já vivenciaram ou presenciaram a vida de membros da comunidade ceifada por descaso, ausência ou insuficiência da gestão de saúde.

As mortes custodiadas pelo Estado permeiam a Rua Nova especialmente quando seus moradores se deparam com a necessidade dos serviços de urgência hospitalar, como exemplifica o forte relato abaixo da moradora Porfíria que perdeu um membro da família por inadimplência de um socorro emergencial.

Eu já perdi minha tia no posto da Rua Nova ano passado. Ela tinha quebrado a perna num acidente, passou uns dias no Cleriston (Hospital de Feira de Santana) e veio para casa. Aí quando ela voltou para casa, quer dizer, já tinha uns 15 dias em casa ela se sentiu mal, sentiu uma agonia, uma dor de cabeça aí levamos para o posto da Rua Nova. Chegou lá para fazer a ficha disse que ela tinha que esperar, aí quando deu a “hora”, quando eles vieram, ela já tinha morrido sentada na cadeira. Porque foi infarto, ai enfartou e não pode mais atender porque já estava morta lá e a gente esperando atendimento.

Esse relato formula a drástica essência das experiências urbanas instaurada no bairro, como consequência das políticas de morte legitimadas a partir das valas que são abertas pelo descaso do Estado. Retomando as diretrizes de gestão da Secretaria Municipal de Saúde da cidade mediante a portaria nº 2048/GM é missão dos prontos socorros “ser entreposto de estabilização do paciente crítico para o serviço de atendimento pré-hospitalar móvel”.

De acordo a legislação, as policlínicas devem dispor a qualquer paciente apresentando caso clínico agudo e de alta complexidade pronto atendimento imediato, mediante a ameaça de perder a vida. No bairro negro Rua Nova a participação destas experiências vem reforçando a prática de morte fruto do racismo estrutural avigoradas nas necropolíticas do Estado que quando não produz diretamente a morte, a antecipa. A moradora Amélia também traz testemunhos de processos semelhantes ao vivenciados por Porfíria, como observamos.

Sim! Eu sei de muitas pessoas aqui que já chegaram passando mal e às vezes por algum motivo, por falta ou demora de atendimento, ou a falta de regulação para um encaminhamento essas pessoas chegam a óbito ali dentro mesmo da Policlínica. Já teve algumas pessoas infartadas ou derrames e outros processos que a gente não consegue dimensionar, um edema pulmonar ou paciente de câncer que se por acaso tivesse um atendimento estaria na sobrevida, por várias questões. A gente sabe assim, fulano passou mal, mas por causa da demora do atendimento adequado faleceu.

Parafrazeando Berth (2019), o racismo é um urbanista que planeja e define espaços de morte e vida nas grandes cidades. Os relatos de óbitos “evitáveis” trazidos por parte considerável dos entrevistados demonstram uma regularidade no padrão de atendimento ofertado, e denuncia de modo incontestável, a agenda de extermínio dentro do arcabouço da gestão espacial da Rua Nova pautada numa constante exposição de violências conferidas a tudo que garanta a possibilidade de existências. A moradora Rufina exemplifica outra experiência ocorrida no bairro:

Tem uma mulher que mora ali em cima, um dia ela veio andando e passou mal. Aí quando chegaram lá eles fizeram uma triagem e botou ela pra entrar. Mas eu não sei

se foi porque demorou demais, eu não sei, porque eles não falam assim, né. A gente só sabe que morreu lá em consequência da pressão alta. Deu um derrame lá dentro do posto e morreu. Não sei se ela chegou assim, se chegou a ser atendida, mas sei que ela morreu em consequência da pressão que se tivesse tido um primeiro socorro, acho que poderia ser revertido.

Percebe-se que as demandas que fazem parte dos problemas de saúde da Rua Nova estão alinhadas ao perfil de enfermidades vinculadas aos históricos da população negra no Brasil, sobretudo aos índices de casos de diabetes e pressão alta, e sintomas decorrentes dessas doenças como derrames e infartos, sendo estes os motivos mais apontados na busca de atendimentos da comunidade. As mortes nas atuais formas de gestões públicas o controle e regulação social de vidas negras tomam forma de poder prioritária de Estado. Além de assegurar os sistemas de dominação, são garantidos que relativizam a sobrevivência urbana da comunidade negra. O relato da interlocutora Porfíria permite um desenho preciso desse modelo de gestão que é em grande medida compactuado com a permissividade de micro-gestões ao nível de municípios.

E os médicos às vezes não tem ninguém na sala e ele não atende, fica na sala no WhatsApp, tudo no celular. Lá no posto é criança vomitando, é febre, e os médicos tudo lá bem de boa. Ai quando eles querem atender eles vem. Aí a gente fica lá esperando uma hora, uma hora e meia, até duas horas para ser atendida, por uma consulta pública.

Este dado levanta uma questão a respeito da postura médica que não é pontual, pois trata do racismo explícito de muitos profissionais de saúde que reproduzem a desumanização de vidas negras. É preciso ressaltar esse tópico principalmente nesses tempos obscuros nos quais toda categoria de médicos são exaltados como os “salvadores da pátria”. Entretanto, quais sujeitos são salvos nesse cenário de guerra racial? A ação do racismo na área da saúde afeta majoritariamente as populações geograficamente localizadas pelos estereótipos da cor.

Nos contextos periféricos são ignoradas as necessidades urgentes e emergentes dos quadros de saúde, como o apresentado pela moradora Rufina, especialmente porque muitos deles representam um corpo que dialoga privilegiando a sua matriz de poder. Ou seja, o SUS não é um ser desencarnado da lógica de poder da branquitude não à toa ele também tem nos sentenciado a morte. A postura narrada pelos moradores apenas comprova como vem sendo agenciadas muitas das instancias que são setores diretos de manutenção da vida onde, não somente a policia e as demais extensões do militarismo estatal tem encampado a linha de frente do projeto genocida em curso.

Entre as inferências ideológicas da agenda do genocídio negro constata que uma delas toca no aspecto político de responsabilidade do Estado que é sempre doloso – “por ação ou omissão – assumindo o risco de matar através da aplicação de necropolíticas de criminalização” (SANTOS, 2017, p.133). É preciso entender que o saldo das indiferenças, descasos de atendimentos e assistências são dadas, sobretudo, a partir do outro e não há outro ingrediente se não o corpo negro: o conteúdo latente da geografia urbana da “Terra de Lucas da Feira”.

### **3.3.2 Rua Nova: Saúde e Gênero**

Não é difícil identificar nos relatos da Rua Nova apresentados nos tópicos anteriores como as mulheres negras são presença preponderante na busca pelos serviços de saúde. Muito em decorrência dos papéis de gêneros delegados à mulher o cuidado com a prole, essas moradoras aparecem como o elo de equilíbrio vital da comunidade. Werneck (2016) demarca que em função dessa prática naturalizada, as mulheres foram os sujeitos de fundamental importância no processo de formulação das políticas públicas da saúde da população negra.

O protagonismo das mulheres negras da Rua Nova no âmbito dos cuidados de saúde é resultado da sobrecarga do racismo estrutural patriarcal irrigado pelo abandono do Estado que ignora condições precárias de abastecimento dos serviços de saúde. Além disso, devemos pensar no caráter da institucionalidade do Estado que corrobora também para os índices de extermínios e marginalidade de homens negros retirados do exercício da vida na comunidade, no qual geralmente quando não encarcera mata simbolicamente a relação desses sujeitos dentro de uma postura mais coletiva e solidária com os papéis que a mulher assume. Recai sobre a mulher negra a interseccionalidade de estruturas racistas e sexistas enquanto provedora de trabalhos intermitentes e verdadeiras forças de sobrevivência.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) que apresenta diretrizes em relação ao direito à saúde das mulheres negras dispôs entre suas estratégias de gestão a necessidade de “qualificação e humanização da atenção à saúde da mulher negra, incluindo assistência ginecológica, obstétrica, atenção ao ciclo gravídico-puerperal, no climatério e situação de abortamento, nos estados e municípios” (VARGAS; VIEGAS, 2016, p. 624). Na Rua Nova é justamente a deficiência de tratamentos ginecológicos que de modo mais abrangente evidencia a relação de subordinação a qual a saúde da mulher negra ocupa no sistema de saúde.

A situação de vida do bairro negro Rua Nova revela que a gestão de saúde além de não garantir o funcionamento da Política Nacional, no que tange a saúde da mulher, potencializa as violências deste grupo. O relato de Rufina referente ao período da sua gestação apresenta recursos de extrema nocividade à atenção primária da saúde e o tratamento desdenhoso no qual são submetidas muitas mulheres negras.

Quando eu estava grávida do meu segundo menino, eu estava com uns cinco meses de gestação e sentindo um negócio estranho. Aí eu peguei e fui ao posto. Aí chegando lá, porque pra você ir procurar atendimento em outro lugar só vai ser atendido se passou pela triagem do bairro, só vai com a indicação, com o encaminhamento pelo primeiro socorro que lhe deu. Aí tipo assim, eu com a pressão alta, com seis meses, fui pra o posto de saúde porque eu achei que estava por saber dos sintomas. Aí eles disseram que não podia me atender por causa do meu estado, mas tinha que me encaminhar pra o Hospital da mulher. Eu perguntei, tenho uma necessidade pra esse momento, olha a questão, pressão alta na gravidez eu com cinco meses tinha quer se uma coisa, uma emergência. Aí disseram que eu não podia ir pelos meus recursos, porque estava sozinha e que providenciasse alguém e aguardasse a ambulância pra me levar pra o Hospital da Mulher ou o Cleriston, as opções eram essas. Aí me deu encaminhamento do posto, mas não prestaram nenhum atendimento ali, nem minha ficha fez.

De acordo o relatório Socioeconômico da Mulher/RASEAM (2014) da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) informa que em 2013, 62,8% das mortes decorrentes de gravidez atingem mulheres negras e 35,6% mulheres brancas. Dentro deste índice 80% das mulheres negras não possuíam plano de saúde, em contraste com 64% correspondentes às mulheres brancas. Em função disso são elas as que consequentemente acessam um maior número de consultas e acompanhamentos médicos. (NASCIMENTO; PITTA 2018).

Um adicional desse cenário é que entre as mulheres brancas ocorre majoritariamente a utilização de ambulatório, principalmente, “consultório de clínica, consultório particular, ambulatório hospitalar, consultório de empresa ou sindicato” (SANTOS, 2012, p. 280). A moradora Rufina é uma destas mulheres que apresentou um dos sintomas de grande incidência especialmente nas gestações de mulheres negras<sup>32</sup>, por não ter plano de saúde e melhores condições de acesso a um pré-natal digno e seguro, teve a vida em risco e à beira de compor esses índices. Abaixo damos continuidade ao depoimento do episódio da interlocutora.

---

<sup>32</sup> Atualmente já contamos com respaldo científico consolidado para identificar algumas doenças consideradas mais prevalentes na população negra em virtude do condicionamento de fatores genéticos que atuam conjuntamente com fatores ambientais e que teriam efeito direto ou indireto na mortalidade: anemia falciforme; doença hipertensiva específica da gravidez; hipertensão arterial; diabetes mellitus (Cunha 2012, p 30).

Fiquei aguardando vim à ambulância que tinha ido pra o George Américo e eu com a pressão alta, aí eu fiquei bebendo água, porque dizem os mais velhos que melhora, aí fiquei lá aguardando, liguei pra minha mãe, ela veio pra o posto e ficamos aguardando ambulância. Eu não sei quantas horas depois, eu não tinha mais nem graça, estava me sentindo melhor.

Os processos de colonização pelos quais a mulher negra esteve exposta consubstancia a negação de intervenção imediata, sobretudo pela recorrente ausência de engajamentos humanos dados a pouca valorização da vida dessas mulheres no arcabouço institucionais dos serviços públicos de saúde. Nesse momento de dor, Rufina nos informa que pôde contar apenas com sua mãe, acionando o ciclo recorrente da rede de apoio de mulheres negras dentro de uma comunidade periférica.

A ambulância veio e me levou para o Hospital, eles me deixaram lá e disseram que eu ligasse ou aguardasse a ambulância vim para me pegar e trazer de volta. Aí entrei, fui atendida, aí a médica disse que realmente minha pressão estava alta, me deu lá uma medicação. Eu aguardei, aí quando sair não tinha ambulância, peguei um carro com minha mãe e vim embora. Cheguei ao posto aqui e informei que não precisava encaminhar a ambulância lá pra me buscar porque eu já estava na minha residência e pronto.

É preciso atentar que brutalizar e desumanizar pessoas negras são, antes de tudo, ferramentas neocoloniais que acentua a capacidade de vigência do racismo. Muitas vezes os tratamentos que os servidores apresentam aos usuários estão atrelados à representação que a saúde de pessoas negras moradoras de periferia adquire na mediação das conduções das gestões e no modo como são aplicados os encaminhamentos emergenciais para que, ainda que dentro dos limites de um ambiente de precariedade, as vidas possam ser garantidas.

Muitas posturas das equipes de saúde coadunam para o agravamento de situações consideradas emergenciais, que rechaçam sintomas, sobretudo pelas frestas do racismo institucional que hierarquiza a vida das pessoas a partir de critérios sociais e raciais (LIMA; SENA, 2012, p.162-163). Por outro lado, relatos como estes dispõem da dolorosa constatação de que o conceito de saúde ainda é utópico para comunidade negra do bairro. Em que pese o fato de não existir acesso à saúde de qualidade, estes espaços têm se apresentado como canais de promoção de danos, estresse, preocupação. A moradora conclui seu relato:

Quer dizer, a pressão alta é um atendimento emergencial. Se você chegar aí no posto dizendo que tá com pressão alta, eles deviam te colocar lá dentro pra lhe atender, né. E eu com cinco meses, com sintomas de pressão alta, eu nem entrei, porque disse que eu não podia por está grávida entrar pra ser atendida. Então fiquei esse período todo sem a questão revolvida. É complicado!

O perfil de assistência à saúde vista aqui não só coloca em risco a vida da mulher negra nas eventuais implicações durante uma gestã, como muitas vezes tomam formas nas condições de parto ou acarretam em violências obstétricas. Conforme Wenerk (2016), muitas dessas mortes, ainda que não seja deliberado o racismo na saúde, atinge esferas que vão desde aos médicos rejeitarem tocar no corpo negro para prestar um atendimento menos cuidadoso, assim como as sutis negligências se acumulam e se tornam graves.

O registro lembrado por esta moradora ocorreu há nove anos, mas não desapareceu das ocorrências de casos do bairro, do contrário são observados enquanto processos de permanência e regularidade nas políticas de atenção à saúde que continua a discriminar a população negra. De modo geral, no bairro negro Rua Nova, o modelo de gestão em vigência é nocivo e permite concluir que é impossível acessar qualquer ideia de pertencimento aos conteúdos que alimentam experiências produtoras de saúde.

Cabe abrir espaço nesse tópico para outra dimensão de gênero<sup>33</sup> no que tange a masculinidade. Dentre os homens negros nenhum retratou experiência direta com o serviço de saúde, a menos as que reforçam as questões que foram problematizadas aqui. Eles narram geralmente a experiência da mãe ou filha, mas não aparecem como indivíduos que cuidam atenciosamente da saúde ou estão na linha de frente dos enfretamentos às deficiências da assistência desse serviço para uso pessoal.

O morador Wilson, por exemplo, afirma que uma das maiores precariedades do bairro é o serviço de saúde, porém, quando pergunto qual é a experiência dele com o serviço, ele responde apenas fazendo referência ao papel de acompanhante das necessidades de atendimento da mãe, como cita: “a minha experiência são as idas ao posto de saúde pra levar minha mãe com problema de pressão. Já enfrentei várias vezes pronto socorro lotado, atendimento demorado de ficar horas atrás de atendimento”.

A participação extremamente reduzida dos homens de modo efetivo no campo da saúde mostra-se intrinsecamente ligadas a fatores culturais e sociais, entre estes ao modo como a noção de identidade de gênero foi articulada socialmente friccionada à ideia de masculinidade enquanto incompatível a situações de cuidados. Seu Maximiano aparece também distante do uso dos serviços, relatando o cuidado com a filha: “hoje eles fizeram um

---

<sup>33</sup> Segundo Scott, “Gênero” como substituto de “mulheres” é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na idéia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a utilidade interpretativa da idéia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos (1995, p. 75).

posto de atendimento que não atinge todo mundo. Ontem mesmo fui levar minha filha, que ela estava cansando, tem problema respiratório. Eu cheguei era 18:20hrs saí 21:30hrs. Imagine 3 horas, pra um problema simples”.

Tanto por estarem relacionadas erroneamente a posturas de fragilidade como também à feminilização, muitos homens são levados a ocultar muitas das necessidades de saúde. Pensando o lugar dos homens negros nesse contexto, especialmente de áreas racialmente segregadas nos quais muitos deles se confrontam com um lugar de humanidade negada, sobretudo dentro dos parâmetros definidores de masculinidade concebida dentro dos padrões eurocêntricos que assume lugar hegemônico canal por onde o racismo se encarrega de incapacitar os homens negros ao exercício de uma masculinidade plena e absoluta.

Nascimento (2018) considera que a dissimulação é um recurso usado para disfarçar a fundamentação da violência e crueldade próprias do colonialismo. Neste caso, os homens negros expostos aos maiores índices de homicídios, vítimas de arma de fogo, também são aqueles que como resultado de uma política de não-valor, bem como acentuadas situações de desemprego, desprendem, por exemplo, grande atenção ao ambiente do bar entre outras atividades que consequentemente afetam a vida produtiva e qualidade de saúde.

A postura de ocultação e negligências quanto à condição de saúde nas quais muitos homens negros se agarram é o diálogo do racismo que reforça um modelo de masculinidade para esses homens que fazem emergir fatores de riscos e adoecimento associados à violência urbana. Ademais, as frequentes brutalidades referidas à imagem do homem negro como corpo que não pode ficar adoecido, sobretudo, pelo comprometimento de sua virilidade. O morador Wilson observa e chama atenção, além disso, para o fato de serem eles muitos daqueles que no bairro dedicam suas vidas ao bar e aos consumos de degradação.

Já o morador Paulo Bispo atrela a questão a uma demanda de fugas e ao mesmo tempo as brechas que relacionam a sociedade sexista e patriarcal, segundo ele “na Rua Nova quando não é o trabalho é a cachaça na porta de casa”. Muitas dessas atitudes podem ser vistas como confinamento do próprio sofrimento e ausências de autocuidado fruto dessa brutalização do homem negro. Percebe-se na comunidade uma falta de organização entre os homens, que em grande parte são gestados sob os cuidados das mulheres negras, de modo especial quando se trata dos filhos e companheiros. É sintomático o fato de não encontrar um leque de pesquisas sobre o tema referentes à saúde do homem negro, o que em grande medida anuncia as lacunas e problematizam a necessidade de atenção às estas diferenças de gênero.

Alguns debates vêm sendo publicados referente ao tema masculinidade, raça/cor e saúde, confirmando que fatores culturais e sociais ligados à ideia de gênero são agravantes à

negligência de cuidados da saúde do homem. O autor nos apresenta algumas conclusões do trabalho e aponta que a taxa da mortalidade de homens negros e brancos, quando comparadas, revelam que os negros morrem mais que os brancos. Segundo a pesquisa, “dentre as causas de morte dos homens negros, destacam-se os óbitos por transtornos mentais (uso de álcool e outras drogas); doenças infecciosas e parasitárias (tuberculose e HIV/ Aids) e causas externas (homicídio)” (BATISTA, 2003, p.71). Considerando estas últimas doenças, enquanto a taxa entre os homens negros girou em torno de 25,9%, para os brancos foi de 14,4%.

Enquanto as mulheres partem para o enfrentamento de saúde em busca de tratamentos preventivos e de melhoria de qualidade de vida, os homens negros demonstram que geralmente acessam o serviço por imprevistos, acidentes ou solidariedade. Aqui se apresenta um aspecto da socialização de gênero no qual culturalmente a mulher se volta de modo mais expressivo ao autocuidado. Como narra o testemunho da moradora Rufina ao se referir a um ocorrido com seu marido que foi usar o serviço de saúde porque torceu o pé andando pelo bairro: “uma vez meu marido foi no mercadinho, pisou num buraco e machucou o pé, aí o pessoal colocou ele no carro e levou para o Cleriston”.

Estes fatores reforçam a incidência da mulher negra como pilar dos cuidados com a família, mas por outro lado, expõe o desequilíbrio participativo dos homens como resultado do sexismo e das próprias dinâmicas de gênero guiadas pelas peculiaridades do racismo. Aqui enxergamos de alguma forma as possibilidades de compreensão das condições de vida estendidas aos diferentes grupos da comunidade, tomando atenção para vigência de amplas violências não exclusivamente voltadas ao homem ou mulher negrxs, mas no exercício massivo entre uma vida e outra.

Ademais, exploramos os resultados das opressões de modo interseccional na realidade do território nas quais a palavra vantagem não parece ser apropriada para definir como as relações de gênero têm se comportado, sobretudo, quando observaremos logo adiante na experiência urbana de vida das famílias pretas e empobrecidas como meninas e meninos negros são impulsionados a uma postura de vida adulta ainda na infância pela necessidade de trabalho ou condicionados a abandonar a vida educacional precocemente.

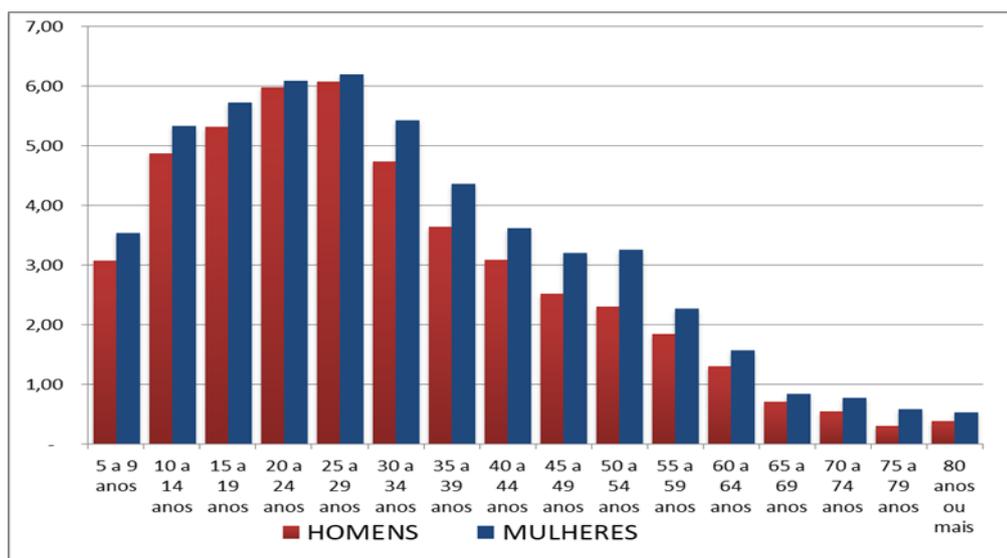
### **3.4 Racismo e Sistema Educacional no bairro Negro Rua Nova.**

Os padrões das instituições educacionais formais da nação brasileira estiveram, pelo menos até as últimas décadas, estritamente alheios à problematização dos fenômenos do

racismo. A prevalência do pensamento hegemônico hierárquico do ponto de vista racial conferiu um espaço privilegiado na produção e reprodução de conhecimento da população branca. Haja vista o tempo em que os negros estiveram legalmente impedidos do acesso à educação, bem como classificados como aqueles incapazes de desenvolver habilidades intelectuais.

Nesse tópico buscaremos sistematizar as inferências do genocídio negro a partir das vulnerabilidades do sistema público educacional, sobretudo, no seio das instalações de ensino de bairros negros segregados. Na pesquisa de monografia referente ao bairro mencionada anteriormente, levantamos dados sobre a educação e identificamos que 87,4% da população do bairro é alfabetizada, sendo as maiores taxas de alfabetização identificada entre as faixas etárias de 20 a 29 anos, tanto entre as mulheres quanto entre os homens, contudo, estes últimos apresentam índices menores em todas as níveis de idade. Vejamos na figura abaixo.

**Figura 16.** Rua Nova: Escolaridade por Faixa Etária/Gênero, 2010.



Fonte: Microdados Censo/IBGE (2010).

Embora os indicadores extraídos na imagem acima não permitam discriminar os níveis educacionais de acesso da população, de modo que eles podem tanto se referir àqueles que pararam nas séries iniciais ou que concluíram, por exemplo, o ensino médio, o retrato educacional da Rua Nova encontra-se alinhado a índices de repercussões nacionais. Em levantamento realizado pelo portal Geledés (2018) a partir da análise dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar), entre as faixas correspondentes dos 19 e 24 anos, (44,2%) dos homens negros não terminou o ensino médio.

Estas configurações são parte dos problemas vinculados espacialmente à violência urbana, como pudemos refletir anteriormente, principalmente pelo modo como o racismo impacta, sobretudo, na permanência da juventude negra nos espaços escolares. A primeira escola da Rua Nova foi inaugurada em 1966, atualmente o bairro conta apenas com duas escolas de ensino básico e fundamental, entre estas a Escola Ernestinho Carneiro, em homenagem a D. Pomba. O bairro não possui escola de ensino médio, o que acarreta na necessidade de deslocamento fora do local de moradia para a conclusão dos estudos, estes fatores condicionam muitos desses índices.

Partindo dos indicadores da Rua Nova de 87,4% de alfabetização, há um considerável déficit do bairro em comparação ao percentual de 97,4% da taxa de escolarização da cidade de Feira de Santana. Quando olhamos para as taxas de analfabetismo do bairro ela chega a 12,6 % bem acima da média da cidade que em 2010 foi de 8,6% segundo Anuário Estatístico da Bahia realizado pela SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais). Isto indica a forma como a produção da pobreza, somada às barreiras de mobilidade impostas pelo racismo, alcançam de maneiras distintas os microespaços da cidade pelo modo desordenado de como os indicadores socioeconômicos se especializam nos territórios de exclusão negra. Na medida em que nós nos aproximamos dos dados da participação negra na territorialidade da cidade maiores se revelam as assimetrias e sub-representações do espaço.

No que diz respeito à conclusão das séries iniciais e mais avançadas das etapas de ensino referentes à permanência no processo de formação, tanto se atrelam a oportunidade de uma boa base educacional, quanto aos processos de vulnerabilidades incluídos nas dinâmicas dos territórios apartados. Outros fatores partem dos sentidos e significados atribuídos ao universo do trabalho, como também a repetição e aprisionamento dos padrões vigentes no seio dos grupos mais próximos de socialização e referência dos quais as pessoas negras fazem parte, a exemplo de repertórios familiares inviabilizados de efetivas participações nos circuitos da produção intelectual.

Os moradores do bairro chamam atenção para as deficiências e barreiras de escolarização do local, como os dilemas ressaltados no desabafo do interlocutor Paulo Bispo: “A escolaridade aqui é baixa porque é uma disputa desleal entre sobreviver e estudar. O que a população prioriza aqui é manter-se viva, né. Ter o que comer”. Este cenário passa a ter contornos mais nítidos quando observamos a institucionalização de padrões de ensino precários, distribuição de escolas públicas de baixa qualidade, pouco atrativas e distantes das realidades das demandas negras urbanas.

A forma como se apresentam as estruturas presentes no bairro são observadas da seguinte maneira pela interlocutora Porfíria Cruz: “a situação das escolas estão precárias, viu. As escolas hoje em dia faltam muito Professor. Tem dia que tem aula, tem dia que não, tem dia que tem aula até 10 horas porque às vezes falta merenda, às vezes falta água, não tem água”. Tais cenários são constitutivos das experiências de hostilização do espaço público escolar, sobretudo nos recursos indispensáveis para seu funcionamento. A moradora Amélia Cruz reforça alguns desses aspectos nos informando a respeito da espera do tempo pela promessa de reforma das estruturas escolares presentes no local, nos apresentando as demandas que perpassam por uma resistência antiga dos moradores do bairro.

Às estruturas das escolas são ridículas, continuam precárias. Esse discurso de educação integral é uma farsa porque não funciona não, não comportam. Na maioria das vezes a escola não tem merenda para manter o alimento dessas crianças de manhã até à tarde. Então nos temos uma escola assim, que gerações estudaram esperando uma construção de uma quadra que não aconteceu, gerações esperaram a abertura de uma biblioteca e nunca aconteceu, o que existe é uma salinha trancada com livros mofando dentro.

Desfigurar as estruturas de acesso educacionais nos territórios de exclusão negras é ponto tácito para manutenção das relações de poder uma vez que reforçar as falhas na educação é forma significativa de segregar racialmente setores determinantes para mudanças radicais e estruturais da sociedade, como é a educação. Uma questão trazida na conversa com o morador Germínio Oliveira acrescenta a ineficácia das políticas de gestões públicas educacionais no âmbito das administrações locais que potencializam o gesto de abandono em torno dos mínimos recursos de investimentos.

Eu tive uma pequena experiência de trabalhar em alguma dessas escolas daqui dando aula e eu percebi que assim, às vezes a prefeitura, nosso governo Municipal, fornece alguns materiais, mas não fornece, como é que eu posso dizer, não contratam tantos profissionais para usar as ferramentas e os materiais didáticos. Tipo, instrumentos musicais eu vi muitos por lá, porém, largado às traças. Eu vi lá muitos livros acumulados, eu acho que tem alguma coisa que precisa ser mais observada, mais assistida pelo governo.

A larga disposição de ambientes sucateados de ensino, pouco convidativos e mal equipados, é a chave de ampliação das violências raciais produtoras de subalternidades. “Hoje se a gente quiser colocar nosso filho numa escola mais ou menos razoável a gente tem que pagar”, é o que afirma a moradora Porfíria Cruz reforçando a ideia de que as oportunidades de ensino instaladas no local pouco são capazes de construir mudanças de

realidades. Dentro do contexto urbano da Rua Nova, seu Wilson Gomes aponta uma cadeia de problemáticas catalisadoras de imobilidades sociais nas quais a comunidade encontra-se inserida. Estes relatos revelam de maneira relevante uma espécie de falência dos múltiplos sistemas públicos de proteção social acessados no bairro.

Porque assim, os meninos não estão indo para a escola porque a escola é ruim. O governo não dá oportunidades dos meninos irem para escola. Se tivéssemos uma escola hoje com grandes benefícios para nossos filhos não era melhor? Mas nós não temos. Então se seu filho tá em casa com segurança se tem segurança, se tem uma boa escola. Se eu filho tá doente, se tem um bom acesso a saúde. Se ele encontrar essas três coisas, você acha que ele vai ser um perdedor na vida? Não vai. Para mim tinha mais educação no bairro. Se no Brasil hoje tivesse educação seria outra coisa.

Muitos desses fatores compõem as razões de inclusão da população negra nos índices de evasões e abandono escolares de acordo dados do IBGE (2018) nos quais 4 em cada 10 jovens negros não terminaram o ensino médio no Brasil. Ainda de acordo com esses dados, enquanto na média 13,1% dos jovens de 19 a 24 anos não haviam concluído o 9º ano do fundamental, entre os negros o percentual era de 19%. As desigualdades raciais são identificadas também entre aqueles que estão na escola na idade indicada para o ensino médio, de 15 a 17 anos, onde enquanto os brancos apresentam 16,6% de participação até o 9º ano, entre pretos e pardos esse índice chega a 25,5%.

Os padrões das escolas da Rua Nova contribuem para que o bairro também esteja inserido nos circuitos desses índices em função das políticas de desestímulo resultantes do sucateamento, conforme nos informa o depoimento do morador Wilson Gomes.

Se tivesse mais espaços de lazer, oficinas de teatro e circo, de capoeira seriam mais atrativos. O poder público deveria fazer mais, usar as escolas como esse veículo esse veículo cultural. A criação de uma biblioteca pública para o bairro, uma sala de cinema os jovens pudessem acessar esses mecanismos. (...) Implementar uma escola que venha com outros mecanismos, com outras alternativas que instiguem os jovens a ir pra escola.

O nível educacional como parâmetro determinante para inserção no mundo do trabalho<sup>34</sup> dentro das competências das diversas áreas de conhecimento, além de seguir a

---

<sup>34</sup> Segundo Giordani, “no início da modernidade e do liberalismo, as escolas eram explicitamente entendidas como espaços de produção de mão-de-obra, dentro de uma lógica específica, fabril, industrial e moderna. Já no neoliberalismo (e na pós-modernidade), elas continuam, em grande medida, tributárias ao setor da produção material, mas são tensionadas a se adequar às atuais e “futuras” demandas deste setor, pautadas na flexibilidade da produção, no trabalhador flexível e na precarização do trabalho”. Desta forma, “(...) a educação passou a ser um espaço onde os agentes privados (individuais e coletivos) relacionados diretamente ao capital (financeiro,

exigência de especialização produtiva emergente na consolidação do capitalismo industrial, para população negra de modo particular, edifica o arcabouço político-econômico da divisão racial do trabalho. Pautados nos mecanismos da ideologia da democracia racial, essa forma de organização escamoteia a base competitiva da sociedade e os extremos dos abismos raciais.

Almeida (2017, p. 47) sinaliza que o padrão de educação articulado nas instituições de ensino está inserido no espaço de conflito da raça uma vez que o modelo posto geralmente encobre as leituras de desigualdades e as diferenças dos grupos como parte do arcabouço do racismo estrutural que reduz as formas de acesso a níveis de qualificações educacionais e, simetricamente, determinam os acessos das pessoas negras a trabalhos mal remunerados. Alguns moradores do bairro conheceram de perto estes processos, a exemplo da trajetória do interlocutor Paulo Bispo.

Eu só estudei até a terceira série. Parei de estudar para trabalhar, para ajudar minha mãe e nunca mais conseguiu voltar para escola. Aí era aquela coisa entendeu a gente não chegava bem na escola, já chegava cansado, por isso achei melhor não continuar.

O interlocutor Renato Oliveira também confirma essa experiência, “parei de estudar por conta do trabalho, só conseguir levar até a 7ª série”. Como visto, percebemos que a cooperação social de determinados grupos demanda condições estruturais mínimas, ainda que haja oferta pública do recurso ao direito à educação, ela é precedida por um forte impulso estrutural ao protagonismo das injustiças sociais.

Todavia, apesar de tantas evidências, as políticas institucionais do território nacional não assumem no interior dos modelos de ensino os impactos das dinâmicas de marginalização dos grupos raciais alimentadas no escopo da segregação sociorracial. Estas, em última instância, não somente incapacitam o exercício social da oferta educacional como funcionam aprimorando os mecanismos de diminuição das respectivas demandas assistencialistas do Estado, uma vez que as promoções das desigualdades tratam de evadir esses grupos do acesso às redes de ensino.

Em que pesem estes fatores, a interlocutora Rufina Gomes elucida uma série de questões para pensarmos as peculiaridades que relacionam educação, juventude e territorialidade. A moradora observa: “a escola deveria ser um ambiente agradável, que o aluno quisesse ir. Eu vejo menino de 13, 14 anos na rua filando aula, saiu de casa com a farda,

---

empresarial, etc.), e, portanto, passa a ser elemento tensionado pelas racionalidades impostas pelos agentes dominantes” (2019 p. 3-4).

mas filou a aula, ficou na rua. Fica na rua”. O fato das estruturas educacionais disponíveis nas periferias geralmente não apresentarem articulações capazes de abrigar atos de proteção, canais de auxílio e mediação de insurgências comumente presentes no período da adolescência, abrem portas para atos de revoltas nos quais muitos jovens confrontam à escola como canal de escoamento de suas decepções e dramas particulares de uma existência negra marginalizada.

Ademais, frequentemente tais fatores se desdobram em políticas de criminalização e repúdio de sua participação na escola, o que passa a representar mais uma estrutura de opressão. A corporeidade periférica de jovens negros que vivenciam essa fase crucial da vida vinculada a um contexto de genocídio negro caracterizado por expropriação material, negação de dignidade, produção de violências, somadas a estigmatização do local de moradia, desafiam as expectativas dos jovens com a escola.

Tais condicionantes possivelmente desaguardam em dinâmicas fora dos muros dos espaços de ensino capazes de mobilizar respostas mais autênticas aos sentidos da experiência nos quais estão inseridos, cujas mediações das ruas, os encontros de esquinas, a construção de pontos de amparo e sociabilidades assumem de certo modo o lugar informal alternativo da formulação de suas bases e fundamentos epistemológicos de vida.

A respeito disso, Carmichael (2017, p. 68) aponta elementos como a amargura, desesperança e alienação enquanto componentes-chaves para expressão de rebeldias que culminam em taxas de abandono escolar. Conforme o autor, elas seriam a materialização da elaboração do ódio causado aos jovens negros nos guetos das grandes cidades vítimas do uso abusivo do poder branco, e das suas diversas necessidades não atendidas. Amélia Cruz informa como as necessidades dos jovens negros de modo bastante concreto redigem grandes dramas nos quais faltam articulações pedagógicas suficientes para mediação de conflitos que acometem as trajetórias cotidianas, inclusive interseccionando demandas particulares de gênero, a seguir ela apresenta alguns fatores.

O que acontece na periferia é que o jovem, o menino principalmente, ele deixa de estudar cedo porque a escola não fica mais convidativa, então ele cresce sem saber o sentido da escola. Daí ele começa a criar suas necessidades, porque ele quer uma roupa, ele quer ter uma sandália e por esse caminho também vai à menina, então temos aqui muitas meninas manicure e muitas meninas que trabalham na feira, muita gente que vai arrendar balaio de roupa na rua por que primeiro o que chama primeiro é a necessidade material. Então continuamos mantendo esses ciclos pelas necessidades materiais.

A escola no bairro negro Rua Nova se apresenta como um paradoxo incompatível com a realidade e incapaz de suprir as expectativas de retornos efetivos de mobilidade sociorraciais agravados pela ausência de projetos para futuro ou que possam assegurar alguma estabilidade no longo prazo. Amélia Cruz continua o relato das suas impressões.

Se você tá estudando e não vê o sentido da escola a gente não vai querer estudar. A gente não cresce projetada para ver a escola como um crescimento pessoal ou intelectual, entendeu. Se no meio do caminho você é assediado pelas necessidades materiais você rapidamente vai conduzir por outro caminho. Então tipo, se eu vou demorar muito para ganhar um dinheiro para comprar um celular estudando vou pensar: “daqui que eu me forme, que eu consiga um emprego”, e caso eu vá para feira e trabalhar uns três dias eu vou ganhar 300 conto (reais), então eu vou para feira e a escola fica lá. Entendeu?

Woodson apontou que uma das crueldades da educação eurocentrada é treinar negros para serem brancos e ao mesmo tempo lhes mostrar a impossibilidade disso, por serem “corpo político bi-social, componente de uma raça particular. São negros e ao mesmo tempo assimilados aos brancos” (WOODSON, 2018, p. 27). Essas faltas de expectativas operam junto a dispositivos de assimilações raciais nas quais muitos negros criam imagens extremamente controversas e negativas a respeito de sua própria identidade e potencialidade.

Participa também do contexto atual da Rua Nova os efeitos dos avanços de burocracias jurídicas entidades de regulação, especialmente de cumprimento tutelar, ampliando as aniquilações penais dos moradores pelos expedientes das suas funções de trabalho, nas quais muitas cobranças ocorrem legitimando as omissões do poder público. Na experiência do bairro o gerenciamento educacional das crianças tem enfrentado conflitos diretos com as gestões locais que além de não alterarem as realidades dos moradores exigem – em condições extremamente adversas – que as condutas dos responsáveis pelo menor estejam expressas em normas jurídicas de difícil alcance, como nos informa a advertência do interlocutor Maximiano Conceição, atento às condições de mães que trabalham no comércio informal da cidade que sofre das políticas de regulação.

Tem outra problemática aqui também. Agora as escolas estão exigindo das mães que tem os filhos nas escolas do município atestado que elas estão trabalhando. Como que você trabalha numa banca de vender banana que é terceirizado, como é que você vai provar aquele vínculo trabalhista pra aquela pessoa? É complicado. Tá exigindo isso.

Muitas destas ações aparecem privilegiando as desigualdades onde o indivíduo passa a ser o agente responsável e responsabilizado por suas demandas sociais, na qual a inserção aos

meios educacionais se torna um fator adicional de esgotamento. “Eu vejo direto os meninos no centro com a farda e o conselho chegar e dizer para mãe que tem que tirar o menino de lá, que não é ambiente pra ele. E não dá outra condição para ela tirar o menino do ambiente de trabalho”, como relata Rufina Gomes. Tais medidas intermediadas pela força dos aparelhos de controle social manifestam as diversas faces do terror moderno de sitiar e controlar populações e territórios negros por meio de políticas que aprofundam a subalternização.

Quando constatamos que o ensino público é o recurso educacional majoritário das comunidades periféricas e damos atenção para os desdobramentos da conjuntura mais recente, no qual ganha forte fôlego a adoção de medidas de caráter neoliberais<sup>35</sup> avistamos um processo de ampliação das defasagens, precariedades e privatizações de serviços públicos. Particularmente para esses grupos, se desenham colapsos agravantes nas garantias básicas institucionais. Este cenário marca um projeto continuado de políticas de aniquilação da população negra.

Contrapondo a configuração da educação mercadológica, “a educação real significa inspirar as pessoas a viverem mais abundantemente, aprenderem a começar e melhorar a vida à medida que elas a encontram” (WOODSON, 2018, p. 46). Consoante a este pensamento na definição de hooks, a educação é uma prática de liberdade, uma força que aumenta nossa capacidade de sermos livres. Por isso para autora a descolonização do conhecimento é etapa fundamental para combater as desigualdades (HOOKS, 2017, p. 13). Estes posicionamentos conversam com visão da moradora Rufina Gomes que considera a educação, não somente um estímulo formal, mas um elemento responsável por intermediar diversos setores da vida social.

Porque assim, se a pessoa estudou, ela tem outra visão de mundo. Vai poder ver meios de melhorar sua vida. Estudou com a intenção de ganhar mais, estudou com a intenção de viajar, estudou com a intenção de ajudar família e por aí vai. Porque se a pessoa estuda tem outra visão, tem outros acessos, tem outras possibilidades. Conhece novos tipos de pessoas, conhece outro mercado de trabalho e aí pode dá uma melhorada.

---

<sup>35</sup> De acordo site Potilize, em 2016, durante o governo de Michel Temer, foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que congelou o teto de investimentos do governo em diversas áreas, como educação e saúde, por 20 anos. A PEC 241 é um marco do início de cortes mais severos à educação, já que ela modifica a Constituição Brasileira com intuito de limitar os gastos do Estado. Em abril 2019, já no mandato do atual presidente Jair Bolsonaro, o Ministro da Educação Abraham Weintraub, declarou o contingenciamento de 1,7 bilhão de reais dos 49,6 bilhões de reais do orçamento das universidades públicas. Os cortes ou contingenciamentos – termo utilizado pelo Ministro da Educação, Abraham Weintraub – foram aplicados nos gastos discricionários. Entre essas áreas, estão, por exemplo, as ações afirmativas, que dão a oportunidade para que cidadãos em situação de vulnerabilidade econômica entrem no ensino superior e o financiamento para produção científica. É aí que as chamadas “despesas discricionárias” entram, afirma matéria.

De fato, o letramento é um processo crítico e reflexivo de múltiplas dimensões, na qual, como bem evidencia a moradora, a educação é em si um processo que permite especial construção de autoridade. Daí que é bastante funcional para a estrutura capitalista a intrínseca disseminação da relação entre os percursos educacionais e processos de aprendizagem como imprescindíveis para “vencer na vida”, e, sobretudo, para inserção no mundo do trabalho. Este fator, de antemão, secundariza a evocação da educação enquanto ferramenta impreterivelmente provedora de potências e emancipadora de indivíduos. Conforme Nicodemos (2016), esta é uma realidade que efetiva a dependência entre escolaridade e empregabilidade como pontos determinantes arraigados no rigor das falhas da organização social.

O uso recorrente é o de que mais escolaridade torna-se garantia de empregabilidade e tal ideia, em última instância, corrobora a manutenção da dualidade presente nas estruturas escolares brasileiras de forma geral: *uma formação precarizada para determinados setores da sociedade* (grifo do autor). A precarização dessa formação consolida uma concepção de educação para o trabalho que objetiva e entende a inclusão social como sinônimo de inserção no mercado de trabalho (NICODEMOS, 2016, p. 91).

A educação enquanto produto social capitalizado nos projetos neoliberais usam os recursos da formação acadêmica para adequar os padrões seletivos de modulação do mercado de trabalho. Consequentemente a mecânica das estratégias de inviabilizar a educação pública enquanto uma instância ampla, especialmente nos contextos negros urbanos oxigena a política da sociedade do desempenho e a perspectiva educacional individualista da modernidade, sobretudo interessada em retirar a consciência crítica dos sujeitos do ativo engajamento das práticas sociais e da importância da coletividade.

O legado desigual de acesso à educação para população negra marca uma trajetória de censuras bastante sintomáticas no bairro Rua Nova principalmente nas populações de idade etária mais avançada que não puderam experimentar no passado o ato da alfabetização. É importante destacar, conforme gráfico trazido no início desse tópico, que quanto mais velha a população do bairro, menor é a taxa de alfabetização. Apenas 534 pessoas se declararam alfabetizadas entre as faixas dos 65 a 80 anos. Uma questão que engrossa a importância desse dado é o fato da população preta/parda corresponder a cerca de 85% desse grupo. Esta informação acentua os significados atribuídos ao acesso à educação em um contexto

racializado negro especialmente quando consideramos que a ausência de letramento comumente autorizou e/ou mediou o reconhecimento de suas cidadanias ao longo dos anos.

Em termos geracionais essa parcela representa os reflexos do período da primeira República que deflagrou mecanismos legais de exclusão da população negra do acesso à educação formal, resultando num contingente excluído do direito de se alfabetizar em décadas passadas. Segundo Jesus (2013), no trabalho voltado para a análise das turmas do EJA (Educação de Jovens e Adultos) do Projeto Educacional Atiba, desenvolvido na escola do bairro Rua Nova, notifica uma parcela elevada dentro desse perfil entre os alunos matriculados. Esse aspecto é bastante relevante, pois favoreceu a ampliação da margem de empregabilidade informal enquanto padrão reprodutivo de sobrevivência do bairro.

Em que pese o fato de que o acesso aos recursos formais de ensino, a dada altura da vida aufere uma espécie de “certificação vazia” porque não são voltadas para inserção no mercado de trabalho, conforme explica Nicodemos (2016). No entanto, concordamos com a autora que a busca por certificações e titulações partem não necessariamente fixadas na intenção de oportunidades de emprego, mas “no anseio de grupos em serem retirados das margens dos indicadores do sistema educacional” (2016 p. 91). A alta porcentagem de alunos do EJA revela os muitos moradores da Rua Nova incluídos nessa faixa etária ainda na busca de reverter os atrasos e alijamentos educacionais que foram reportados.

Ademais, é importante frisar que o próprio percurso histórico das pessoas negras para acesso a educação são marcados por tensionamentos e reivindicações amplas frente aos aparatos legais do Estado-nação brasileiro. Sejam dos princípios da inserção legal dos negros à escola formal para efetivação das leis de ações afirmativas<sup>36</sup> para ingressos nas universidades públicas e a edificada lei 10639/03 nos deparamos com processos de mobilizações sociais especialmente do movimento negro que trouxeram as demandas da ausência de equilíbrio racial nas oportunidades de estrutura ensino e aprendizagem com fervoroso confronto do significado de cidadania nacional, plural e diversa, nas quais a população negra esteve por longo período interdita.

---

<sup>36</sup> As ações afirmativas compõem um conjunto de formulação de políticas públicas para grupos prejudicados socialmente pelas desigualdades raciais. Conforme Rezende, no Brasil nos anos 90 do século XX, as antigas demandas dos grupos que se encontram em situação de desvantagem social, sabidamente inscrita nas rubricas questão racial, questão indígena e questão de gênero, pouco a pouco passam a fazer parte da agenda governamental. Desta forma a partir do reconhecimento no campo da educação e em outros campos, da inoperância das políticas universalistas no que diz respeito à inclusão dos negros no ensino superior e nos demais níveis de ensino houve aprovação das leis 3524/00, que institui 50% das cotas para estudantes da rede pública; 3708/01, que destina 40% das cotas para negros e pardos; e 4061/03, que dispõe sobre a reserva de 10% das vagas para portadores de deficiência (2005, p. 157-158).

Podemos ressaltar as políticas de cotas em universidades públicas junto as bolsas de programas de financiamentos para ingressos em instituições de ensino superiores privados, como uma política que busca reverter o déficit de pessoas negras que acessam o ensino superior, como um marco central para uma parcela de indivíduos que rompe ciclos geracionais de falta de qualificação profissional.

É isto que vem buscando a moradora Rufina Gomes que embora não tenha conseguido quebrar o ciclo de exclusão de acesso ao ensino superior, se mobiliza para inserir o filho num outro circuito. “Eu quis estudar e não tive condições, aí optei por uma área de trabalho que hoje não me permite estudar porque eu tenho que parar o que eu faço. E minha área, que é a cozinha, pra eu fazer um curso aí eu tenho que parar meu comércio”. A moradora nesse contexto busca driblar a realidade que não permite que seu filho, um jovem negro, tenha outras escolhas, oportunidades e caminhos.

Meu filho mais velho concluiu ano passado tá tentando uma bolsa para fazer medicina veterinária. Ele tá esperando, fez um vestibular na FTC e passou em 6º lugar, mas foram somente 2 bolsas de estudos 100%. A mulher disse que ia ver lá se conseguia fazer um desconto e me daria uma resposta. Estou aguardando pra ver se vai dar certo, porque hoje eu não tenho condições de pagar nem 50% da bolsa para área que ele gosta. Não tenho como!

Certamente as ações afirmativas marcam um dos resultados mais significativos das últimas décadas no que diz respeito à amenização dos efeitos do racismo estrutural nos acessos institucionais do ensino superior. Apesar disso, temos entre os moradores do bairro negro Rua Nova a experiência de Amélia Cruz, uma jovem mulher negra, primeira da família a possuir graduação e mestrado em instituições públicas fruto dos ganhos dessas políticas, mas que, no entanto, até o momento presente precisa dar continuidade à função de trançadeira que exercia antes, mesmo depois de adquirir essas titulações como fonte de adquirir renda extra.

Todavia, é importante frisar que parte dos saldos obtidos no conjunto das diretrizes dessas ações concentra-se no vigor das ações de uma vasta militância negra, a exemplo de pré-vestibulares comunitários, que entendem as fragilidades e limitações de muitas políticas públicas que são deixadas por conta própria após a sua institucionalização, como afirma Frei David diretor da ONG Educafro. Entretanto, sem acesso a cursos pré-vestibulares gratuitos locais ou alternativas mais sólidas de enfiamento a deficiente qualidade das instituições de ensino, a Rua Nova encontra-se em meio às lacunas presentes no interior da conjuntura dessas políticas.

Para autores como Woodson (2018) e hooks (2017) inspiram iniciativas para que rompamos com todos os sistemas comprometidos com a perpetuação do racismo, sexismo e das políticas imperialistas que avançam os processos de extermínio de um povo, em seu caráter político, material, simbólico e cultural. Na perspectiva desses autores temos uma educação reprodutora de um lugar hostilizado para o povo preto, por isso para bell hooks (2017, p. 43) é necessário que utilizemos a educação como “prática de liberdade”, capaz de retomar e reelaborar o poder grupal entre os negros. Na Rua Nova, ações autônomas de moradores vêm buscando subsidiar outras experiências educacionais que possam “educar a nós mesmo de maneira política e séria”, como demonstra iniciativas do nosso interlocutor Wilson Gomes.

Estamos nessa busca de resgatar a capoeira aqui no bairro. Eu faço trabalho voluntário dando aulas para as crianças, tenho uns 22 alunos. Busco discutir a questão da identidade deles mesmos, reafirmar. Minhas aulas sempre tem uma questão racial dizendo da importância histórica da capoeira angola, para as crianças estarem na capoeira como elemento de transformação e de libertação. Na sua totalidade são crianças negras.

Tais iniciativas configuram ponta pé cruciais para reverter os anos de engano que pessoas negras tiveram na diáspora brasileira sobre sua própria história. O que significa dizer, uma total “deseducação” onde “nossas mentes devem se tornar suficientemente desenvolvidas para usar a segregação para matar a segregação”. Usar a segregação para matar a segregação sugere começarmos a fazer exatamente o que fomos ensinados que não podíamos fazer. Isto perpassa primeiro, por uma ampla organização, depois pela autonomia, e pelo entendimento de que a chamada educação moderna, mesmo com suas lacunas, “sempre foi funcional para a população branca, uma vez que foi elaborada em conformidade com as necessidades daqueles que escravizaram e oprimiram os povos fracos” (WOODSON, 2018, p. 22).

### **3.5 Ocupações e Ciclo da Vida Reprodutiva no Bairro Negro Rua Nova.**

De acordo Fernandes (2008) a pauperização do trabalho negro foi um fator sociodinâmico essencial no processo de estruturação produtiva urbano-industrial, sobretudo pelas garantias de um excedente estrutural de desocupados negros. Segundo o autor, a nacionalização de um não-mercado de trabalho formal para a população negra brasileira

concedeu ao país um crescimento extremamente enviesado, encurralando essa população numa inserção massiva nos subempregos e informalidade por meio das quais as hierarquias raciais se materializaram em funções de baixa remuneração e pouca ascensão social, quando não no desemprego estrutural de longo prazo.

Conforme Santana; Santos (2016), a cidade de Feira de Santana apresenta grandes abismos nos indicadores referentes ao mercado de trabalho em decorrência da discriminação racial, no qual embora a população negra represente o maior percentual da cidade, é o grupo inserido majoritariamente em precárias formas de sustento dentro do setor informal. O segmento além de abarcar a maior concentração das atividades comerciais da cidade, é constante por parte do poder dominante local ampliar a proliferação de circuitos ausentes de garantias trabalhistas desde a consolidação de seu processo desigual de industrialização a partir da década de 60.

Desta forma o que apresentaremos da Rua Nova em grande medida configura o resultado de uma conjuntura maior presente no cenário laboral da cidade. Constatamos a partir do mapeamento laboral dos moradores da Rua Nova elencado abaixo, que entre os 10 entrevistados 7 estão inseridos no setor informal de trabalho, onde de modo preponderante os moradores da Rua Nova empregam a si próprios em funções de prestação de serviços, atividades autônomas, vendas de produtos gerais e/ou alimentícios como formas de alocar a capacidade de sua força de trabalho.

**Figura 17.** Rua Nova: Perfil Laboral dos Moradores

<b>Morador</b>	<b>Idade</b>	<b>Atividade Ocupacional</b>
Residente 1	21	Babá
Residente 2	22	Vendedora de Loja
Residente 3	32	Professora
Residente 4	40	Quituteira
Residente 5	22	Vendedor Ambulante
Residente 6	33	Professor de Capoeira
Residente 7	35	Servidor de Segurança Pública
Residente 8	36	Músico
Residente 9	39	Vendedor Ambulante
Residente 10	63	Supervisor Operacional

Elaboração Própria.

Temos, portanto, entre os moradores experiências de ocupação que transitam entre as atividades primárias de comércio ambulante, artísticas/culturais, empreendedorismo de

sobrevivência, indústria, educação, e apenas duas inseridas no ramo de atividades formais e/ou especializada do funcionalismo público.

Levando em consideração a economia de competição social por meio da qual se amplia o acesso enviesado de oportunidades do ponto de vista racial, muitos desses desajustes estruturais alimentam a formação de uma economia subalterna de desqualificação e desvalorização do labor de pessoas negras. Essas barreiras são funcionais para estrutura produtiva, sobretudo porque desvaloriza as remunerações da força de trabalho e favorecem as elites urbanas. O mercado de trabalho é ponto crucial capaz de apontar importantes significados da conversa entre raça e racismo dentro das ocupações preponderantes entre os diferentes grupos da sociedade. A partir dele podemos decifrar questões mais amplas referentes ao espaço urbano e os níveis de consumo dos grupos.

Moura (1988) esclarece que sempre foi uma tendência manter o negro à margem do mercado de trabalho restringindo seus papéis como uma eterna mão-de-obra não qualificada relegada a uma posição de baixo aproveitamento. O racismo como elemento estrutural do capitalismo é, neste conteúdo, racionalizado ao nível de impossibilitar elevação ou manter os setores de vida do indivíduo negro equilibrado. Como aponta o autor, estamos em um país que não se democratizou nas suas relações sociais e raciais fundamentais.

Em determinada fase da nossa história econômica houve uma coincidência entre a divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho. Mas através de mecanismos repressivos ou simplesmente reguladores dessas relações ficou estabelecido que, em certos ramos, os brancos predominassem, e, em outros, os negros e os seus descendentes diretos predominassem. Tudo aquilo que representava trabalho qualificado, intelectual, nobre, era exercido pela minoria branca, ao passo que todo sub-trabalho, o trabalho não qualificado, braçal, sujo e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a Abolição. (MOURA, 1988, p. 73).

O retrato laboral dos moradores do bairro Negro Rua Nova revela sistemática assimilação dos arranjos elaborados dentro do modelo de civilidade brasileira de experiência extremamente fincada na realidade racial da discriminação. Nela o desenvolvimento dos mercados de trabalhos teve como política o disciplinamento dentro da arquitetura do capitalismo, especialmente a partir da regulação e consolidação de subempregos.

A ideologia oficial ostensivamente apoia a discriminação econômica – para citar um exemplo – por motivo de raça. Até 1950, a discriminação em empregos era uma prática corrente, sancionada pela lei consuetudinária. Em geral, os anúncios procurando empregos se publicavam com explícita advertência: “não se aceitam pessoas de cor”. (NASCIMENTO, 2016, p. 96).

Kowarick (2003, p. 153-161) afirma que o conjunto de trabalhadores que não logram obter a “reprodução normal” da sua força de trabalho se dá por: ou serem “superexplorados” (ganham menos do que o salário mínimo) ou por se “autoexplorarem”. Há ainda a “classe dependente urbana” conformada pelos assalariados eventuais e autônomos de baixa renda nos quais as noções de dignidade trabalhista e regulamentação (acesso às políticas sociais), encontram-se praticamente vedadas.

No que diz respeito ao bairro, a situação empregatícia dos entrevistados revelam em sua maioria trabalhadores expostos a uma demanda de ampliação do fluxo de renda familiar. Quer dizer, trata-se de pessoas desvinculadas da viabilização reprodutivas apenas para o consumo individual. Antes disso, os resultados obtidos pela alocação da força de trabalho no mercado se valem para atender as suas necessidades, de seus dependentes e do arranjo domiciliar como um todo, apresentando, sobretudo, núcleos de estrutura co-participativa onde o conjunto dos membros dificilmente está em condições de se eximir de dividir os gastos essenciais e de moradia.

Ademais o bairro apresenta uma cultura laboral bastante restrita se comparado a enorme diversidade existente dentro do mundo do trabalho. O rol de serviços aos quais a moradora Rufina sinaliza como as mais encontradas no bairro, por exemplo, demonstram ocupações contextuais a sujeitos oriundos dos processos de escassez de oportunidades. Entre estes, foram apontados “serviços de marceneiro, encanador, conserto de roupa” como as atividades mais presentes. Segundo a moradora muitas dessas atividades são renovadas dentro do seio da própria família.

De fato, dentro da história negra o compartilhamento de ofícios comuns entre os agrupamentos negros foi estratégia crucial de sobrevivência. Na coletividade da Rua Nova esses arranjos primários de ocupação referencia a conformação espacial da estratificação do trabalho no interior do bairro. Estes lemas aparecem nas falas dos moradores João e Germínio a respeito dessa grande inserção na informalidade; os moradores apontam alguns fatores que acreditam justificar a pouca mobilidade sociorracial.

Eu acho que tem relação com bairro por essa questão que Ronaldo falou, dessa opção da Cultura, o pessoal tá acostumado com aquele negócio do mercado informal, pessoal vende feira, o pessoal fabrica instrumento, pessoal toca, acho que é mais pela cultura do bairro. Falta de emprego também, mas, quem trabalhava naquela época mais antiga, continua trabalhando no mesmo setor, você ver mais desemprego na população mais jovem, mas, o pessoal mais velho gosta da informalidade. Acho que já tá acostumado, eu acredito que seja nesse sentido.

Moura (1988, p. 113) diz que a comunidade negra, fugindo das teias do mundo colonial, criaram redes de grupos específicos. Podemos observar que esses grupos elaboraram ofícios mediante a realidade social as quais foram submetidos na sociedade hegemônica branca. Este processo teve prolongação contínua até os dias atuais abrigando a população negra em delimitadas projeções de papéis sociais. No entanto, segundo o autor, foi esta a estratégia capaz de driblar o risco de uma total anomia da vida em diáspora dos grupos negros pauperizados.

As funções que aparecem nas falas dos interlocutores como perfis típicos de trabalho no bairro incluem-se na linha de atividades em maior parte manuais; a partir desse dado podemos dizer que existe um padrão de estratificação da classe ocupacional da comunidade negra da Rua Nova dentro dessas atividades. Woodson (2018, p.108) diz que o legado de trabalho do negro tem se abrigado em esferas de rasa diversificação e, ao mesmo tempo, diminuída de seu valor. Isto alimenta a ausência de negros nos departamentos industriais, sobretudo como proprietários, empresários, como forma de manutenção de poder. Além da subserviência decorrente dessas condições, nesses postos, geralmente podem ser facilmente excluídos e despejados.

O mercado de trabalho é lugar central para reprodução das disparidades raciais. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) do IBGE (2019), referente às interfaces do mercado trabalho, aponta-se que o trabalhador branco atualmente recebe cerca de 75% a mais que pretos e pardos. A matéria aponta que no ano de 2017, os brancos recebiam, em média, R\$ 2.897, enquanto pretos e pardos tinham rendimentos entre R\$ 1.636 e R\$ 1.659, respectivamente.

Isso significa que o valor recebido por um trabalhador branco foi 77% e 74% a mais do salário recebido por uma pessoa preta e parda. Segundo o relatório, estes resultados encontram-se estagnados ao longo dos anos onde desde 2013, (período que marca o atual cenário de crise econômica), a diferença passa dos 70% alcançando um ápice de 80% em 2016. Essa imobilidade percentual, ou mobilidade para cima, apresenta a população negra como a mais destituída em momentos de crise econômica global acentuada, cenário inclusive distante de apresentar sinais de possibilidades de mudanças substanciais no setor, especialmente diante do avanço da economia neoliberal.

Ademais, não só a diferença salarial, como também os índices de desemprego chegam encontram primeiro as pessoas negras, onde para estas o índice é de 14,4% e entre os brancos é de 9,5%, segundo dados IBGE (2019). Conforme defendemos nesta investigação existe em curso uma multiplicidade de processos genocidas empenhadas em neutralizar as formas de

reprodução de vida da população negra das quais se vinculam as formas combinadas de empobrecimento via marginalização do trabalho.

Chadarevien (2009, p. 22) sistematiza os fatores cruciais que ordenam a desvantagem salarial e ocupacional da população negra na economia brasileira, contrapondo análises ortodoxas da economia, a exemplo da Teoria Neoclássica da Discriminação que se ancora na defesa de neutralidade do mercado diante das discriminações. Uma crítica à Teoria Neoclássica da Discriminação nos permite ampliar o debate sobre as dimensões raciais da exclusão econômica na qual a produtividade do trabalhador está atrelada ao capital humano. Digam-se o conjunto de recursos dos quais fazem parte conhecimento, habilidades, aperfeiçoamentos de um indivíduo como condicionantes da ampliação da alocação dos níveis de renda.

Contudo, ao observamos como se realizam as jornadas extensivas daqueles inseridos nos setores informais, a qual se enquadra a situação de trabalho da moradora Rufina, podemos inviabilizar a justificativa da baixa remuneração por falta de produtividade. A moradora, por exemplo, a frente de seu negócio próprio de lanches tem total impossibilidade de custear uma divisão do trabalho recaindo sobre ela não somente o domínio de sua própria prática de trabalho, mas todo peso adicional de sozinha liderar as diversas etapas do processo produtivo: organização orçamentária e compras de insumos, produção, atendimento, limpeza, entre outras que permitam o funcionamento do seu pequeno empreendimento de sobrevivência.

A moradora nesse contexto demonstra suas jornadas extensas e cansativas de trabalho, destacando: “eu trabalho, eu confecciono as peças à tarde, e abro a noite. Aí no caso, eu chego em casa 01:00hr da manhã, 01:30hr mais ou menos”. Essas condições adversas de reprodução do trabalho estão presentes também nas jornadas exaustivas do morador Renato, “eu trabalho das 8 horas às 18 horas da tarde, puxado né”. Assim como ele, o interlocutor Paulo afirma as suas condições subalternizadas de trabalho.

Às vezes eu trabalho das 3 horas da manhã às 2 horas da tarde. Acordo às 3 horas da manhã por que eu trabalho na feira do centro abastecimento, como vendedor ambulante de hortifrúti no centro. Só que tem que chegar 3:00, 4:00 horas da manhã. Tem vez que eu trabalho das 3 horas da manhã às 2 horas da tarde.

Ou seja, não é por falta de produtividade ou habilidade que se dão as condições de exploração de base racial capitalista, na realidade as jornadas extensivas embutem a economia política do racismo, onde indivíduos inseridos num mercado de estratificação racial produzem diariamente esforço reprodutivo bastante além do nível inserido nas dinâmicas de suas

jornadas, crucialmente porque “numa economia racista, dada a atuação de mecanismos específicos, os negros são superexplorados, na medida em que lhes subtrai uma mais-valia ainda maior do que a média dos trabalhadores brancos”. (CHARADEVIEN 2009, p. 23).

Paulo Bispo destaca a inadequação da rotina diária dentro da estrutura produtiva, principalmente de sobrecarga ou, como define Kowarick (1989), na forma como se realiza a “fadiga do morador urbano”, conforme pontua o morador “a rotina ela é pesada. O tipo assim, eu acho pesado não é pelo peso do trabalho é o peso do cansaço. Porque você acorda cedo né, cansa. Mais do que labutar em um trabalho boçal”. Anteriormente, apontamos como sua parceria com a escola esteve interdita por esses fatores, como informamos ele precisou deixar os estudos para assumir as demandas de trabalho.

Quer dizer, quanto menor nível educacional, maior a propensão à lapidação do trabalho e menor a renda. A arquitetura dessas engrenagens mantém a população negra num modelo de divisão racial do trabalho que amplia a experiência genocida da comunidade negra. De acordo Araújo (2016, p. 108) a estrutura ocupacional urbana é derivada do longo período de escravidão, sobretudo as atividades ligadas ao comércio de rua e modos de reproduções domésticas expressam de forma evidente a não regulação de trabalho e como a população permanece nas formas de reprodução simples da estrutura urbana-industrial.

A maior parte das afirmações referentes ao principal ramo de comércio do bairro é confirmada pelos moradores quando expressam “ambulantes. A maioria é ambulante, trabalha em outro lugar não na Rua Nova. Mas tudo no setor “informal”, diz Paulo. Quando questionado sobre os fatores da informalidade o morador responde:

Rapaz é aquele tipo de coisa assim, né. Porque pelo bairro hoje a gente não tem aquele tipo de estudo para gente né está no patamar de uma empresa grande né, lá dentro. Aí só ocorre esse recurso para gente, se incluir nesse emprego aí no patamar do ambulante.

Percebemos desse modo uma experiência urbana confinada em circuitos periféricos de toda estrutura produtiva. De acordo com IBGE (2019), 46,9% da população preta e parda encontra-se na informalidade, o percentual entre brancos é 33,7%. No que se refere a esse contexto, pesa o fato de que a informalidade se formata em articulações que dependem dos próprios membros criarem oportunidades de sobrevivência para si, onde estas geralmente oscilam muito entre o não-trabalho e os próprios rendimentos. Ademais, a interlocutora Rufina acrescenta a essa cadeia de vulnerabilidade outros elementos que impulsionam a permanência na informalidade.

Muita gente da Rua Nova trabalha no comércio, mas as crianças daqueles que trabalham, estudam. Mas saem de lá e vão pra escola, como eu conheço um monte de gente assim. São menores, sai da escola e vão pra lá ficar com os pais. Ficam com os pais e ajudam os pais. Eles vão cedo, muitas mães que vão 5hrs da manhã pra feira e tem que levar os filhos. Eles comem lá, toma café lá, aí quando dá 7hrs, lá mesmo ela ajeita a roupa dele e leva pra escola. Acaba a escola as mães vão pegar aquelas crianças e levam pra lá porque elas saem 5hrs da manhã e só voltam à noite. Então almoçam lá, fazem as atividades da escola lá e ficam até as mães vim. Cadê que dão outra condição pra essa mãe, botar o menino numa creche pra ela sair de manhã pra trabalhar e pegar quando voltar. Não dá condição nenhuma, essa mãe tem quatro filhos.

Na Rua Nova a informalidade é traço dominante entre os membros do bairro como marca que se inicia ainda na infância, como relatam os moradores quando afirmam, “eu trabalho desde os 9 anos de idade”, informa Paulo. Logo depois, Renato complementa “eu nem lembro quando eu comecei a trabalhar, eu acho que foi com uns 10 anos 11 anos”. Os processos de adultização<sup>37</sup> marcam uma questão crítica entre os membros de áreas periféricas. Esse mecanismo de captura de infâncias das crianças negras por meio das quais as desigualdades inviabilizam não somente as trajetórias lineares das experiências geracionais como também produzem modos bastante nocivos de simbolização mediados pelo contexto social de internalização e naturalização de experiências dos adultos.

A supressão da infância aparece como mais uma extensão das metamorfoses do capitalismo e na condução política do poder no contexto neoliberal. Já tratamos de como esse processo de adultização sucumbe à trajetória de formação e as próprias redes de socialização. As discrepâncias do mundo do trabalho leva a comunidade negra para uma regularidade, sobretudo quando se trata de um modelo de vida que demanda priorizar ou trabalhar ou estudar. Conteúdo que também participa das ponderações da interlocutora Amélia.

Se eu tô ali parada, tenho minha filha e não tem como quem deixar eu levo a minha filha para feira. Então eu tenho muitos amigos que foram criados dentro da caixa de maçã, embaixo da mesa da feira porque era a única condição que eles tinham. Estudavam de manhã, ia para feira com a mãe a tarde, ou para escola de manhã e de tarde voltava para ficar com a mãe, e hoje eles estão na feira também. E assim, não conseguem pensar a vida fora disso.

Os membros da Rua Nova relatam a escassez de oportunidade de trabalho dentro dos limites do bairro onde as ofertas de postos praticamente inexistem. Num nível conjuntural os

---

<sup>37</sup> Para maior aprofundamento consultar: LOPES, M. L. “Infâncias capturadas” e trajetórias de crianças negras encaminhadas pela escola ao conselho tutelar. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira. Adultização da Infância: o cotidiano das crianças trabalhadoras no mercado Ver-o-peso, em Belém do Pará. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano 23, nº 69, p: 151 -172 mar. 2002.

reflexos da informalidade também freiam as possibilidades do bairro desenvolver, como afirma a moradora Porfíria: “rapaz, aqui é difícil para achar emprego, viu. A gente tem que trabalhar fora tem que ir para outro lugar, porque não acha emprego por aqui no comércio. Às vezes é para comissão, trabalhar por comissão. É difícil viu, não vou dizer que é fácil porque não é”.

Os moradores da Rua Nova denotam forte clareza sobre as percepções de suas experiências profissionais restritas do bairro. A lógica dessa desordem encontra-se numa política efetiva o projeto de não corrigir os danos raciais. Esses mecanismos incapacitam a população negra transgredir a ordem dos setores de subserviências para assumirem espaços de liderança e principalmente ocupar as condições de proprietários das grandes escalas de reprodução das engrenagens do sistema econômico.

Pesquisa apresentada pelo site G1, por exemplo, através das bases de dados do RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais), abrigados nos relatórios do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), apresentaram retratos das profissões por cor do país, nele os brancos aparecem inseridos em ocupações de maior renda em todos os estados brasileiros se comparado com a população negra. No Nordeste, estado onde estão hospedados os membros dessa investigação essa margem alcança 75% de discrepâncias.

Observamos desse modo que no contexto da Rua Nova, a população encontra-se freada dos âmbitos fortificados de trabalho e renda. Esses mecanismos repercutem na fragilização de suas defesas pessoais, geracionais e organizações grupais. A configuração desse cenário edifica a tendência da variação salarial ao mínimo possível, mantendo-os numa posição de instabilidade ocupacional. Desse modo, num país em que um a cada dois negros estão no mercado informal, é preciso assumir o genocídio negro como um procedimento indispensável da estrutura reprodutiva das cidades.

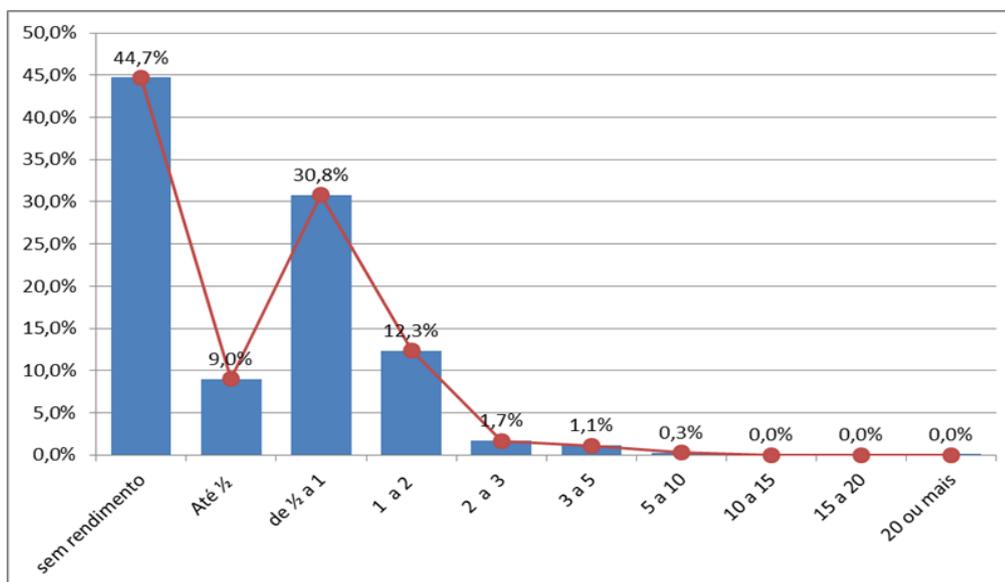
### **3.6 A Vida Financeira de Um Bairro Negro: “O Que Manda é a Necessidade”!**

Acreditamos que a realidade do bairro negro Rua Nova, situada como análise micro de um modelo de defasagem financeira pode nos fornecer importantes conclusões a respeito do cenário econômico da população negra, entretanto, não sem antes considerarmos as implicações das políticas realizadas no interior das esferas macroeconômicas. Contudo, precisamos inicialmente situar que estamos falando de uma localidade de rendimentos

extremamente abissais onde, 44,7% da sua população em 2010, segundo dados do Censo/IBGE, declarou não receber nenhum rendimento.

Os parâmetros financeiros das comunidades periféricas negras podem ser estimados como aquelas incorporadas na arte de fazer milagre com seus níveis de renda. No bairro negro Rua Nova, por exemplo, na faixa que compreende o rendimento de  $\frac{1}{2}$  (meio) até 1 SM<sup>38</sup> conforme gráfico 4 abaixo, no qual verificamos a participação de 30,8% da população nessa margem de renda.

**Figura 18.** Rua Nova: Rendimento Nominal por Faixa Salarial, 2010.



Fonte: Microdados Censo/IBGE (2010).

A junção desses três grupos de renda soma assustadoramente 84,5% da população residente do bairro que receberam no máximo 1 SM em rendimentos nominais<sup>39</sup>. Os dados auferidos por estas análises consolidava no interior da Rua Nova uma territorialidade de vulnerabilidade perniciososa. Considerando que a maior parte dos rendimentos das famílias é voltada para alimentação, isto implica que mais da metade do bairro encontrava-se em 2010 numa forma extremamente aniquilada de renda e em condições de subsistência.

Importante lembrarmos que a partir de 2003 o país passa a incorporar a população de baixa renda no programa social Bolsa Família. No entanto, a estonteante porcentagem declarada de pessoas sem quaisquer rendimentos em 2010 constata que a participação, ainda que irrisória do Estado, não chega ao bairro negro Rua Nova. Embora largamente divulgado

<sup>38</sup> Salário Mínimo

<sup>39</sup> Resultado financeiro, sem descontar as perdas decorrentes da inflação.

como o maior programa de proteção social já realizado a nível institucional federal, o Bolsa família configurou parte dos novos ajustes estruturais da economia à nova ordem econômica internacional.

Essa mediação social da economia neoliberal até concebe alocar níveis subsistentes de ajuda aos mais vulneráveis, todavia sem reconhecer de maneira inegociável as políticas públicas dentro de parâmetros razoavelmente ajustáveis ao dos direitos humano, conforme Zimmermann (2006). Quer dizer, subordinado às regras de mercado e mantendo os níveis de precariedade “aceitáveis”, como aponta Flauzina (2006), as relações de poder construídas nas instituições jurídicas permitem e identificam a sua atuação na política de genocídio da população negra. Essa estrutura se apresenta historicamente como seletiva, onde esta contorna o direito, desumaniza sujeitos e legitima extermínios.

Outra questão a ser exposta é o nível de burocratização de acesso das demandas assistencialistas que reduzem por dentro dos próprios aparatos legais e administrativos o número de beneficiários. No corpo do campo da pesquisa, a mãe e moradora Porfíria, embora necessite, não recebe nenhuma quantia do programa porque é assalariada. Contudo, a interlocutora Josina que trabalha como vendedora reforça, “eu estou correndo atrás até hoje do benefício, eles pedem muita documentação”, evidenciando os entraves previstos no seio das políticas de exigibilidade que perpassam de residência fixa, a frequência da criança à escola e acompanhamento de saúde básica.

Mesmo que as intenções dessa condicionalidade sejam positivas, esse tipo de política reforça os velhos mecanismos de dependência e da falta de provisão de autonomia aos pobres nas políticas sociais brasileiras. Além de exigir a manutenção das crianças na escola, a maioria dos Programas de Renda Mínima exige um tempo de residência fixa no município beneficiado, variando normalmente de 2 a 5 anos, como pré-requisito para que a família seja incluída no Programa, objetivando assim inibir a migração de pessoas ao local somente para obterem o benefício. Além disso, grande parte dos Programas estabelece um valor máximo a ser entregue às famílias, sendo que a maioria deles utiliza o teto de meio salário mínimo per capita (ZIMMERMANN, 2006).

O autor acima ainda aponta que esses engendramentos formulam uma espécie de “esmola institucional”, na qual ocorre a seletividade dos mais miseravelmente pobres como usuários da renda mínima. Dessa forma, as diretrizes de elegibilidade configuram o filtro necessário do genocídio ao minar as possibilidades de acesso ampliadas por meio dos mecanismos de contenção institucionais. Os processos de reestruturação da economia global e o avanço do neoliberalismo expandem desenfreadamente as forças econômicas das desigualdades, sobretudo dos territórios negros racialmente apartados.

Diante desse cenário, de quais formas ocorria a reprodução social dos membros do bairro diante da periculosidade da pobreza urbana familiar no interior da Rua Nova? Araújo (2016, p. 164) aponta uma resposta plausível para essa questão. Segundo o autor é possível verificar que a renda de um domicílio, sobretudo se tratando de bairros periféricos, pode não estar vinculada apenas ao trabalho ou à ocupação, isto significa que a obtenção de renda e mantimentos ocorre por meio de terceiros através de doações e redes de apoio entre outras táticas de sobrevivência que variam a cada dia. A informação da moradora Amélia subsidia como estas ocorrem no bairro.

A gente tem a fome silenciosa também aqui, temos vários tipos de morte. A nossa vulnerabilidade dentro de um contexto mais complexo é o que está nas entrelinhas. Ela é intensa, entendeu? Tipo tem gente que mora aqui na rua asfaltada, mas passa fome. Às vezes a pessoa recicla lixo. (...) tem gente que como carne de vez em quando porque às vezes é o vizinho que dá o resto da comida de ontem. Então, tem um pessoal que vive na linha da miséria mesmo aqui dentro.

O contingente da população sem rendimentos se explica desta forma pelos modos como as pessoas estão inseridas na estrutura de reprodução econômica-social, especialmente em ocupações de remuneração variada, onde elas oscilam entre ter ou não onde alocar sua força de trabalho. Com isso, além de indicar o nível de deslocamento do mercado formal, revela a renda bastante aquém do salário mínimo. Isto justifica e reforça inclusive o porquê dos moradores Renato Oliveira e Paulo Bispo, por exemplo, ainda na infância precisarem ingressar na subalternidade do trabalho de infantil, como também o porquê tem emergido, de modo consistente, no bairro negro Rua Nova, as tecnologias de solidariedade comunitárias, vizinhanças fortificadas e autogestões como alternativas aos acirramentos do projeto de extermínio.

Esse apanhado inicial permite um panorama econômico do passado-recente do bairro negro Rua Nova. Contudo, nos voltaremos agora para saber em quais condições encontram-se enquadradas os níveis de renda da população do bairro no tempo atual, observando como essas escalas se relacionam com as esferas das políticas macroeconômicas que mediam a regulação do extermínio financeiro diante da modernização capitalista de base racial. Já nos atentamos de antemão que a constituição do nível de renda do bairro vem das ocupações do mercado informal, onde já tratamos no tópico anterior o nível de dilapidação a qual estão inseridos os moradores.

Uma vasta arquitetura de controle do poder que reiteradamente sofisticada os mecanismos de seletividade dos sistemas e dominação racial. Ainda assim, no que tange a

renda as noções de orçamento, gerenciamento de recursos e administração das famílias como pautas comuns inseridas no interior do debate econômico são constantemente vinculadas a defesas reducionistas onde induzem que uma renda mensal equilibrada diz respeito apenas à “capacidade de organização dos indivíduos”.

No entanto quando encaramos com seriedade o cenário da vida financeira das comunidades apartadas percebemos o quanto a população negra encontra-se obstruída das possibilidades de acesso a recursos financeiros de maneira maximizada, ou seja, não se trata apenas da forma como se geri os valores monetários. O traçado do padrão de consumo presente no bairro permite rastrear como a oposição de recursos necessários para custear as demandas de reprodução social tem a abdicação como mediação sobre qual precariedade será atendida primeiro, como afirma a moradora Amélia.

Habitualmente neste quesito, comunidades como a Rua Nova vivenciam os confrontos de suas realidades financeiras em recorrentes escolhas entre prioridade e necessidade. Entretanto reside, sobretudo, nos custos com a alimentação a formalização dos empreendimentos o cumprimento da agenda político-econômica do genocídio negro.

A prioridade de consumo são serviços básicos, por exemplo, alimentação, ela é a grande prioridade. Seguindo ela, a energia e a água. Esses são os três pilares sustentáveis da casa, que precisam ser sustentados dentro de uma casa, todos os outros são tidos como supérfluos ou acessórios. Porque na maior parte das vezes a gente vive sem eles. (...) É o consumo da seleção, dá prioridade. Então você sempre tem que colocar as prioridades. O que é prioridade mesmo? É comer e pagar as contas. E o que são as contas? É a garantia que o cara de azul não vai chegar na sua casa para cortar sua luz ou a sua água.

Ressaltamos, de antemão, que aqui não se trata apenas de uma questão de empobrecimento, mas de como o racismo constrói e os mantém na categoria de empobrecidos, principalmente, “dentro dos limites estabelecidos pela democracia racial, a categoria classe exerce a função de homogeneizar as distorções que as diferenças raciais exercem na definição da pobreza” (FLAUZINA, 2016, p. 101).

Apesar do seu considerável apagamento nas Ciências Sociais, Guerreiros Ramos na obra “*Sociologia do Orçamento Familiar*”, elaborada em 1950, já denunciava a forma arbitrária como eram formulados os métodos prescritivos do orçamento familiar. Sistematizados para estipular poder de consumo sem maiores problematizações sociais, muitos desses métodos solidificam parâmetros enviesados especialmente balizando o somatório suficiente para manter o nível equilibrado das necessidades vitais, especialmente das despesas alimentares.

Objetivamos chamar atenção para como essas normas de planejamentos financeiros são elaboradas desvinculadas da realidade social das populações vulneráveis economicamente. Mediados por estes engendramentos os padrões de vida são obscurecidos uma vez que tomam níveis de quantidade e qualidade de consumo procedente de variações grupais assimétricas nas esferas econômicas. De acordo pensamento de Ramos, a noção de “*Normas de Vida*”, diga-se, “quantidades de bens e serviços necessários para a manutenção, seja de uma alimentação satisfatória, da saúde, ou ainda da eficiência profissional, etc.”, revelam as normas pelas quais são definidas cientificamente quanto o indivíduo precisa para realizar suas demandas vitais.

Ou seja, cabem as entidades, institutos de previdência, técnicos da administração dos orçamentos públicos em seus vieses arbitrários combinados às plataformas das políticas monetárias determinarem o mínimo que o indivíduo precisa para comer, se manter vivo e ativo na ordem do dia. Essa arquitetura institui as diretrizes biossociológicas onde são acionados inconfessadamente os critérios raciais de reprodução social.

A deterioração dos níveis de consumo, segundo Araujo (2016, p. 161) é dada preponderantemente pela fragilidade econômica, sendo a renda familiar, ou melhor, a esfera do domicílio o mote crucial para analisar as condições de reprodução social e a precariedade em relação à estrutura capitalista. Ao adentrarmos na realidade do orçamento financeiro da Rua Nova observamos a dimensão da precariedade pela recorrente necessidade de ganhos irregulares dos moradores. De acordo o autor, os indivíduos assalariados manuseiam vários arranjos táticos que possam negociar a reprodução em termos mais “estáveis”, pois este parâmetro não fornece abertura para integrar demandas mais amplas de reprodução da vida, sobretudo porque nesse nível a questão central é gerenciar a sobrevivência.

Inserida nesse contexto, mesmo ocupada formalmente, a moradora Porfíria demarca, por exemplo, como além de sua renda fixa precisa acessar outras formas de rendimentos para complementar seus gastos mensais; “o que ganho não é suficiente não, viu. Porque eu trabalho, ganho um salário e não dá para nada, eu tenho que fazer outras coisas por fora, além do trabalho”. Esta interlocutora é uma pílula dos milhares de pessoas negras da diáspora brasileira inseridas sob o regime de salários defasados, uma vez ocupados a subverter a insuficiência dos retornos da força de trabalho. Aqui reside uma das formas de encurralar os indivíduos nas dependências dos seus postos de empregos e de manter a racialização da precarização do trabalho.

O trabalhador negro, nesse caso na falta do mínimo, entraria em sérias chances de endividamento por ausência de uma estrutura financeira coesa quando não ingressar na esfera

da miserabilidade. Vivemos diante de uma tragédia econômica declarada contra a comunidade negra como modo de neutralizar grupos específicos das esferas de poder. Retomando Ramos, são nos órgãos institucionais que desaguam os projetos de dominação dos grupos hegemônicos e onde são formulados os bloqueios de ascensão social e econômica de manutenção assimétrica das ações da política social.

No seio delas, transcorre a naturalização das condições mínimas de sobrevivência como apoio sistemático de legitimação do genocídio, de modo que o único problema com que se defrontam tais autoridades consiste em indagar e estabelecer quais níveis de “normalidade” deve ser executado. “Tem-se observado que grande número de cidadãos, nos vários países do mundo, não se alimenta, não moram, não se vestem não se educam não se divertem, em suma, não satisfazem suas necessidades adequadamente” (RAMOS, 1950).

Mensalmente, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) calcula o valor do salário mínimo necessário com base no valor da cesta básica. Levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deva ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e família nas cestas de consumo com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, constatamos o projeto de extermínio ao verificarmos que em setembro do ano vigente, segundo o departamento, o salário mínimo necessário para custear as despesas essenciais deveria equivaler a R\$ 4.892,75, quer dizer, 4,68 vezes ao mínimo pago mensalmente.

Se levarmos em consideração o padrão salarial divulgado pelos dados oficiais do IBGE, trazidos no início deste tópico referente à Rua Nova, nos confrontarmos com um perfil de deterioração salarial onde o percentual de renda na referência daquele ano seria suficiente somente para garantir um padrão de vida datado no início dos anos 90. Ao acessarmos a tabela “Salário Mínimo Nominal e Necessário” disponível nas publicações do DIEESE sobre os índices de desempenho no decorrer dos anos é possível observar que entre setembro e outubro dos anos 2000 os valores de rendas necessários com as devidas variações da inflação transitaram entre R\$ 1003,67 e R\$1030,05.

Ou seja, o que um trabalhador assalariado recebe hoje é suficiente para custear um padrão de vida que era sustentável somente até quase duas décadas atrás e, se comparado a Rua Nova, há quase três décadas. Esse breve olhar conjuntural dimensiona a constância da propensão ao comprometimento dos níveis de renda abrigados nas áreas racialmente apartadas. Nascimento (2018, p. 103) defende que no plano estatístico a situação sociorracial

permanece de maneira tão inalterada que não há tropeços muito prejudiciais em se utilizar comparações de momentos passados para o exame e configuração real da situação presente.

Uma matéria divulgada recentemente no Brasil trouxe a seguinte chamada: “Igualdade salarial da população negra só em 2089: daqui há pelo menos 72 anos, brancos e negros terão uma renda equivalente no Brasil”. A projeção é da pesquisa “A distância que nos une – Um retrato das Desigualdades Brasileiras” da Oxfam (2017), que apontou em média brasileiros brancos ganhava em 2015 o dobro que os negros, com a média de R\$ 1589, enquanto para negros foram de R\$ 898 mensais.

A interlocutora Rufina no corrente ano de 2019, ao falar do peso dos custos de vida, sente amplamente a realidade que sustenta esses dados. A partir do seu relato, adicionalmente a escassez econômica, se apresenta de modo extremamente dependente de formas diretas de endividamento, a exemplo do uso de cartão de crédito que antes de ser uma cultura alternativa para compras de longo prazo, aparece acionado como meio indispensável para suprir necessidades imediatas, como afirma a moradora: “meu custo maior é com alimentação porque sempre tá subindo as coisas. (...) E eu faço anotação de tudo, porque eu tenho que ter uma base, até quanto eu posso ir pra não me passar, pra eu ter uma base de até onde eu posso ir no cartão de crédito”.

A conta que não fecha onde o pobre paga o mesmo que o rico dos impostos inflacionados é um dos braços preponderantes do projeto de extermínio consolidado nas esferas econômicas. Iremos frisar, por exemplo, o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), usado para medir a inflação<sup>40</sup>, considerando a cesta de consumo das famílias de 1 a 5 salários mínimos. E o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) que abrange as famílias de 1 a 40 salários mínimos. Em geral, ambos irão fazer inferências sobre índices de consumos, entretanto, é este último usado oficialmente pelo governo federal.

Quer dizer, como residem dois extremos dentro desse índice, a inflação ocorre favorável sempre para os mais ricos, sobretudo porque os grupos de renda até 5 salários mínimos estão majoritariamente presos ao orçamento com a alimentação e gastos essenciais, conforme aponta o DIEESE. Por isso que é tão gritante a forma como moradores de áreas empobrecidas são vilipendiados em suas formas de sobrevivência, a exemplo do bairro negro Rua Nova, uma vez que a renda já insuficiente, aditivamente, perde parte da possibilidade de consumo médio nos percentuais da inflação.

---

<sup>40</sup> Inflação é o aumento generalizado e contínuo dos preços no mercado que diminui o poder de compra da nossa moeda (Real). Ou seja, é o aumento dos preços de produtos e serviços consumidos pela população ao longo de um período. O IBGE usa dois índices para medir inflação IPCA e INPC.

Embora a maior parte da população brasileira se enquadre nos índices de renda do INPC, prevalece o IPCA como forma de camuflar as assimetrias e garantir o acúmulo de riquezas das elites brancas. A maior parte dela enquadrada nos limites de renda entre 40 ou mais salários (S.M) invariavelmente pouco podem sentir os aumentos gradativos da inflação, já que recai sobre os mais desprovidos economicamente de forma discriminada e discrepante a onerosidade do pagamento.

O fator racial é determinante para a posição social e econômica que será ocupada na sociedade brasileira, portanto as: “alegações de que esta estratificação é “não racial” ou “puramente social econômica” são chavões que se repetem e racionalizações basicamente racistas” (NASCIMENTO, 2018, p. 101). Ademais, como viemos defendendo até o momento, a violência antinegra não é pontual no sistema de dominação política, por isto a pobreza é mais um dos empreendimentos concebidos dentro do próprio estado. Estamos tratando de um país de maioria negra como política salarial tradicionalmente defasada onde pelo menos desde os anos 2000 sua vigência ocorre dentro de um índice abaixo da inflação.

Para nos aproximarmos de forma melhor possível do período de realização da pesquisa, o índice de inflação da Bahia em 2018 diminuiu 3,5% do poder de compra das famílias, o que equivale a 34,00 reais a menos sobre o salário mínimo do trabalhador, potencializando processos ainda mais retrógrados em cima do que já é inimaginável de ser reduzido. Rufina trouxe no seu relato como enfrenta o gerenciamento das intercorrências emergenciais nos quais a escassez de renda elabora difíceis dilemas.

Hoje o brasileiro de modo geral vive apertado, só o pessoal que tem mais dinheiro que é diferente, que se organiza. A gente não! Por exemplo, seu liquidificador queimou, quebrou, aconteceu algum acidente você vai ter que comprar aquilo e ter que se reestruturar de uma dívida pra poder resolver aquilo. O nosso consumo hoje o que manda é a necessidade. Não é a organização pra sobrar um dinheiro pra comprar um liquidificador melhor, não é sobrar dinheiro pra eu comprar um colchão porque já tem um ano e tenho que trocar. Não é isso, é a necessidade. O colchão não tá prestando de verdade ai eu tenho que comprar outro. Meu liquidificador quebrou eu tenho que comprar outro, o ferro quebrou eu tenho que comprar outro. É assim é a necessidade que manda o consumo. A urgência da utilidade é o que manda. A gente compra uma coisa, aí passa aquela falta e depois compro outra. Porque hoje o que manda é a necessidade e a urgência.

Um dos princípios da economia diz que um modelo de vida equilibrado é aquela em que a receita é maior que as despesas, em termos mais consistentes, aquela que permita poupar no mínimo entre 10% a 20% da renda mensal. Todavia, no interior da Rua Nova, o alcance da noção de equilíbrio financeiro bem como a famosa “poupança” é bastante

fantasmagórica. Paulo Bispo compartilha o quadro da sua condição econômica, “rapaz para mim o salário é o básico, entendeu. A família da gente é o básico. (...) Essas coisas aí para um assalariado é difícil juntar dinheiro, entendeu. É coisa difícil”.

Ressaltamos que não desejamos tomar a renda como indicador unilateral do empobrecimento, mas de como as medidas de renda tornam-se definidor significativo das comunidades negras criminalizadas e marginalizadas, por considerarmos importante como a questão do orçamento é regulada e constituída por dentro dos aparatos de controle do poder branco e como isto repercute no cotidiano das famílias. De acordo o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), de cada R\$ 100 reais de aumento no salário mínimo, apenas R\$ 3 chegam às mãos dos mais pobres, ou seja, grande parte dos reajustes de salário mínimo beneficiam potencialmente grupos que já estão protegidos economicamente.

Temos desta maneira entre os desafios e enfrentamentos da população negra a dupla dificuldade de viver majoritariamente nos extratos de renda na faixa do salário mínimo e de um mínimo que fornece a engrenagem que alimenta os mais ricos. Isto explica o crescente ingresso da população negra nos ramos do empreendedorismo de sobrevivência. A moradora Rufina retrata esse quadro onde empreende uma lanchonete no bairro por falta de emprego formal organizada a partir da cooperação econômica da unidade familiar, embora isso não repercute num modelo sólido de rentabilidade econômica, conforme ressalta, “meu filho tem 19 anos, trabalha comigo, eu pago a ele. Eu ensino ele a ter uma vida financeira. Ter responsabilidade, mas o que eu pago a ele não daria pra ele sustentar uma família hoje”.

Em que pese ainda as grandes jornadas de trabalho oriundas da atividade e ausência absoluta de vantagens trabalhistas, se ampliam a partir desses fatores a esfera da precariedade ameaçada por qualquer contratempo eventual. Para a interlocutora Rufina não é viável a inclusão do pagamento da previdência sob o que extrai de rendimento, pontuando seus termos “não dá pra eu pagar”. O que se desenha é que na ausência desta fonte de renda por forças externas à vontade e condição da proprietária se desenharia toda uma família com a sobrevivência comprometida.

Uma pesquisa do Instituto Meireles, por exemplo, divulgou que 82% dos empreendedores negros não têm CNPJ (frente a 60% dos empreendedores não negros). Segundo a matéria, “a maior parte dos empreendedores negros é informal, são pessoas que desempenham atividades autônomas e precisam de apoio para enfrentar o preconceito e prosperar com seus negócios”. Neste quesito, Nascimento (2018, p. 110) pontua os entraves dos pequenos “negócios” nos quais as pessoas negras participam como “empregadores”, residem pouca significação econômica; enquanto a categoria de brancos empregadores têm o

comando dos meios de produção, mercados, dos recursos financeiros, enfim, detém nas mãos a economia do estado em todo seu peso e extensão. A defesa da moradora Amélia é bastante assertiva no que diz respeito a percepção de melhorias camufladas de ascensão social nos âmbitos de renda e consumo.

A gente não ascendeu socialmente, a gente não conseguiu ainda. Porque se eu tenho ascensão social de pensar, por exemplo, na mudança do hábito de organização doméstica, de alimentação, de saneamento, de cuidado com a casa sabe e, principalmente de cuidado com o corpo, de mudança dessa lógica. Porque quando a gente ascende socialmente à gente sai dessa rotina de trabalhador de 8 horas.

A falta de rendimento equilibrado da população subsidia a garantia de aniquilação de formas integrais de vida, na qual a estagnação econômica é elemento central. A vida de comunidade é forçada a liderar e incluir uma série de debilidades de modo que em todos os setores de sustentação de vida urbana são atravessadas pelas barreiras raciais. Estas fissuras de restrição econômica são majoritariamente vinculadas às ordens de materiais primários, com efeito, outras dimensões da vida são suprimidas da reprodução social como manifestação estrutural que tolhe a população negra de se relacionar numa escala ampla com o reportório da cidade.

Rufina sinaliza como estas limitações também são fatores que implicam em formas de selecionar a quem a cidade pertence, uma vez que podem consumir os recursos do espaço urbano: “A gente não vai ter dinheiro sobrando pra viajar. Não. Você viaja hoje uma questão de resolver alguma coisa, porque viajar pra passear é diferente. É muito complicado”, diz a moradora. Contudo, quando as condições de vida são comparadas no decorrer dos anos algumas aberturas de mercado são relatadas como melhorias. O item que chega como veículo de incrementar a renda é a relativa abertura ao mercado de concessão de créditos; passa acesso a um espaço que ao menos até uma década passada era extremamente impenetrável, como percebe a interlocutora Amélia referente ao panorama dos últimos anos.

A gente não passou a ter mais dinheiro, a gente continua empobrecido, o que mudou foi os nossos bens de consumo em que as vantagens do cartão de crédito trouxe, que os financiamentos trouxeram, a facilidade de financiamento. Porque antes o pobre para ele comprar uma televisão ele tinha que ter um fiador, hoje ele tem um carnê das Casas Bahia. Então mudou muito porque seu fiador tinha que ser sua comadre, seu compadre, seu patrão que tinha muita confiança em você e ia lá e fiava uma coisa para você, entendeu. Hoje você sozinha, ganhando salário mínimo ou não, você pode ter seu carnezinho ou ter seu cartão de crédito.

Embora a moradora considere que a vida melhorou, Kowarick (1989, p.49) chama de “mercado de ilusões” algumas impressões de ascensão social que na realidade busca abranger desempenhos bastante periféricos, a lógica de funcionamento econômico como formas de acomodar os grupos mais vulneráveis aos avanços do capital. Dessa forma, interligadas por conglomerados financeiros, são impulsionadas distribuições rasas de consumo e de recompensas escassas quando não perigosas para população que dela se utiliza. A interlocutora Amélia continua compartilhando como este incremento modifica as relações de consumo da família.

A pessoa vai comprar também na mão ou no cartão de alguém da sua casa que tem um valor bem alto. É quase um cartão corporativo, tipo tem alguém lá de sua casa que tem um cartão de um valor bem alto aí você compra a bicicleta, o computador, o celular e vai pagando até perder de vista. Então a gente não conseguiu ascender socialmente à gente conseguiu acessar os bens de consumo. Aqui em casa temos o do meu irmão que é policial. Ele tem um cartão que serve para família, a maioria das vezes a gente até rir porque ele fala, "eu quase que não compro no meu cartão", mas, é um cartão que serve para todo tipo de serviço, até para o entretenimento o cartão dele serve.

Na última década o país se abriu consideravelmente para o desenvolvimento via acesso a crédito como norte de estabilização da economia. Todavia, em casamento com um alto grau de endividamento das famílias já empobrecidas provocada pela armadilha de liquidez, no qual o controle do usuário com a renda assume caráter verticalizado, passa a utilizar um percentual monetário relativamente superior ao que recebem no limite, as faturas começam a passar por refinanciamentos ocasionando um ciclo de difícil saída. O cartão de crédito chega dessa maneira como a salvação para os apertos cotidianos e um modelo de vida literalmente parcelada das comunidades negras apartadas.

Esses processos que ocorrem concentrados nas famílias empobrecidas, Sciré (2009) descreve como “financeirização das dinâmicas cotidianas” por meio da qual ocorre a mediação entre as implicações ente crédito-endividamento-consumo no gerenciamento do orçamento doméstico. Segundo a autora, o fenômeno emergencial dos cartões de crédito requalifica o consumo popular ao possibilitar um valor fictício incluso na renda bruta mensal. Temos a partir de então um veículo de manuseamento de extensão da renda, tal como cita o morador Paulo Bispo quando se refere à necessidade de adquirir algum produto ou bem de consumo: “rapaz, é o tipo de coisa, porque vai ver os valores da compra, né. Porque se a compra for alta a gente tem que dividir, né? Fazer parcelas. Mas se não for a gente compra à vista que é melhor do que fazer uma dívida para o próximo mês”.

Criam-se assim um encurralamento: altera-se a cultura orçamentária da família periférica que passa a contextualizar novos estilos de consumo. Contudo, extremamente submetidos aos capitais financeiros e ganhos especulativos de juros. O acesso surge desse modo, como mais um alibi das demandas neoliberais da regulamentação das plataformas de acúmulo financeiro que sustenta o poder das elites brancas. Ademais, estas formas de utilização do dinheiro são, sobretudo, favoráveis para os canais bancários que contém papel moeda e aumento de liquidez para empréstimos e transações financeiras.

Evidenciamos como muitas políticas maquiavam a minimização de mazelas em períodos ditos vanguardistas da sociedade brasileira para comunidade negra, que abrange principalmente as eras dos governos Lula e Dilma. Dados do IBGE nos mostram que em 2004, 73,2% dos mais pobres eram negros, patamar que aumentou para 76% em 2014. Esse número indica que três em cada quatro pessoas que estão na parcela dos 10% mais pobres do país são negras. Em relação aos brancos que eram apenas 26,5% dos mais pobres em 2004, caiu para 22,8% em 2014.

Estas cifras abissais nos permitem uma constatação: sejam em momentos de expansão ou agravamentos nos momentos de crises do sistema econômico a escassez sistemática impera sob o projeto racial de controle subalterno da vida negra. Temos essencialmente nesse arcabouçoas formas de viabilizar as “necessidades de acumulação” que permitem e regulamentam a “lubrificação da engrenagem econômica” (KOWARICK 1979, p. 50).

Woodson vai nos alertar sobre isto, quando diz que um dos fatores de fracasso da raça é sair da posição de lucro para posição de gasto. Conforme o pensamento do autor, o negro se acostuma a gastar e não a ganhar. Desse modo, o risco do negro diante de uma sociedade do consumo é ser levado a fazer e desejar vícios mirabolantes com um pequeno salário em vez de promover sua organização econômica. É ser impulsionado a administrar instabilidades doloridas para suas despesas insustentáveis. “O negro aprendeu com os outros como gastar dinheiro muito mais rapidamente do que aprendeu a ganhá-lo”. (WOODSON, 2013, p.147).

No que tange a Rua Nova, apesar de representar fronteiras geográficas de áreas duras (com maior incisão do racismo), encontram-se também as realidades híbridas que se apresentam no bairro especialmente pelos destaques das vantagens que incide sob uma pequena população do local. A partir dos dados do IBGE (2010) apenas 3 pessoas auferiram salários equivalente ou maior que 15 SM, uma discrepância salarial que chega a uma parcela irrisória em relação a população total, evidenciando que a medida em que a renda aumenta, menor é a participação da população. Podemos inferir que os melhores rendimentos

econômicos do bairro, incidente pela própria dinâmica econômica local, especialmente pelas estratificações dos grupos raciais apresentados no que a moradora Amélia desenha na sua fala.

Por exemplo, aqui tem uma família que manda nos mercadinhos, é uma família que tem vários mercadinhos e eles estão comprando a maioria das casas da Rua Nova. Tem um dessa família que ele tem mais ou menos umas 10 casas aqui dentro da Rua Nova e ele aluga. Ela tem um supermercado, mas ele tem um padrão de vida tão alto, tão alto, são brancos. (...) É meio que um contraste.

Não nos restam dúvidas de que quanto menor segurança financeira, com mais forças agem os sistemas de dominação. Para uma população que comprovadamente em seus níveis econômicos faz moradia em condições que se concentram em cenários estatísticos do passado, é urgente alicerçar a construção de outros futuros conectados com princípios e modelos comunitários econômicos que de fato tornem possíveis emancipações reais. É urgente a construção de unidades econômicas pretas se eximirem do lugar delegado de fracasso econômico de nação, conforme alerta Carmichael (2018). No entanto, isto só será possível quando a população negra se desvincular de coalisões ou deixar de imprimir forças em sistemas onde na verdade são facilmente “absorvidos e traídos”.

Isto perpassa como afirma o autor, pela elaboração de um amplo programa político-econômico nas quais estejamos preparados para as recusas de enquadramentos das propostas voltadas exclusivamente para comunidade negra como tentativas de “polarizar as raças”. Como bem nos pontua, os pretos querem estar em seu lugar sim, “mas não para aterrorizar, linchar e matar a fome. Eles querem está em seus lugares porque é aí que uma vida digna pode ser tida” (CARMICHAEL p. 54-57). E vida digna significa ter o protagonismo da vida financeira, na qual controlem a produção e distribuição de suas forças de trabalhos usurpadas ao longo dos séculos. De toda forma, existe sem dúvidas um sério trabalho vital para ser feito de combate às estruturas de poder da supremacia branca.

### **3.7. Mobilidade Urbana no bairro Negro Rua Nova**

Certamente um curioso em transitar pelas “Terras de Lucas da Feira” logo irá se deparar com os decadentes pontos de ônibus preenchido de pessoas inquietas em função dos constantes atrasos das frotas sucateadas, que arriscam a perda de pontualidade no trabalho, a consulta médica, a prova da escola, o dia de aula na Universidade, o acerto de um compromisso, uma entrevista de emprego, ou ainda o retorno rápido para casa. A maioria dos

pontos não têm bancos, muito menos estruturas de proteções para sol ou chuva, as paradas de ônibus têm pessoas apressadas em driblar o caos urbano e os agravamentos das desigualdades. Têm pessoas disputando de forma marginal a reprodução urbana nas tentativas de melhorarem a qualidade de suas vidas. Pessoas que fazem deslocamentos residenciais diários porque precisam criar diversos arranjos de sobrevivência nos seus circuitos pelas ruas do centro-urbano.

São nestas extremidades do centro, os pontos de ônibus, que a cidade do povo se encontra, à propósito, nas beiradas dessas paradas, participam de dinâmicas importantes dos ditos “cidadãos urbanos comuns”. Ali, onde um contingente de subalternizados ofertam alimentos pelos carros-de-mãos ou mesmo através de barracas fixas, podemos sair abastecidos de mantimentos de toda ordem corriqueiramente adquiridos para gestão do lar dos mais empobrecidos financeiramente.

Basta experimentar um giro nas rotas das linhas periféricas e notarão as “sacolas nossas de cada dia” sempre apanhadas nas mãos dos sobreviventes urbanos após vencerem mais jornadas exaustivas dos expedientes de trabalho. São eles os agentes que fornecem a força vital cujos donos das máquinas precisam para garantirem os acúmulos de capitais e explorações das cidades.

Os diversos bairros de exclusão de Feira de Santana dependentes dos sistemas públicos de transportes se encontram nestes pontos fixos e ao mesmo tempo móveis, ali compartilham parados ou enlatados nos ônibus sucateados, os registros a quem interessem e/ou possam ver das cartografias urbanas identitárias, históricas e sociorraciais daqueles que enfrentam as dificuldades estruturais do cotidiano da quase bicentenária “Terra de Lucas da Feira”. Cidade esta que tem tarifação monetária de transporte público urbano no valor de R\$ 4,15, o equivalente a de grandes capitais, a exemplo da capital do estado, a cidade de Salvador, onde o custo desse serviço encontra-se no valor de R\$ 4,20 por bilhete.

A mobilidade<sup>41</sup> urbana é fundamental para estabelecer a qualidade de convívio com o espaço urbano, uma vez intrinsecamente ligada a conjunto fatores (localização, morador, usuário, serviço, qualidade, tarifa) relacionadas às unidades territoriais de acesso e circulação da cidade. Ela é recurso que ameniza os entraves de tempo que media o cumprimento da

---

<sup>41</sup> Conforme Texeira (2014, p. 17) nos últimos anos houve considerável evolução do conceito de mobilidade. Segundo a autora conforme Magalhães et al (2013, p. 3) e Ferreira et al (2013), “etimologicamente, o termo “mobilidade” deriva do latim, *mobilitas* (átis), que por sua vez deriva de *mobilis*(e) que significa móvel (que pode se mover)”. No entanto, para os autores, que dominam o senso comum, “mobilidade é entendida como a característica do que é móvel, do que tem a capacidade de se deslocar. Assim, é a própria capacidade de mudança, de deslocamento”. Os mesmos defendem, ainda, que nesta acessão “o termo mobilidade foi apropriado e delimitado por diversas áreas como: a sociologia, a eletrônica, a ciência da computação, a física, a geografia (demografia) e pela área de planejamento urbano e de transportes”.

execução da vida pública e social de maneira organizada, que estabelece as possibilidades de vínculos amplos especialmente de trabalho, entretenimento e lazer nas articulações urbanas. Contudo, a questão da mobilidade é mais complexa que um conceito que defina a viabilidade de trânsitos entre os pontos de dadas distâncias territoriais.

Essas dinâmicas complexificam muitas definições dos espaços da cidade, embora visualmente não alterem muitos dos conteúdos das paisagens urbanas periféricas e estruturas específicas que compõem as áreas racialmente segregadas. São por estas lentes que iremos analisar a dimensão da mobilidade urbana descrita pelos moradores da Rua Nova cuja localidade se destaca nos relatos de modo bastante peculiar quanto à satisfação dos interlocutores, quanto à localização geográfica e as vantagens de acesso, deslocamentos e trânsitos que esta condição lhes confere.

Os depoimentos dos interlocutores da Rua Nova apresentam razões funcionais dadas pelas referências de proximidades sendo unânimes quanto aos ganhos possíveis de serem extraídos das combinações dos arranjos bairro-centro. Muitos desses aspectos acabam por sufocar e camuflar as problematizações das qualidades estruturais encontrados nos serviços urbanos de mobilidade. Especialmente porque na visão dos informantes importa preponderantemente a distância e facilidade com a qual é possível se relacionar com o centro da cidade.

Alguns deles, a exemplo de Germínio e Porfíria, respectivamente defendem: “transporte aqui dentro eu acredito que a gente não tem tanto problema por estamos no centro”. “Aqui é bom para transporte é tudo perto do centro da cidade, transporte não é um problema pela proximidade com o terminal central. Aqui é tudo perto, vou andando”. Consoante a estas defesas aparecem também os apontamentos do morador Wilson: “Por a Rua Nova ser um bairro com a proximidade do centro muitos usam como veículo bicicleta, ou vai a pé mesmo pra o trabalho”.

Mais adiante essa consideração é enfatizada como “experiência privilegiada” conforme descreve a defesa da moradora Amélia: “a Rua Nova ela tá no centro da cidade, a gente tem o favorecimento da logística, o favorecimento espacial de localização, de deslocamento”, configurando a maneira objetiva e racional que podem ser auferidas pelos gerenciamentos de locomoção do bairro.

De fato, a Rua Nova apresenta uma territorialização bastante dinâmica no que diz respeito ao aproveitamento do centro cidade. Contudo, é interessante lembrarmos os impasses que sua posicionalidade central aplicou nas iniciativas dos poderes públicos informalmente assumidas nas tentativas de burlar as formas de reprodução da vida dessa região, como vimos

logo no início desta pesquisa. Este fator nos provoca fundamentalmente a reflexão sobre os paradigmas que estabelecem a relação centro-periferia e, conseqüentemente, a própria noção de mobilidade. Sobretudo porque é a relação de urbanidade ou a ausência dela quem tem definido os parâmetros dos espaços periféricos na cidade que propriamente os distanciamentos auferidos pelas áreas centrais.

Todavia, a distinção da sua localização nos ajuda a levantar aspectos mais amplos referentes à omissão do poder público. Ou seja, a particularidade desse bairro reside no fato de que a relação centro-periferia assume relativas ponderações à noção de centralidade urbana. Considerações presentes nas defesas da moradora Rufina.

Aqui tem ônibus até meia noite, alguns ônibus encerram aqui dentro do terminal. Ai a maioria do pessoal que vem pra aqui pra o bairro, que chega esse horário desce no terminal e vem andando pra casa. Porque não tem pra vim cá, como não tem pra ir pra os outros bairros. Aqui por ser o centro, o terminal central aqui pertinho, não faz medo.

A literatura aponta que os espaços urbanos apresentam diversos parâmetros de eficiência, mas um de seus êxitos decorre da qualidade de oferta de mobilidade porque ela emerge como uma das condições inserção urbana essenciais da sociedade atual. Diante disso, a ausência desse recurso resulta rapidamente na exclusão de determinados grupos da população ao acesso amplo dos sistemas produtivos, conforme Cerqueira (2018, p.36). A experiência da Rua Nova torna nítida como a moradia em proximidade com o centro da cidade facilita as condições de deslocamentos, mas ao mesmo tempo nos apresenta um modelo de mobilidade ancorado em garantias totalmente secundárias, dadas pela facilidade de intermédio com as instalações do Terminal Central ou Transbordo, como chamam alguns moradores.

Certamente, ao bairro é possibilitada uma cultura de mobilidade diferente dos lugares mais afastados. No diálogo com o morador Germínio é fácil notar como a agenda pública de prestação desse serviço se vale desse elemento para ampliar as evasões de investimentos. Numa escala de cidade a experiência da Rua Nova revela o padrão desafiador instalado para outras localidades, tanto pela demora de transporte, tanto pelas barreiras em áreas de difícil acesso e ainda pelo custo de passagem.

Eu acho que essa questão do transporte fomos um pouco beneficiado, não pelo governo e sim pela questão da nossa localização, por ser uma região de mais centralidade. Temos ponto de ônibus aqui no bairro pra quem quiser quem não quiser temos aqui a estação de transbordo central que é colado com o bairro. Então

assim, por esse lado aí facilitou um pouco mais pra gente. Um pouco melhor, por ser um bairro de periferia onde nem todos têm condições financeiras de adquirir um automóvel, né. E seu jeito próprio de transporte, então beneficiou um pouco.

A condição do bairro negro Rua Nova referente à sua posição socioespacial define também a maneira como os moradores se relacionam com o centro da cidade, compensando muitos dos confinamentos da precariedade. Não por acaso, as vantagens de mobilidade condicionam a permanência no local e mudanças inegociáveis para outras regiões. A fala da moradora Amélia traduz o efeito que a acessibilidade espacial produz na administração dos recursos urbanos, evidenciando especialmente os modos como os equipamentos chegam aos lugares atrelados as posicionalidades micro-locais.

A Rua Nova é diferente porque tá no centro entendeu? Ela é encruzilhada para muita coisa. Por exemplo, a coleta ela acontece com frequência aqui, com rapidez, porque ela próxima do aterro, entendeu. Se a gente tem, por exemplo, qualquer problema de energia a gente tem uma assistência mais direta por conta que ela tá aqui centralizada e de encanação, a Embasa tá ali, sabe. Então a gente tem esse atendimento mais rápido por conta de que a gente está localizada mais próxima desses postos de serviços, eles estão próximos ao nosso bairro. Então a nossa assistência é mais eficiente, eu não tô dizendo que ela tem uma qualidade sabe, a gente não tem uma qualidade, mas, a gente tem uma assistência direta.

Um exemplo contemporâneo e crescente disso é a diversificação de acesso a transportes encontrados no bairro atualmente descrito como “uberização do trabalho”. Esta saída fruto das oscilações de crise do capitalismo, além de narrar novos arranjos de empregos contemporâneos da era neoliberal, esvaziamento acentuado de direitos trabalhistas e abertura de formas secundarizadas de subordinação aos meios de produção do capitalismo administradas pelos proprietários de sistemas tecnológicos e aplicativos, acarretam enormes impactos na mobilidade urbana das cidades.

É o que podemos acurar na fala do morador Germínio, sobretudo quando aponta: “a população da Rua Nova as pessoas são bem desenrolada. Nessa parte as pessoas têm opções. Tá ali, de repente tem os meninos aqui que faz o transporte de moto taxi, hoje em dia muita gente utiliza o serviço de aplicativos”. A necessidade de prover dessas alternativas aponta como a tendência de acesso a esses serviços alternativos estará tencionando cada vez menos a insuficiência relacionada aos dramas do transporte urbano público no contexto das periferias, ampliando as formas de espoliação e possivelmente institucionalizando as formas de mobilidade privada como regra.

Este fator demonstra o quanto há um contingente de moradores do bairro e externos a ele envolvidos nas esferas mascaradas do capitalismo de economia compartilhada, na qual a produção de “benefícios sociais” no seu conjunto é na realidade o limite da extrema ausência do estado em prover formas públicas regulares de prestações de serviços e, além disso, do acentuado nível de pauperização da população. Conforme Fontes (2016) esses novos nichos não são originais ou únicos, mas sim operam atravessando diversos setores (alojamento e transporte, financiamento, produção etc.), estimulada por processos explícitos de “incubação” através de startups, gerando várias modalidades da nomeação equivocada da “economia colaborativa”, como reforça a autora abaixo.

Se a “natureza das coisas” promovida pela expansão do capital não é suficiente para “domar” os trabalhadores em níveis adequados para a extração de mais-valor, as velhas formas de curto-circuitar direitos ligados ao emprego, através do uso direto da força de trabalho sem mediação de direitos, são reativadas pelas próprias empresas e, em geral, posteriormente rejuvenescidas e “legalizadas” pelo Estado, apresentadas como as novas “necessidades” do crescimento (FONTES, 2016, p.52).

As formas globais dos sistemas de poder, as gestões de governança das cidades caminham crescentemente em privatizar suas obrigações sociais; o transporte público do dito direito social constitucional tem sido tratado como negócio lucrativo de grandes empresas, e por outro lado, essa escala de precariedade tem sido alocada como fonte de emprego subalterno da qual muitas pessoas se ocupam diante das brechas dos circuitos informais. “A gente utiliza vários outros tipos de transportes pra poder se locomover. Se você mora no final do bairro, por exemplo, você tem linhas que passam nos arredores do bairro, mas não supre totalmente a carência”, questão reforçada na fala do morador Wilson. Segundo ele, os transportes alternativos já se revelam como indispensáveis.

As características presentes de uso recorrente de transportes alternativos na Rua Nova escancaram a inviabilidade da oferta dos equipamentos urbanos públicos que já são significativamente deficientes numa área central em locais mais afastados, reforçam acentuadamente como estão distribuídas as marcas da segregação e os arranjos de deterioração a partir do confinamento. Ou seja, quanto mais afastados do centro maiores são os agravantes dos padrões urbanos mórbidos. O interlocutor João Oliveira pontua o panorama das áreas mais afastadas.

E também tem a questão de ter o transporte alternativo. O transporte passa no bairro, quem não tem transporte hoje na Rua Nova para o centro não passa mal. Vai ter aquela dificuldade de transporte urbano, mas em relação à mobilidade não. É melhor

que muitos bairros por aí, tem transporte o tempo todo para qualquer lugar, tá perto da rodoviária.

Um fator adicional inserido nesse modelo de política territorial da precariedade se refere à acessibilidade urbana da Rua Nova onde são acentuados os descasos com as populações incluídas nos grupos vulneráveis de autonomia limitada de locomoção, especialmente os idosos e pessoas portadoras de deficiências, conforme retrata o morador Wilson. Estes têm seus deslocamentos dificultados não somente pela limitação de ofertas, mas pela inadequação das infraestruturas dos equipamentos, pelas enormes barreiras urbanísticas e arquiteturas que acionam um cenário de mobilidade extremamente inviável e arriscado, sobretudo pelo não cumprimento de regulações de políticas específicas das gestões urbanas.

A mobilidade aqui, quando penso em mobilidade penso mais na população idosa, na população que tem algum tipo de deficiência física que também é muito grande no bairro. Então assim, a gente só tem uma linha que passa aqui, deveria ter linhas alternativas ou a própria prefeitura disponibilizar carros, aumentasse o serviço pra essa galera que tem algum tipo de deficiência física, levasse pra seu trabalho, numa necessidade de fazer um exame, enfim.

Essa localização central de áreas periféricas vem sendo revestidas nos lucros imobiliários e revitalizadas para as demandas da especulação apropriadas nas cidades, sobretudo viabilizadas pelo poder público que faz enormes concessões de custos tributários, quando não organizam processos de remoção forçada. Para Mendes (2013, p. 22) o setor imobiliário é o responsável por definir os preços do solo e de imóveis, ponderando também sobre quem poderá habitá-los dentro do jogo da especulação. Exemplo disso reflete a chegada do condomínio Central Park ao bairro cujo contorno denota as contradições sociais e econômicas evidentes nas diferenças de grupos, que embora dentro do compartilhamento de um mesmo espaço, exercem forças políticas distintas para acúmulo de benefícios urbanos.

Dentro da Rua Nova o condomínio contrasta o bairro tornando visível econômica, social e politicamente a dualidade que os espaços urbanos adquirem a partir de quem deles ocupam. Um traço marcante de áreas ou polos planejados é a maneira como estes trazem consigo uma série de garantias legais e urbanísticas instituídas ainda na sua inauguração, na qual é a mobilidade que define também a valorização desses lotes e área construída. “O Central Park é especificamente dividir a fronteira da Rua Nova”, diz o morador Maxiamiano apontando como a chegada do condomínio construiu uma barreira, uma espécie de sub-bairro marcando a elitização de uma área do bairro.

Foi por conta da construção do Central Park inclusive que recentemente a Rua Nova recebe a oferta da linha de ônibus Central Park/Rua Nova, que além de demarcar a importância do condomínio, descreve os meandros pelos quais os promotores de estoques imobiliários asseguram o sucesso de seus empreendimentos urbanos privados apoiados pelos órgãos públicos, ambos organizados em função de uma cidade que atenda as necessidades dos grupos empresariais como braço de uma supremacia governamental. Conclusões presentes na fala do interlocutor João que percebe a chegada da linha local como fruto desses processos de hierarquização.

Tem ônibus! Só não tem o nome Rua Nova. É o Central Park/Rua Nova. (...) Antes tinha né. Mas aí tiraram e botaram para o feira 9, aí tinha que descer no ponto dali e vim para cá, aí reivindicaram por conta do Central Park e ele voltou a passar mas, foi por conta justamente do surgimento do condomínio.

Para Cerqueira (2018) a mobilidade consagra-se como uma norma de integração social que formata o acesso ao espaço e aos serviços urbanos, sendo ela quem promove uma dependência de certas categorias da população do sistema de transporte público e diminuição das amenidades no espaço urbano. Na Rua Nova ela aparece delineando, e inclusive amenizando, maiores danos e incidências de desigualdades, como por exemplo, o fato dos sistemas de deslocamentos não ser um empecilho adicional para inclusão do bairro nos circuitos do comércio informal urbano de maneira direta.

Ou seja, está à beira das dependências do centro comercial trouxe inserção primária grupal em fontes alternativas de sobrevivência como resposta da pobreza urbana. Estas são as oportunidades mais próximas abertas a comunidades em contexto racial apartado numa espacialidade central, tendo em vista que o bairro nunca recebeu incentivo direto de oferta de trabalho formal, do contrário o poder público ao longo do tempo se encarrega de aprimorar rupturas que acentuem as fronteiras geográficas da segregação. O morador Wilson delinea o conjunto desses fatores.

A Rua Nova já teve uma linha de transporte na década de 80, mas o empresariado por ser um bairro pobre acabou retirando e também acabou percebendo essa proximidade do centro da galera. Porque boa parte da população vende sua mão de obra no centro de abastecimento, onde se locomove de alguma forma no terminal central, mas eu acho que é negligência do poder público. (...) Por isso que o acesso ao transporte público só veio depois que foi construído o condomínio dentro do bairro.

Conforme Amélia, por exemplo, há um reforço de fatores que evidenciam as enormes disputas injetadas no gerenciamento da vida urbana dentro do recurso de mobilidade. As questões de mobilidade da Rua Nova redefinem no âmbito da cidade de Feira de Santana a noção de centralidade, mas não desmonta a ideia dos processos de hierarquização do espaço. Os “horários de pico” tornam mais claros esses contornos, sobretudo pelas exigências de adaptação dos deslocamentos diários em função da má oferta de transporte que os usuários acessam nas ocasiões mais comprometidas de pontualidade, especialmente das demandas de trabalho.

Por exemplo, o horário de pico que é horário que o pessoal desce pra o trabalho, de 07:00hrs as 07:30hrs, se você precisar pegar um desses transportes pra você ir pra o médico você tem que se organizar pra ir antes ou depois, porque de sete da manhã que é horário de trabalho os ônibus só passa lotado. Então agente se desloca logo pra outro meio de transporte, outra linha no caso.

Estes fatores além de monopolizar o centro da cidade como autossuficiente para demandas urbanas, ao mesmo tempo regulam estes espaços como estoque econômico e reprodutivo da cidade. Em razão disso bairros potencialmente geradores de uma dinâmica econômica intracomunitária permanecem subdesenvolvidos como estoque racial de reserva. Isto resulta num leque de insumo para as contradições urbanas e contingência da precariedade de vida onde os agrupamentos por ela afetados, são ao mesmo tempo inegavelmente as molas propulsoras de transformações sociais (KOWARICK, 2017).

### **3.8 Panorama das Dinâmicas de Lazer no Bairro Negro Rua Nova**

Na calçada de casa estavam os amigos e moradores Paulo Bispo e Renato Oliveira, curtindo o ritmo das bandas de pagode (música percussiva baiana) numa caixa de som portátil quando me encaminhei para trocar diálogos sobre o bairro. Era um dia de feriado e, por isso mesmo, foi possível dedicarem um tempo de atenção que possibilitasse a conversa. Concomitante aquela reunião de amigos, ocorriam outros visíveis encontros de entretenimento pelas ruas, onde ali, experimentavam e construía as formas de lazer próprio das cartografias negras da diáspora brasileira correlacionados ao ambiente de exclusão racial.

A partir das fissuras que se apresentam pelas insuficiências urbanas, no caso do lazer, muitas das dinâmicas sociais recreativas dos territórios periféricos se desenham de modo extremamente independente e artesanal. Dessa forma, a formulação deste tópico é também um

desafio, na medida em que configura um contraponto aos elementos que partem do vácuo de equipamentos estruturais nos espaços de uso coletivo do bairro. Como nos informa Amélia Cruz a esse respeito, o bairro negro Rua Nova incorpora em seu cotidiano cultural formas que devido à falta de lazer proporcionado repercutem em arranjos alternativos que possam organizar o ócio, os horários livres, bem como o preenchimento de muitas das brechas das esferas recreativas dos moradores.

Por exemplo, qual é o lazer da periferia? Fazer churrasco e tomar cerveja dia se domingo, entendeu? E no sábado tomar uma, sentar no bar para tomar cerveja ou antigamente ir para o Brasileirão. Então assim, a gente não tem essa ideia do lazer na periferia, a gente tá muito focado na ideia do imediatismo, eu preciso beber porque eu trabalho me canso, e beber é uma forma de eu descansar esse cansaço, então a gente não tem. Aí quando chega o shopping é que a gente vai buscar outra ideia de uma possibilidade de lazer, que essa saída do bairro. Então já é um fator externo.

Na fala desta moradora encontram-se impressas algumas das dinâmicas territoriais que expressam as marcas da segregação de acesso aos bens culturais, ademais, não raras vezes onde o lazer se localiza criminalizado e marginalizado pelas esferas de poder, visíveis nos modos como os grupos raciais socialmente vulneráveis são aprisionados a uma política de uso e ocupação da cidade, sobretudo restrita aos próprios limites da comunidade. Através dos ambientes do bar e da porta de casa, como instâncias de uso culturais são espacialmente consolidados os territórios de lazer, muitas vezes, como únicos espaços públicos possíveis ao entretenimento. Desse modo, a majoritária presença desses espaços nas periferias assume significados e identidades inseparáveis à vida cotidiana da favela.

Historicamente e contemporaneamente, segundo Vargas (2013) a distância social e simbólica entre as comunidades de favelas são cuidadosamente mantidas. Essa distância apesar da proximidade define muitas das contestações sociais em torno do espaço urbano e dos recursos. De falta de praças esportivas e até mesmo do asfalto nas ruas, de estruturas mal preservadas que impendem a continuidade do uso coletivo dos equipamentos, da ausência de incentivos e fomentos culturais, ou mesmo pela presença de espaços de lazer esvaziados de significados e pouco atrativos, a vida recreativa do bairro negro Rua Nova ocorre driblando as margens da subalternidade.

É consenso entre os membros da comunidade a destilação do descaso enquanto um padrão vigente no interior das dinâmicas de urbanização do bairro, como sinaliza o interlocutor Paulo Bispo. Seu relato reitera o que disse a moradora anteriormente, pois

reafirmam as formas efetivas de espacializar o ambiente urbano das periferias por um amplo projeto de desvalorização e retirada dessas áreas nas investidas do poder público.

O que tem na Rua Nova lugar de lazer? Aqui não tem não, só trabalho mesmo. Na Rua Nova quando não o é trabalho é a cachaça na porta de casa. Praticamente a gente que cria o nosso lazer, né. O lazer não tem. Qual lazer que a gente tem em Feira de Santana? Nem é no bairro Rua Nova. É tudo parado né.

As relações estabelecidas na dinâmica do bairro no setor do lazer são reflexos do universo da espoliação urbana experimentada pelos moradores em todas as esferas da reprodução da vida local. Desse modo, a omissão estatal é parte crucial dos processos de ampliação de socialização precária e genocida. Também por isso, as formas singulares de preencher as lacunas desse campo refletem a própria mediação do bairro com a cidade e as estruturas de poder, especialmente da administração municipal que fragmenta a vida urbana das favelas ao burlar as possibilidades integrais de uso dos bens e serviços coletivos, conforme denuncia nossa interlocutora Rufina Gomes.

Nós estamos com esse problema de lazer, porque aqui os meninos não têm lugar nem pra jogar bola. Aqui só tem um campo ali atrás no beira Riacho, só que lá a infraestrutura tá bem precária. Além disso, já fecharam um lado com promessa de que vai reformar. O parquinho não existe mais, todo quebrado!

No interior do tratamento socioespacial residem os conflitos entre o morador favelado e o poder público que sucateia de modo sistemático a formalidade de projetos orientados a desagregar a instância do lazer e da cultura como recurso essencial de reprodução da vida. Na fala da moradora Amélia Cruz são apontadas as aniquilações materiais e simbólicas no conjunto do bairro segregado do domínio de exercício ao direito à cidade, uma vez bloqueada dos conteúdos que acomodam a circulação das ações do universo cultural da legislação urbanística, onde são inscritas as condições estruturais de existência negra urbana na comunidade do bairro Rua Nova.

Aqui não tem um lugar que a gente diga, poxa, hoje a gente vai ali à associação porque vai ter exibição de filme. A gente vai sentar na praça ali porque hoje vai ter uma apresentação cultural, uma apresentação musical. Não temos. A gente não tem porque a gente não consegue articular isso. O que tem na Rua Nova são festas esporádicas que são os tradicionais arrastões, ou a gente vai ter, por exemplo, um evento que vai levar um Festival de Sorvete, um cachorro, mas, você dizer que pode chegar um domingo pegar a criança e ir para praça ali sentar, não. Pode ser prática de quem mora ali no entorno da praça. Porque o que é a praça? Não tem nada, você tá entendendo? Na praça não tem nada, a não ser sua exposição ali. A não ser o fato de ter um banco, um protótipo de um parquinho e acabou.

Referente à estrutura do bairro, o interlocutor João Oliveira, não deixa de observar como percebe objetivamente a participação do poder público entre os diferentes grupos que ocupam os espaços da cidade. Em sua fala reverbera, além disso, a predominância do capital imobiliário construindo a cidade mediando os equipamentos públicos que hierarquizam e excluem territorialidades como as do bairro negro Rua Nova. Através da retenção de recursos para fins especulativos concorrem à valorização e hegemonia estrutural das áreas geográficas de maioria branca. Conforme demarca o morador, “o bairro Sim (bairro de classe média), tem pavimentação excelente, iluminação, tudo de primeiro mundo. Claro que lá tem uma parceria público/privado no meio, mas, poderia ser um padrão, né! Vim pra cá também”.

Kowarick (1989) argumenta que a favela é um microcosmo onde se espalha um conjunto de situações socioeconômicas e culturais que caracterizam os moradores empobrecidos da cidade, instaladas nas suas condições de vulnerabilidade. No que tange a demanda cultural, a precariedade das formas de lazer é um dos grandes problemas encontrados nas periferias das cidades, especialmente dos bairros negros de baixa renda, na qual o setor é incorporado de modo extremamente inviabilizado, como justificativa recorrente nas esferas do poder público local amparadas nos mecanismos de escassez de recurso, onde ocorre uma forte segmentação racial da política de distribuição urbana da cidade. O relato abaixo do morador Germínio reforça como a demanda do lazer configura, portanto, um quadro central do desenho da segregação racial dos territórios negros.

O que entristece é que por ser um bairro de periferia, acho que vem orçamento para reformar geral, então assim, tem os materiais que vem de primeira qualidade, segunda e terceira. Então eu acho que por sermos da periferia vêm os piores materiais, até pra essa questão de reforma acabam jogando o pior pra gente. Então por exemplo, não gosto de citar, mas, por exemplo, a Praça da Kalilândia (*bairro nobre de Feira de Santana*) a reforma da praça é lindíssima. O mesmo período que reformou lá reformou aqui. Isso tem uns cinco anos. Eu observo que o nosso material não é de boa qualidade assim. Até o asfalto aqui sempre colocam as sobras. Aí eu digo, deixaram as migalhas pra gente mais uma vez.

Importante destacar, o quanto a consolidação de núcleos demograficamente desprovidos de benfeitorias estimulados pela segregação da vida urbana impulsiona não somente a acumulação capitalista, mas produz uma concepção de ordem fundamental para garantir controle social pela vistoria da vida privada dos indivíduos, “o mundo da desordem, potencialmente delinquente”, ou seja, assegura legitimar a produção dos lugares que fomentam a degenerescência, a criminalidade bem como “construir o diagnóstico para

periculosidade” (KOWARICK, 2009 p. 54-55). De modo bastante expressivo, as favelas interagem com fatores derivados das formas espaciais dos conflitos de confinamento, isolamento urbano, além disso, da concatenação catastrófica da limitação de renda e violência, observa a seguir a moradora Amélia.

Então na periferia a gente não tem, nosso entretenimento é o Botequim para quem bebe para quem. Também porque essa via capitalista a gente cria uma necessidade de viver só para comer e às vezes o trabalhar significa só pagar contas, mas, o prazer abstrato que às vezes é o que leva mais dinheiro nosso, ele é caro. Se a gente for comparar, por exemplo, eu vou ali quero comprar um livro, o livro custa 40 reais, poxa, com esse dinheiro eu posso fazer uma lasanha domingo. Eu vou preferir comer a lasanha a comprar o livro, entendeu. Então tipo assim, poxa, vai custar caro.

Um dado que precisa ser ressaltado é a participação do estado no território da Rua Nova através de uma edificada militarização nas mediações das atividades de lazer do bairro, sobretudo a partir do incremento da Base Comunitária de Segurança. Rufina Gomes menciona algumas tarefas que demonstram como esta relação vem se realizando no bairro, segundo a entrevistada “eles dão aula de redação, fotografia, lá na base, não é só o ostensivo. Dia das crianças eles fazem alguma atividade pra amenizar”.

As políticas de gestão populacional e territorial advindas do interior dessas estruturas institucionais conformam um dos muitos instrumentos da necropolítica especializada. Mesmo que, embora sejam relatadas atividades de participação do corpo de segurança, cumprindo algum repertório elucidativo, de modo objetivo, concordamos quando Alves (2011) defende que práticas institucionais dessas instâncias, via de regra, ocorrem de maneira “difusa e dissimulada”. Na fala dos demais entrevistados, a exemplo do interlocutor Germínio, fica perceptível como este aparelhamento de segurança pública está delegado a assumir parte considerável das diretrizes de organização do espaço urbano local, burocrática e legalmente, como forma de adquirir maior controle social das dinâmicas do bairro.

A gente promove atividades com nossos recursos pra ver acontecer. O estado contribui com a segurança, organizamos uma atividade eles mandam um reforço policial, a segurança do evento. Agora em relação estrutura não. E agora eles estão gerando um DARF (Documentação de Arrecadação de Receitas Federais) pra fazer a segurança.

A comunidade atualmente confia na chegada de melhorias socioespaciais e investimentos de lazer a partir da mobilização de recursos federais que a base de segurança tem acesso, curiosamente, depositam efetivamente maior confiança nestas verbas que

propriamente geridas pelo poder público municipal local, talvez isto ressoe no quanto a base está aprimorando e estreitando a relação de confiança com a comunidade. Segundo os entrevistados existe um plano de ação do conselho do bairro elaborado sob o intento da população, entretanto sobressai no contexto das demandas de urgência a mobilização local comprometida com o melhoramento dos espaços de lazer a partir de recursos próprios da comunidade. O interlocutor Maximiano informa o conjunto de ações elaboradas ao longo do percurso da experiência urbana do bairro.

Nós fazemos tudo pelo próprio bolso, com a ajuda da comunidade. Tínhamos o grupo Pomba de Malê, tínhamos um grupo Vênus de percussão, um curso preparatório, nós tínhamos capacitação de informática, orquestra sinfônica, aí parou tudo porque não tinha recurso para dá continuidade.

Não diferente de outros setores de reprodução social urbana, emergem da comunidade formas de organizações autônomas no esforço de realizar a vida cultural do bairro já como uma tradição consolidada. Especialmente, retirando o bairro da esfera vazia na qual se empenha a prática genocida da administração pública. O interlocutor Maximiano aponta algumas das ações elaboradas no planejamento da comunidade: “nós vamos tentar fazer um espaço de lazer para as crianças com nosso próprio dinheiro. O bairro tem proposta de melhorar as praças e construir uma quadra poliesportiva”, demarca o morador.

De práxis como ressonância de um sistemático “regime racializado da cidadania” (ALVES, 2011) condicionado pela precariedade do local em termos de equipamentos e infraestrutura, emergem formas de subverter os acarretamentos da segregação. Isto amplia o entendimento das inúmeras e legítimas maneiras pelas quais a comunidade reivindica seu protagonismo na tarefa da sobrevivência, tais como aponta a fala de Germínio Oliveira, “porque o povo aqui sempre foi um povo guerreiro, batalhador, então assim, a mudança começou de nós. Não foi governante nem nada não. O povo aqui que buscou sua melhora”, diz o morador.

Para João Vargas, estas são atitudes tradicionalmente preservadas no interior das favelas que não abrem mão de recuperar “formas autônomas e demandar cidadania plena”. Em última instância, tais posturas visam constituir a autodefinição, algo crucial para qualquer movimento de resistência e transformação, por meio da qual o efeito é capaz ainda de ampliar nas comunidades negras a agência política, retirando-as do lugar de “meras espectadoras passivas dos processos políticos e históricos que as atingem”, defende o autor (VARGAS, 2005, p.94).

Ou seja, a autodefinição pode ser observada como este modo de gerir recursos e estratégias de sobrevivências como formas de administrar e organizar a territorialidade negra pautada na resolução dos conflitos e deficiências locais onde a disputa por recursos seja coletiva para a comunidade. Pelo espelhamento do que foi relatado nas demandas de lazer do bairro, a solidariedade, irmandade e política aparecem reiteradamente como facetas indissociáveis no direcionamento da produção do espaço urbano quando estes são social e racialmente segregados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades negras periféricas incluídas no epicentro de localizações insuficientes de proteção social estão eleitas de modo prioritário como lugares potenciais de alastramento de vulnerabilidades. Sabemos onde, precedentes a qualquer vírus, para não nos esquecermos do recente drama Covid-19 que agora se acrescenta às morbidades abrigadas no interior das geografias negras, o confinamento social, as notificações dos maiores índices de população hipertensa, diabética, ou ainda portadora de problemas respiratórios devido as péssimas instalações de infraestrutura urbana de moradia já são conteúdos intrínsecos na ordem do dia como parte da sentença nas quais vigora a fronteira dos racismos institucionalizados e do genocídio.

No seio dessa pesquisa, partimos do entendimento de que quando falamos de genocídio estamos nos reportando a mecanismos que impedem a organização da vida da comunidade negra, principalmente por meio da negação de bases materiais capazes de comprometer a integridade coletiva desse grupo. Entendemos estes apagamentos sistemáticos como formas diretas de destituir as potencialidades da existência negra com expropriações que permeiam os padrões de poder do mundo capitalista, nos quais são distribuídas formas de violências a grupos subalternizados, se estendendo, sobretudo aos indígenas, quilombolas, e no foco deste trabalho, aos agrupamentos urbanos negros, a saber, becos, favelas e comunidades periféricas.

O percurso da Rua Nova mostrou-se emblemático e catalográfico das inscrições negras no espaço da cidade de Feira de Santana. Terra de muitos Lucas da Feira tombada pelas arestas de poder da supremacia branca do Sertão baiano. Verificamos que onde hoje existe um bairro negro reside importantes elementos de seletividade sociorraciais territoriais ancorada na extensão de estruturas de definição colonial. Não por acaso a “senzala da cidade” compõe atualmente um polo de concentração negra, as quais se avizinham às condições de vida da Rua Nova.

Fundamentalmente alicerçadas sob os princípios de segregação, marginalização e estigmatização, as comunidades negras carregam os impactos diretos dos padrões de governança mórbidos como expressão direta daqueles que delegam a população negra e aos grupos subalternos o direito de pertencer à cidade apenas de modo subjugado. Ficou demonstrado que a dimensão espacial é uma categoria de análise teórica e empírica que contribui significativamente para revelar as profundas assimetrias raciais no âmbito das cidades e mais especificamente na proposta dessa investigação da cidade de Feira de Santana.

Compreendemos que a experiência do bairro foi como tantas outras espalhadas pelo território nacional, inaugurada pelo princípio da sobrevivência. De antemão extremamente marcado por sua essência racial, a análise da Rua Nova pode ser capaz de elucidar muitos dos modos pelos quais a cidade obedece as demandas dos grupos privilegiados, promovendo uma configuração exterminada e hierarquizada dos sistemas vitais urbanos.

A Rua Nova, alicerçada dentro do processo de exclusão, esteve na mira da espoliação institucional das intervenções urbanísticas, sobretudo visto a ausência de um projeto de modernização e urbanização também para as áreas suburbanas. Na realidade, o que se consolidou no conjunto do desenvolvimento urbano da cidade foi a instituição de esquemas que reafirmavam a materialização de “lugares geográficos” consolidados pela diferença social e racial negra no âmbito da cidade. Dessa forma, a qualidade do território nos seus aspectos materiais emaranhou um repertório subterrâneo de imagens edificadas no âmbito da segregação.

O negro, esse corpo multifacetado tal qual defende Mbembe (2017), no bairro Rua Nova esteve atravessado pelos agenciamentos caricatos dos estereótipos capazes de reduzir o bairro a um traço sub-humano de demonização. Como narra o autor, a violência colonial subjetivada é sempre capaz de infectar a linguagem e produzir para os sobreviventes dessa guerra, mutismo, alucinações obsessoras e traumas. Estigmatizados como pertencentes à famosa Rua Nova dos diabos, os moradores foram largamente expropriados da sua qualidade moral, enclausurando formas de violências ainda vigentes nas dinâmicas socioespaciais de controle da cidade.

A cidade de Feira de Santana fincada sob a égide das necropolíticas do estado reproduz o urbano a partir de danos coletivos direcionados exclusivamente para as geografias negras, apreendendo, promovendo ou tolerando diversas formas de extermínios. Percebemos inclusive a repercussão diversificada entre as diferentes escalas do ciclo etário da comunidade. A propósito, entre os pontos que merecem ser tratados posteriormente e nos deixa questões interessantes para investigações futuras, são as variações de envelhecimento entre os grupos do bairro.

Com apenas 9,2% de população idosa estaria eventualmente o bairro negro Rua Nova caminhando no sentido contrário a tendência crescente de envelhecimento do país e do próprio estado baiano? Como ressaltamos inicialmente não pretendíamos alcançar todos os pontos revelados no processo da pesquisa, porém, tendo em vista a defesa da existência de um projeto de genocídio para o povo negro em curso na sociedade brasileira, registramos a importância de uma minuciosa averiguação se estes eventos se relacionam ao fato de que

pessoas negras podem não estarem alcançando a terceira idade e ainda se este é um padrão que se desenha entre os bairros negros.

Certamente, o próximo levantamento demográfico a ser realizado pelo Censo/IBGE fornecerá dados mais precisos sobre estas hipóteses. Dentro dos limites da própria pesquisa o perfil acessado no bairro abre margens que sugerem diferentes barreiras socioeconômicas entre os idosos brancos que podem, possivelmente, estarem acessando melhores condições básicas de vida, especialmente considerando o padrão nacional que vem se consolidando no país onde a população branca tem expectativa de vida gritantemente maior. O que significa grande ameaça de futuramente termos na Rua Nova um bairro consideravelmente ausente de idosos, implicando no comprometimento do ciclo vital e na reconfiguração dos arranjos familiares. Ademais, sem falarmos na perda de referência que os mais velhos têm para as comunidades.

Um dos fatores que tangenciam este dado se refere à forma como a gestão da morte permeia a experiência do bairro. Seja pela ausência de recursos vitais de proteção a saúde, seja pelos altos índices de violência aos quais são regulados no bairro. A morte aparece muito próxima dos eventos do cotidiano dos moradores a partir da reprodução de sistemas que não priorizam de nenhum modo a vida. A Rua Nova comprova que a capacidade de viver entre os grupos é extremamente assimétrica. A morte permanece confluída, sobretudo, entre aqueles posicionados preferencialmente dentro do sistema neoliberal como reduzidos do valor de humanidade, privilegiando uma “multiplicidade de processos genocidas” como forma de regulação desses corpos.

A restrição de pessoas negras em amplas possibilidades de inserção na estrutura produtiva marcou racialmente a estrutura do mercado de trabalho do bairro predominantemente informal. Desse modo, temos a questão da desvalorização salarial dentro de um modelo de reprodução do capital de base racial onde as pessoas negras respondem pelos menores índices de escolaridade e piores ocupações para reprodução social. Isto é, imersa em mecanismos capazes de frear a população negra dos âmbitos fortificados de renda como formas de fragilizar suas defesas pessoais e organização grupal. O problema racial desta forma se apresenta como um procedimento social, político, econômico dentro das dinâmicas urbanas circunstanciadas da vida negra.

No que tange a educação, os membros da comunidade da Rua Nova apresentam justificativas concretas para evasão de parte do seu contingente das estruturas de ensino. Ademais, sucatear a educação ou oferta-la de modo enviesado é mais um recurso do poder hegemônico que reconhece nessa oportunidade muitas das saídas do perecimento no qual o

racismo opera entre os grupos negros. Como aponta bell hooks (2017), o prejuízo de sermos muitas vezes educados por pessoas comprometidas com a manutenção dos sistemas de dominação – o racismo, sexismo e imperialismo –, é que elas promovem uma ideia perversa de liberdade. Ensinam-nos a crer que a dominação é “natural”, que os fortes e poderosos têm direito de governar os fracos e impotentes.

Defendemos que solidificar uma ampla base epistemológica negra capaz de empreender e redistribuir a desigualdade da produção de conhecimento é o empenho a ser percorrido, mas, além disso, partir para o entendimento de que em uma sociedade racializada é preciso ter como horizonte a necessidade de construção de escolas pretas autogeridas e referenciadas que nos desvincule do cenário de total dependência das políticas genocidas do Estado de pedagogia engajada em aniquilar as formas emancipatórias de conhecimento.

Observamos que a saída para essas mazelas deve ocorrer por dentro do próprio bairro a partir de ações concretas comunitárias como a do morador Wilson, que vem acionando um repertório pedagógico antirracista através, por exemplo, de aulas de capoeira, elaborando perspectivas e vínculos sociais de ensino que reforcem o poder da população negra e minimizem muitos dos efeitos das ideologias de dominação nas quais crianças negras são envolvidas em aprendizados distorcidos já nas séries iniciais.

No que diz respeito à mobilidade observamos que na realidade a Rua Nova não tem autonomia em sua mobilidade porque o serviço é bem ofertado, mas pelos evidentes vínculos estratégicos com o centro subsidiados por uma escala de deslocamento mais ampla e integrada entre as proximidades destes dois espaços: local de moradia e Terminal Central. Há desse modo uma questão contextual que diferencia de maneira sucinta a regulação da vida urbana na Rua Nova, mas que não deixam de compor instrumentos de dominação, subordinação, controle e ordenamento territorial das gestões públicas locais frente às áreas guetificadas. A localização central do bairro confirma que uma posicionalidade marcadamente atrativa, por seus usos articulados, muitas vezes ampliam os elos da segregação sociorracial, especialmente em função da disputa especulativa.

Sobre as relações de gênero apresentadas no bairro demarcamos aqui o protagonismo das mulheres negras da Rua Nova. Esse bairro majoritariamente feminino, mas não somente, um bairro alicerçado sobre o gerenciamento de mulheres negras. Do protagonismo de Dona Pomba às Amélias, Rufinas, Porfírias e Josinas, o bairro negro Rua Nova tem sido administrado nas suas escalas internas pela força dessas mulheres impressas na comunidade que reconhecem o impacto das desigualdades e de gênero, mas que não abrem mão de viabilizar os recursos matérias de sobrevivência das suas famílias.

O bairro nos oferta de algum modo como é efetivo o ativismo de mulheres negras no combate à segregação forçada e a desigualdade material sistêmica e estrutural e sem dúvidas o papel crucial que ocupam no processo de libertação das opressões que atingem a população negra. Embora o ocidente tenha reduzido o papel da mulher na esfera doméstica e ao lugar do espaço privado, na contramão as mulheres da Rua têm ocupado a vida pública, o alicerce financeiro da comunidade, a partir de redobradas formas de opressões, mas que ao mesmo tempo revelam a capacidade de organização que elas carregam no seio dos bairros ordenados econômica e racialmente. Ao direcionarem esses gerenciamentos, apontamos que as mulheres têm realizado política pública urbana dentro das suas comunidades.

Sem nos esquecermos do que isso revela sobre os homens negros inseridos nesse contexto de vida marginalizada, quando não, criminalizada das periferias e os impactos nocivos derivados desses desequilíbrios de gênero. Sobretudo, porque do outro lado da ponta, os homens do bairro se apresentam como aqueles que acionam reduzidamente o ambiente médico, os que compõem os maiores índices de evasão nas escolas e estão inseridos numa série de ciclos disfuncionais para a própria saúde, derivados dos modos peculiares onde muitos deles foram empurrados a construir suas referências de gênero.

Apesar disso, entre os nossos entrevistados, os homens da Rua Nova também participam das dinâmicas coletivas da comunidade não se mostrando alheios aos problemas enfrentados nas adversidades do bairro. Seu Maximiano, por exemplo, não abre mão de participar das reuniões do conselho comunitário que se acontece periodicamente em busca de resolver as demandas do bairro. Bem como o morador Germínio, quando promove aulas de música e toma a frente da realização de muitas das atividades culturais realizadas na localidade, demonstrando que existe sim um agenciamento de masculinidade negra compromissada, ativa e potente no bairro.

Estudos sobre masculinidades negras na Diáspora, especialmente Pinho (2013) interroga as desigualdades raciais no que tange as interfaces de gênero no Brasil, defendendo como as inflexões de masculinidade negra informam as tensões raciais. Faustino; Ribeiro (2017) defende, por exemplo, como a vida dos homens negros é marcada por uma aparição colonial, parcial, disforme e incompleta nas articulações sobre gênero, sexualidade e nacionalidade. Tais autores subsidiam argumentos para pensarmos como o homem negro vive então inserido em dramas onde o racismo apresenta a negação substancial desses sujeitos. Dessa forma, mesmo observada a predominância patriarcal das relações capitalistas, os homens negros permanecem atravessados de modo subalterno na experiência racial vivida.

Estes fatores configuram alguns dos aspectos que podem contribuir consideravelmente para desvincular de modo mais ativo os homens na participação da vida sociopolítica do bairro, uma vez que ampliam as formas de extermínios para além dos degradantes índices de homicídios fruto das violências urbanas nas quais seus corpos protagonizam o endereço preferencial entre as vítimas. Isto aponta especialmente para a necessidade dos homens negros serem incluídos de maneira mais consistente enquanto sujeitos de gênero, sobretudo dentro de mudanças de perspectivas que não os encarem como mais privilegiados dentro de um contexto de genocídio negro.

Inegavelmente, apenas a auto-organização demonstrada tanto pelos homens quanto pelas mulheres do bairro e a centralidade na vida comunitária explica como a Rua Nova vem garantindo a continuidade coletiva dentro de índices de rendas tão abissais. Especialmente como os desafios frutos das políticas urbanas eletivas têm sido enfrentados resguardando os membros do bairro. Neste ponto, a articulação do combate as violências do Estado encontram diálogo com a insurgência principalmente impulsionando formas simbólicas de existência. Embora a precariedade esteja abrigada no interior do espaço da Rua Nova, isto ressoa numa territorialização de contenção e autopreservação dos sistemáticos ataques dos padrões de governança mórbidos que não ocorreria sem a notável consciência da força da experiência coletiva.

Quer dizer, os indivíduos estabelecem laços entre si, tendo o território como contexto ou horizonte. O que acaba por tencionar a violência também e inevitavelmente, como lugar ondes os indivíduos se reinventam. Nesse contexto, a experiência subjetiva, a desposseção, e as demais vulnerabilidades incidem na postura que a comunidade negra da Rua Nova adota para encarar a violência do Estado executando, sobretudo, agência e autonomia. Podemos verificar que na centralidade da violência são combinadas ações que edificam uma força estrutural capaz de realizar metamorfoses.

Fazendo uso dessa agência os moradores elaboraram suas escolhas e estratégias que os permitem recomeçar, improvisar e experimentar o poder no microespaço. Se por um lado o estado intervém e regula rentabilidade desses corpos e do próprio território no qual residem, estes sujeitos se apegam a reciprocidade, solidariedade, como modos de atribuir valor a si próprio e as suas relações. Aqui o racismo e capitalismo se cruzam numa economia simbólica na qual o valor monetário se vincula ao sujeito nas escalas da vida prática e na financeirização cotidiana. Elaborando sabiamente uma produção de capital inclusive das formas de subjetividade.

Percebemos no fechamento dessa investigação que o racismo é um código, uma etiqueta do exercício da necropolítica. Esta última é o anseio político de destruir, dominar, regular tendo a morte como uma grande mobilizadora. A necropolítica cheira a sangue e no bairro negro Rua Nova ela tem ceifado muitas vidas a partir da violência urbana na escolha trágica e inegociável de corpos negros, sobretudo, jovem e masculina. Afinal, é preciso impossibilitar a reprodução daqueles que a despeito das inúmeras políticas de morte e reiterados processos de higienizações promovidas pelo estado deveriam ter desaparecido da nação ainda no século passado.

O bairro participa de modo efetivo desse arranjo onde no seu interior são visíveis os desenhos das políticas raciais institucionais do Estado. Defendemos a partir dos dados subsidiados sobre o bairro relacionados a parâmetros de análise estatísticos mais amplos acessados que a configuração do contexto de genocídio negro é, além disso, geopolítica, onde o Nordeste e mais precisamente o estado da Bahia está lançando a uma maior condição de aniquilação dentro do regime espacial urbano-industrial.

A Rua Nova nos forneceu a pílula da cidade dos outros, do diferente, daquelas de paisagem inacabada e de arquitetura desordenada. Todavia, essas cidades são vivas, demarcam suas histórias, fazem barulho e, mesmo que a reprimam, contrariam os centros urbanos em seus modos de existências. Afinal, esta territorialidade “outra” é também constituinte da história sócio-política-espacial da cidade. As favelas comumente interpretadas pela ótica da ameaça não temem a luta que atravessam o cotidiano de suas vivências, casas e ruas. Mais que isso, nas cidades elas inauguram de muitos modos a materialização do efetivo confinamento racial das geografias urbanas.

A Rua Nova comprova a existência do genocídio para além das formas estrita criminais dos assassinatos em massa. No entanto, não é também um crime aniquilar a possibilidade de sobrevivência de um grupo? As diversas faces dessa cascata que brota do grande guarda-chuva que é o genocídio acomodam-se na materialidade da vida como recurso civilizacional no quais são violados princípios básicos de existência. A Rua Nova que só pôde se integrar à territorialidade feirense a partir do lugar definido pelo outro, confirma as negociações dominantes entre raça e territorialidade, contrárias à pessoa negra, contudo ainda assim o bairro resiste reorganizando formas de existir no urbano, subvertendo as táticas institucionais de criminalização e as formas inconfessadas de genocídio.

No livro *Olhos D'água*, Conceição Evaristo coloca a premissa, “a gente combinamos de não morrer”. Para isso, não lançemos mão da “dor-amor”, “coragem-desespero” e “cabeça-coração”, como formas objetivas de elaborar re-existências. A autora faz uso de diversas

palavras compostas e avessas para expressar que é na contramão entre um significado e outro àquilo que atribuímos sentido que o “viver-morrer” deixará de compor nosso dilema impreciso e prematuro.

Contagiar outras bocas de esperanças é o desafio para um cotidiano menos brutal. Afinal, é preciso o enfrentamento capaz de nos dar outro futuro. Ela não tem respostas de como estancar o sangramento que o racismo causa, tampouco embelezar poeticamente a miséria. Na obra, o enredo é deixar de contar nos dedos por quantos dias ainda somos capazes de permanecer vivos. Com os seus jovens personagens, nos diz ainda que enquanto povo em diáspora, talvez nos falte novamente acreditar no valor da vida. O apelo é que costuremos a vida a fio e ferro e combinemos de não morrer, pois como afirma a autora, “deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel”. A gente combinamos de não morrer! A gente combinaremos de não morrer!

## REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. 2011. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome. 213 pp.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, Jaime Amparo, "**A sombra da morte: violência policial em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador**". In: Brasil Análise & Dados. ISSN: 0103-8117 v.20, fasc.04, p.563 - 578, 2010.

\_\_\_\_\_. "**Necropolítica Racial: a produção espacial da morte em São Paulo**". In: Brasil Revista Da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. ISSN: 2177-2770, v.2 fasc.3 p.31 – 45, 2011.

BATISTA, Luís Eduardo. **Masculinidade, raça/cor e saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 10, núm. 1, janeiro-março, 2003, pp. 71-80. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Brasil.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS n.2048, de 5 de novembro de 2002**. Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Diário Oficial da União, Brasília, 12 nov. 2002. Seção 1, p. 32-54.

BRASIL, A; FARIAS, N.: **Percepção sobre a Política de Saúde da População Negra: perspectivas polifônicas**. In: Batista LE, Werneck J, Lopes F, organização. *Saúde da população negra* Brasília: ABNP; 2012. p. 182- 204. Coleção negras e negros: pesquisas e debates.

BENEDITO, Lúcia Vera. **Cor e território na cartografia das desigualdades urbanas**. (p. 96-126) In: Reinaldo José de Oliveira (org.). *A cidade e o negro no Brasil: Cidadania e Território*. 2ªed. São Paulo: Alameda, 2013. 268p.

BERTH, Joice. **Áreas brancas e áreas negras: o redline nas cidades brasileiras**. Carta Capital, 08 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/areas-brancas-e-areas-negras-o-redline-nas-cidades-brasileiras/>. Acesso em: 15 fevereiro 2020.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo a favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil 2012.

\_\_\_\_\_. **Entre a pessoa e o sujeito do conhecimento: algumas considerações sobre o movimento negro no contexto socioespacial**. In: Reinaldo José de Oliveira (org.). *A cidade e o negro no Brasil: Cidadania e Território*. 2ªed. São Paulo: Alameda, 2013. 268p.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp. 2000.

CARMICHAEL, Stokely. **Stokely Fala: do poder preto ao pan-africanismo**. São Paulo. Editora Diáspora Africana, 2017.

CARLOS, Ana Fani (Org.) **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. 191 p.

CHADAREVIAN, Pedro C. **Existe uma teoria econômica da discriminação?** Tese de Doutorado. Programa de Pos-Graduação em Economia Aplicada - FE/UFJF, 2009.

\_\_\_\_\_. **Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 31, n. 2, p. 283-304, 2011.

CHALHOUB, Sidney. 1996. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras.

CERQUEIRA, Eugênia Dória Viana. **As desigualdades de mobilidade nas periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte: um estudo das atividades de comércio, lazer e saúde**. Cad. Metrop., v. 20, n. 41, p. 35-51, 2018.

CONCEIÇÃO, Kessia S. Cruz. **O perfil socioeconômico da Rua Nova: um bairro negro Feirense**. Pesquisa de Monografia, Ciências Econômicas. UEFS - Feira de Santana, 2016, 73 p.

CUNHA, Estela M. Pinto. **Recorte étnico-racial: caminhos trilhados e novos desafios**. In: Batista LE, Werneck J, Lopes F, organização. *Saúde da população negra* Brasília: ABNP; 2012. p. 22-34.

DAVIS, Angela Y. **A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

\_\_\_\_\_. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2019.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes** (1º vol.). São Paulo: Globo, 2008.

\_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes** (2º vol.). São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, L. F. **O fenômeno parasitismo**. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, Rio de Janeiro, 7(4) 1973: p. 261-277.

GARCIA, Antônia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em capitais antigas: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. 324 p Tese Doutorado UFRJ, 2006.

\_\_\_\_\_. **Relações de gênero, raça, classe na cidade d'Oxum: educação e segregação espacial** (p. 129-144). In: Reinaldo José de Oliveira (org.). *A cidade e o negro no Brasil: Cidadania e Território*. 2ªed. São Paulo: Alameda, 2013. 268p.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

FLAUZINA, Ana L. Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de Brasília, DF, 2006.

\_\_\_\_\_. As fronteiras raciais do genocídio. **Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília**, v. 1, n. 1, p. 119-146, 1 jan. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/4-em-cada-10-jovens-negros-nao-terminaram-o-ensino-medio.shtml>> . Acesso em: março 2020.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Modernização industrial e desenvolvimento territorial na Bahia: uma leitura da Microrregião Geográfica de Feira de Santana**. In: **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperança. Espaços de Diálogos e Práticas. 2010.

\_\_\_\_\_. **Urbanização, industrialização e desigualdade socioespacial e territorial na Bahia: uma leitura sobre o município de Feira de Santana**. In: **XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG: Entre escalas, poderes, ações, Geografias**, 2012, Belo Horizonte.

G1 Globo. Maio 2018. **Branços são maioria em empregos de elite**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brancos-sao-maioria-em-empregos-de-elite-e-negros-ocupam-vagas-sem-qualificacao.ghtml>>. Acesso junho 2019.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Sociologia do orçamento familiar**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

GIORDANI, Ana Claudia Carvalho. **Geografia Escolar: neoliberalismo, necropolítica e as coisinhas do chão**. Revista Educação Geográfica em Foco, v. 3, p. 1-12, 2019.

GOES, F.; NASCIMENTO, E.: **Mulheres negras e brancas, as desigualdades no acesso e utilização de serviços de saúde no Estado da Bahia, PNAD – 2008**. In: Batista LE, Werneck J, Lopes F, organização. *Saúde da população negra* Brasília: ABNP; 2012. p. 274- 288. (Coleção negras e negros: pesquisas e debates/coordenação Tânia Mara Pedroso Müller

GUEDES JÚNIOR, Antônio Fernando Cordeiro. **Entre o tempo e o espaço: cidade e memória social**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, jul. 2011, p. 1-11.

GUSMÃO, N. M. M. (1999). **Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro**. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), 107 (jul.), 41-77.

HARAWY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo**. Cadernos Pagu (5): pp. 07-41. 1995.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HORA, Ana Paula Cruz Carvalho da. REGINALDO, Lucilene. **Em busca de novas histórias: fontes para o estudo da escravidão e das populações negras em Feira de Santana e região (1830-1888)**. In: XV Seminário de Iniciação Científica (SEMIC), Feira de Santana, 2011.

IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil, 1930-1970**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

\_\_\_\_\_. IANNI, Octavio; SILVA, Benedita da; SANTOS, Gevanilda Gomes; SANTOS, Luiz Alberto. **O negro e o socialismo**. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico**. Feira de Santana, 2010.

\_\_\_\_\_. **Agência IBGE notícias**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>>. Acesso em outubro /2019.

\_\_\_\_\_. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama>>. Acesso: janeiro 2020.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017/ IBGE**. - Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro, 2017. 147p.

\_\_\_\_\_. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro, n.4, 2019. IBGE: SBN 978-85-240-4513-4.

Instituto Humanitas Unisinos (IHU). Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588185-corte-orcamentario-anunciado-pelo-governo-pode-provocar-paralisia-e-morte-de-politicas-sociais-de-saude-e-de-educacao>>. Acesso: dezembro 2019.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Martins Fontes, São Paulo; 1ª edição, 2000.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 9. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1963. (Edição Popular).

\_\_\_\_\_. **Casa de alvenaria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1961.

JESUS, Maria Priscila dos Santos de. **Educação e relações raciais: Um olhar sobre a educação de jovens e adultos no bairro da Rua Nova na cidade de Feira de Santana**.

(Dissertação de Mestrado) – UNEB – Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação Urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978, 204p.

\_\_\_\_\_. **Escritos Urbanos**. São Paulo, Editora 34, 2000.

LIMA, Zélia de Jesus de. **Lucas Evangelista: O Lucas da Feira. Estudos sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana/1807-1849**. Dissertação de Mestrado. UFBA, Salvador, 1990.

LIMA, Marcelo Oliveira; SANTOS, Marcos; ROSSINI, Igor. **Lucas da Vila de Sant'Anna da Feira - resgate da memória de Feira de Santana**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 2011 – Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação.

LIMA, F; SENNA, M.: **Questão da violência na Atenção Primária à Saúde da População Negra**. In: Batista LE, Werneck J, Lopes F, organização. *Saúde da população negra* Brasília: ABNP; 2012. p. 160- 182. (Coleção negras e negros: pesquisas e debates/coordenação Tânia Mara Pedroso Müller.

LIMA, Eliany Dionizio. **A feira livre como elo entre campo e cidade: uma análise a partir de Feira de Santana, Bahia**. In: I Simpósio Baiano de Geografia Agrária e XI Semana de Geografia da UESB, Vitória da Conquista, 2013.

LIMA, Carlos Alberto Alves. **De luzes e becos: cartografias, itinerários e imagens do “Complexo Rua do Meio” (1940-1960)**. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana, UEFS, 2014.

LOPES JUNIOR, W. Martins; SANTOS, Regina C. Bega. **Novas centralidades na perspectiva da relação centro – periferia**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 21 (3): 351-359, dez. 2009.

MAIO, M. C. **A História do Projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil**. In: Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos, Vol.5 n.2. Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Projeto Unesco: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”**. REVISTA USP, São Paulo, n. 46, p. 115-128, jun./ago. 2000.

MAIO, M. C.; MONTEIRO, S.: **Tempos de racialização: o caso da ‘saúde da população negra’ no Brasil**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 2, p. 419-46, maio-ago. 2005.

MARES, R. M. **A periferia pobre e a produção do espaço urbano: O caso de Vitória da Conquista/BA**. II Simpósio de Estudos Urbanos: A dinâmica das cidades e a produção do espaço. Disponível em: [http://www.fecilcam.br/anais/ii\\_seurb/documentos/mares-riziamendes.pdf](http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/mares-riziamendes.pdf). Acessado em: fevereiro 2020.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Vozes, 2001.

MASSAGLI, Sergio. R. **A Escrita como lugar da cidade. Ensaio sobre a apreensão e a representação do espaço urbano na literatura**. Jundiaí, Paco Editorial, 2015.

MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador-BA 1850-1888)**. Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008. 206p.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2ª ed. 2017.

\_\_\_\_\_. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

\_\_\_\_\_. **Necropolítica**. São Paulo, sp: n-1 edições, 2018.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **O negro do pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral: os desenhos dos corpos-territórios evidenciados pelo Afoxé Pomba de Malê**. Dissertação de mestrado, UEFS– Feira de Santana, 2014.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Ed. Mazza, 2007.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**, São Paulo, Ática. 1988.

MUNANGA, Kabengele. “**Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**”. In: Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicada da Faculdade de Educação, nº 5, 2004.

\_\_\_\_\_. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO (PENESB), 3. Rio de Janeiro, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado**. 3.ed. – São Paulo : Perspectiva, 2016.

\_\_\_\_\_. **O Quilombismo**. Fundação Palmares/OR Editor Produtor Editor, 2002.

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. **No agreste das mulheres a alforria no cotidiano da escravidão feminina (Feira de Santana, 1850-1888)**. *Histórica* (São Paulo. Online), v. 1, p. 2, 2010.

NASCIMENTO, Marina Marçal; PITTA, Roberta Rocha. **Educação decolonial e formação intelectual no Brasil**. In: Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul. v. II, p. 12-17, 2018.

NICODEMOS, A. **Ensino da história negra na educação de jovens e adultos trabalhadores no legado da educação popular**. In Giovana Xavier (Org) – Cruz das Almas. História da escravidão e do pós-abolição para as escolas. EDUFRRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. 341p.:il. ( Coleção UNIAFRO;7).

RODRIGUES, R. Nina. Lucas da Feira. In: **As colectividades Anormaes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **“Adeptos da mandinga”**: Candomblés, curandeiros e repressão policial na Princesa do Sertão (Feira de Santana-Ba, 1938 – 1970). Tese de doutorado. Salvador, UFBA, 2010.

OLIVEIRA, Maria Leny Souza. **Espaço urbano e o modo de vida na favela: a voz dos moradores da Rocinha em Feira de Santana – BA**. Salvador: UNIFACS, 2010. 176 f. il.

OLIVEIRA, José Reinaldo. **Interfaces entre as desigualdades urbanas e as desigualdades raciais no Brasil: observações sobre o Rio de Janeiro e São Paulo**. (p.43-94). In: Reinaldo José de Oliveira (org.). A cidade e o negro no Brasil: Cidadania e Território. 2ªed. São Paulo: Alameda, 2013. 268p.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. **Identidade do jovem Negro e metrópoles enunciados da diáspora em São Paulo e Paris** (p.161-226). In: Reinaldo José de Oliveira (org.). A cidade e o negro no Brasil: Cidadania e Território. 2ªed. São Paulo: Alameda, 2013. 268p.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **“Canções da cidade amanhecete”**: Memórias urbanas, silêncios e esquecimentos, Feira de Santana, 1920-1960. Tese de Doutorado. Brasília, UNB, 2011.

OLIVEIRA, Ezequias Amorim. **Vitimização e raça em Feira de Santana**. Dissertação de Mestrado -UFRB, Cachoeira, 2015.

PINHO, Deise Karla Santana. **Êta Rua Nova dos diabos! : representações sobre um bairro pobre na cidade de Feira de Santana**. FSA-Bahia, 2010. Monografia (graduação)-Universidade Estadual de Feira de Santana. Departamento de Ciências Humanas e Filosóficas, 2010.

PINHO, Osmundo & SANSONE, Livio (Orgs). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.  
\_\_\_\_\_. **Um enigma masculino: Interrogando a masculinidade da desigualdade racial no Brasil**. Revista Universitas Humanitas, n. 77, (enero-junio), pp: 227-250, 2014b

PINHO, Osmundo e FIGUEIREDO, Ângela. **Ideias fora do lugar e o lugar do negro nas Ciências Sociais** Brasileiras Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, no 1, 2002, pp. 189-210.

POPPINO, Rolie. **Feira de Santana**. Salvador, Itapuã, 1986.

QUIJANO, Anibal. **“Colonialidad del poder y Clasificación social”**. In: CASTRO-GOMES, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (eds). El giro decolonial. Reflexiones para

una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93- 126.

RAMOS, Maria Estela R. **Território afrodescendente: leitura de cidade através do bairro da Liberdade, Salvador (Bahia)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Salvador: PPGAU/UFBA, 2007.

\_\_\_\_\_. **Bairros Negros: uma lacuna nos estudos urbanísticos - um estudo empírico-conceitual no bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Salvador: PPGAU/UFBA, 2013.

REIS, S. L. S.; Jeferson Braga de Sá; PAIXAO, F. E.; SANTANA, G. ; CONCEICAO, E. . **Análise espacial da violência urbana no município de Feira de Santana – Bahia**. In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevideo. Caminando en una América latina en transformación. Montevideo: Easy Planners, 2009. v. XII.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Brasília: Ministério do Trabalho. Disponível em: < <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>>. Acesso em: 15/10/2019.

REZENDE, Maria Alice. **A política de cotas para negros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. p. 157-171. In: ROMÃO, Jeruse (org). História da Educação do Negro e outras histórias. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília, 2005. 278p.

RIBEIRO, Alan Augusto Moares. FAUSTINO, Deivison Mendes. **Negro tema, negro vida, negro drama: Estudos sobre masculinidades negras na diáspora**. *Revista Transversos*. “Dossiê: Áfricas e suas diásporas”. Rio de Janeiro, nº. 10, pp.163-182, Ano 04. ago. 2017.

RIOS, Cristiano Oliveira. **Espacialização e mapeamento dos homicídios em Feira de Santana-BA no período de 2012 a 2014**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial. Feira de Santana: PLANTER/UEFS, 2016.

ROLNIK, Raquel. **Territórios negros nas cidades brasileiras (Etnicidade e Cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro)** in: Estudos Afro-Asiáticos. Cadernos Cândido Mendes n 7. Rio de Janeiro. 1989.

SANTANA, S. Joice; SANTOS, R. Nilo. **Desenvolvimento econômico e discriminação dos afrodescendentes no mercado de trabalho de Feira de Santana, com foco para estruturação do “mercado informal”**. In: XV Seminário de Iniciação Científica. Anais do XV Seminário de Iniciação Científica – SEMIC. UEFS, 2011.

SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos. **Diversões e civilidade na “Princesa do Sertão” (1919-1946)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos,. **Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano**. In: Renato Emerson dos Santos. (Org.). Questões urbanas e racismo. 1ed. Petrópolis: DP et Alii, 2012, v. 1, p. 36-66.

SANTOS, Flávia Santana. **Um quilombo urbano chamado Rua Nova**. Guia do Professor-Fundamental II. Produto do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. UFRB, Cachoeira, 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório técnico de produção do paradidático: um quilombo urbano chamado Rua Nova** / Flávia Santana Santos. – Cachoeira, 2016. 163 f. : il. ; 30 cm.

SANTOS, Lio Nzumbi. **Entre os calabouços do ódio e o mundão além das muralhas: análise crítica da extensão de penas extrajudiciais e da criminalização à sociabilidade de prisioneiros como forma de genocídio do povo negro**. Dissertação de Mestrado, UFRB, Cachoeira, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEI Demografia. **Envelhecimento da população baiana: desafios acerca da previdência**. Salvador, jun.-dez. 2015.

SILVA, A. S. **A Influência do centro industrial do Subaé (Cis) no processo de urbanização do bairro do Tomba: um estudo de caso no Município de Feira De Santana (Ba)**. Dissertação, Unifacs, 2010.

SILVA, Cristiane dos S; ARAÚJO, Edna Maria de. **"Estimativa do risco de morte por homicídios segundo a raça/cor em Feira de Santana no período de 1998 a 2005"**. Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana. UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010.

SILVA, Mayara Pláscido. **Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2012.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

TEIXEIRA, M. Orozina. **Mobilidade e Acessibilidade Urbana. Estudo de caso do Município de Viana**. Dissertação de Mestrado em Gestão Autárquica. Instituto Superior de Educação e Ciências, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/21551>>.

TESSARI, L. Marcos. **Dinâmica centro-periferia e estrutura urbana no contexto das aglomerações não-metropolitanas no interior do estado de São Paulo: o caso de Araraquara/Américo Brasiliense**. Revista eletrônica do curso de geografia. Geoambiente On-Line, n. 20, p. 01-17. UFG- Campus Jataí, 2013.

VARGAS, João H. Costa. **A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas**. Revista da ABPN, v.q, n. 2 – jul-out, pp. 31-65, 2010.

\_\_\_\_\_. **As lutas por territórios negros do Rio de Janeiro** (p.11-42). In: Reinaldo José de Oliveira (org.). A cidade e o negro no Brasil: Cidadania e Território. 2ªed. São Paulo: Alameda, 2013. 268p.

VIEGAS, D. Pedra; VARGA, I. Deursen. **Promoção à saúde da mulher negra no povoado Castelo, Município de Alcântara, Maranhão, Brasil.** *Saude soc.* [online]. 2016, vol.25, n.3, pp.619-630.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo.** In WERNECK, J. P. (org.): *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil.* Rio de Janeiro: CRIOLA, 2009.

\_\_\_\_\_. **Racismo institucional e saúde da população negra.** *Saúde soc.* 2016, vol.25, n.3, pp.535-549. ISSN 1984-0470.

WOODSON, Carter Godwin. **A deseducação do negro.** São Paulo: Medu Neter Livros, 2018. 180p. 1ª Edição.